UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

OZIEL DUARTE MORAIS

A CRIAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CABO VERDE (ÁFRICA): UMA ANÁLISE CONJUNTURAL

CAMPINAS - SP
2018

OZIEL DUARTE MORAIS

A CRIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM CABO VERDE (ÁFRICA): UMA ANÁLISE CONJUNTURAL

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Doutor em Educação, na área de concentração de Educação.

Supervisor/Orientador: Debora Cristina Jeffrey

O ARQUIVO DIGITAL CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA PELO ALUNO OZIEL DUARTE MORAIS, E ORIENTADA PELOA PROFA. DRA. DEBORA CRISTINA JEFFREY

CAMPINAS-SP

JUNHO/2018

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): Não se aplica.

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Faculdade de Educação
Rosemary Passos - CRB 8/5751

Morais, Oziel Duarte, 1983-
M792c A criação da pós-graduação em Cabo Verde (África) : uma análise conjuntural / Oziel Duarte Morais. – Campinas, SP : [s.n.], 2018.

Orientador: Debora Cristina Jeffrey.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Pós-graduação. 2. Políticas educacionais. 3. Análise de conjuntura. 4. Educação (Superior) - Cabo Verde. I. Jeffrey, Debora Cristina, 1977-. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: The creation of post-graduation in Cape Verde (Africa) : a cojunctutal analysis
Palavras-chave em inglês:
Post-graduation
Educational Policies
Conjunctural Analysis
Higher Education - Cabo Verde
Área de concentração: Educação
Titulação: Doutor em Educação
Banca examinadora:
Debora Cristina Jeffrey [Orientador]
Luis Henrique Aguilar
Adolfo Ramos Lamar
Joyce Wassem
Silene Fontana
Data de defesa: 27-06-2018
Programa de Pós-Graduação: Educação

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TESE DE DOUTORADO

A CRIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM CABO VERDE (ÁFRICA): UMA ANÁLISE CONJUNTURAL

Autor : OZIEL DUARTE MORAIS

COMISSÃO JULGADORA:

Profa. Dra. Debora Cristina Jeffrey

Prof. Dr. Luís Henrique Aguilar

Prof. Dr. Adolfo Ramos Lamar

Profa. Dra. Joyce Wassem

Profa. Dra. Silene Fontana

A Ata da Defesa assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no processo de vida acadêmica do aluno.

2018

Dedico este trabalho, merecidamente, à minha amada família: Nélida, Jonathan e Rafaela Morais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, doador da vida e de toda sabedoria. À minha família que juntamente aceitou mais este desafio, e se mostrou presente e compreensiva.

Aos meus líderes e amigos em Cabo Verde que me incentivaram e acreditaram ser possível esta realização.

A todos aqueles que de bom grado disponibilizaram seu tempo e atenção em prol deste projeto, de maneira grandiosa minha orientadora Profa. Dra. Debora Jeffrey, e aos professores Prof. Dr. Luís Aguilar, Prof. Dr. Adolfo Lamar e Profa. Dra. Joyce Wassem, Profa. Dra. Silene Fontana.

Ao Ministro do Ensino Superior cessante António Correia e Silva e, a atual, Maritza Rozabal, à Reitora da Universidade de Cabo Verde Judite Nascimento, ao Reitor da Universidade do Mindelo Albertino Graça, Coordenador de Gabinete da Uni-CV Paulino Fortes, Pró-reitora de Pós-graduação da Uni-CV Sonia Victória, Diretor Geral do Ensino Superior cessante José Mário Correia e, ao atual Aquilo Varela, e ao professor Prof. Dr. Jorge Brito da Uni-Piaget pela disposição, interesse e preciosa colaboração.

A todos que de maneira direta ou indireta contribuíram para a realização deste sonho, o nosso muito obrigado, desejamos maiores sucessos.

RESUMO

O estudo, nesse sentido, busca realizar uma análise de conjuntura, enquanto metodologia, e de modo geral analisar o processo da criação da Pós-Graduação em Cabo Verde e seu desenvolvimento durante esta primeira década (2007-2017), identificar os atores envolvidos, as relações de forças, o processo de implementação, e principalmente, como a conjuntura do país motivou ou condicionou as políticas de Pós-Graduação *stricto sensu* nacional. Depois de dez anos da sua implementação seis das dez instituições de educação superior existentes no país já possuem cursos de mestrados, e a Universidade de Cabo Verde é a única ainda com cursos de doutorados, que não seja de dupla titulação em parceria com universidades estrangeiras. O número de professores graduados a nível de mestrado e doutorado aumentaram consideravelmente a partir dos primeiros egressos na Pós-graduação nacional. Aumentam se a cada ano cursos de mestrados nas respetivas instituições (30), contudo os de doutorado ainda são incipientes (3). Olhando para o futuro da Pós-graduação em Cabo Verde, há muitos desafios a serem vencidos e que se tornam prioritárias: o aumento dos cursos de doutorado, um sistema de avaliação, o financiamento da Pós-graduação e a produção e publicação do conhecimento.

Palavras-Chave: Pós-Graduação *Stricto Sensu*; Políticas Educacionais; Análise de Conjuntura; Cabo Verde.

ABSTRACT

The study, in this sense, aims at carrying out a conjunctural analysis, as a methodology, and in a general way, it aims at analyzing the Postgraduation creation process in Cape Verde and its development during this first decade (2007-2017) in order to identify the players involved, the relations of forces, the implementation process, and especially, how the country's situation motivated or conditioned the education policies of the National Stricto Sensu Postgraduation. After ten years of its implementation, six out of ten higher education institutions in the country have already been offering master's degrees courses, and the University of Cape Verde is the only one with doctoral courses, other than double degree in partnership with foreign universities. The number of professors graduated with master's degree and doctorates have increased considerably from the first graduates enrolled in the national postgraduate course. Master's degrees have been growing every year in their respective institutions (30), nonetheless doctorates are still incipient (3). In terms of future, Postgraduation in Cape Verde will be faced with many challenges that are to be overcome and they are top priorities, as follows: the increase of doctoral courses, an evaluation system, postgraduate funding and the production and publication of knowledge.

Keywords: Stricto Sensu Postgraduation; Education Policies; Conjunctural Analysis; Cape Verde.

Lista de Figuras

Figura 1. Mapa Geográfico de Cabo Verde.....31
Figura 2: Evolução das matrículas 2000/01 – 2010/11..... 47
Figura 3: Estudantes inscritos por área e por tipo de instituição (2010/11)..... 48
Figura 4: Estudantes inscritos por área e gênero (2010/11)..... 48
Figura 5. Alunos matriculados segundo nível de formação (2010/11)..... 49
Figura 6. Matriculados no ensino superior por ano de estudo e segundo as instituições de formação no ano letivo 2008/2009 116
Figura 7. Professores por graus acadêmico, segundo instituição ano letivo 2008/2009 117
Figura 8. Alunos matriculados segundo nível de formação (2012/13 – 2015/16)..... 125
Figura 9. Distribuição de alunos segundo ilhas de proveniência..... 126
Figura 10. Evolução de professores segundo grau acadêmico 2012-2016.....128
Figura 11. Percentagem de Professores Mestres/Doutores segundo Instituição (2015/16)..... 128
Figura 12. Percentagem que cada instituição detém no Universo de Professores Pós-graduados (mestres e doutores)..... 129
Figura 13. Evolução do número de ofertas (cursos) segundo grau entre 2013 e 2015..... 130
Figura 14. Distribuição de professores por grau de formação (Uni-CV)..... 141
Figura 15. Distribuição percentual de Professores por grau acadêmico (Uni-Piaget)..... 148
Figura 16. Distribuição percentual de Professores por grau acadêmico (Uni-Mindelo)..... 153

Lista de Quadros

Quadro 1. Locais de Coletas de Dados Primários..... 19
Quadro 2. Entrevistados Durante a Pesquisa..... 20
Quadro 3. Distribuição de alunos segundo área de formação..... 46
Quadro 4. Distribuição de professores segundo grau de formação e tipo de instituição (2010/11)..... 50
Quadro 5. Instituições de Ensino Superior em Cabo Verde 64
Quadro 6. Matrículas no Ensino Superior em Cabo Verde, 2000 – 2015..... 72
Quadro 7. Salas por tipo de propriedade segundo as instituições 2015/16..... 95
Quadro 8. Professores por grau acadêmico e ano letivo 2009-2016..... 99
Quadro 9. Pedidos de reconhecimento de graus (Mestrado/Doutoramento) 2000-2016..... 110
Quadro10. Número de Matriculados de Pós-graduações, curso, anos de estudo e Defesas (Uni-CV)..... 121
Quadro 11. Cursos ministrados em 2015/16 segundo nível..... 131
Quadro 12. Número de ofertas por áreas e nível de formação 2015/16..... 132
Quadro 13. Alunos matriculados por gênero segundo o grau de formação 2015/16..... 133
Quadro 14. Alunos diplomados por áreas de formação em Cabo-Verde 2015/16..... 134
Quadro 15. Docentes por grau acadêmico e gênero segundo as instituições de formação 2015/16..... 135
Quadro 16. Cursos de Pós-Graduação oferecidos pela Uni-CV 201-2016..... 138
Quadro 17. Matrículas na Pós-Graduação da Uni-CV 2015/2016 (Uni-CV)..... 141
Quadro 18. Professores por grau acadêmico segundo a instituição de formação (Uni-CV)..... 140
Quadro 19. Diplomados por Curso e Gênero 2015/16 (Uni-CV)..... 142
Quadro 20. Alunos por ano de estudos e gênero segundo o curso 2015/16 (Uni-Piaget)..... 147
Quadro 21. Professores por grau acadêmico (Uni- Piaget)..... 148
Quadro 22. Diplomados por Curso e Gênero (Uni- Piaget)..... 149

Quadro 23. Alunos por ano de estudos e Gênero segundo o curso e grau acadêmico (Uni-Mindelo)..... 151
Quadro 24. Professores por grau acadêmico segundo a instituição de formação (Uni-Mindelo)..... 152
Quadro 25. Diplomados por Curso e Gênero (Uni-Mindelo)..... 153

Lista de SIGLAS

SIGLAS	DESIGNAÇÃO
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
CAPES	Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEEAO	Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental
CESP	Curso de Estudos Superiores Profissionalizantes
CIES	Comissão Instaladora do Ensino Superior
FCT	Fundação para Ciência e Tecnologia
IES	Instituições de Ensino Superior
IESIG	Instituto de Ensino Superior Isidoro da Graça
INAG	Instituto Nacional de Administração e Gestão
INE	Instituto Nacional de Estatísticas
INIDA	Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário
ISCEE	Instituto Superior de Ciências Econômicas e Empresariais
ISCJS	Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais
ISE	Instituto Superior de Educação
ISECMAR	Instituto Superior de Engenharia e Ciências do Mar
LDBES	Lei de Diretrizes de Base do Ensino Superior
MBI	Master of Business Administration
M_EIA	Mindelo Escola Internacional de Arte
MCA	Millennium Challenge Account
MESCI	Ministério do Ensino Superior Ciências e Inovação
MPD	Movimento Para a Democracia
OCDE	Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
PAICV	Partido Africano para Independência de Cabo Verde
PAIGC	Partido África para Independência de Cabo Verde e Guiné
PEC-G	Programa Estudante-Convênio de Graduação
PEC-PG	Programa Estudante-Convênio e Pós-Graduação
PNE	Plano Nacional de Educação
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRET	Projeto de Reforma do Ensino Técnico
TIC	Tecnologias da Informação
ULCV	Universidade Lusófona de Cabo Verde
ÚNICA	Universidade Intercontinental de Cabo Verde
Uni-CV	Universidade de Cabo Verde
Uni-Mindelo	Universidade do Mindelo
Uni-Piaget	Universidade Jean Piaget
URSS	Ex-União Soviética

SUMÁRIO

1. Introdução e Justificativa 16
2. Questão Norteadora 17
3. Objetivo geral 17
***3.1 Objetivos específicos* 17**
4. Procedimentos Metodológicos 18
4.1 Análise de Conjuntura 23
4.2 A metodologia da análise de conjuntura..... 25
5. Forma de Análise de Resultados 27
6. Capítulos 30

CAPÍTULO I
Fatos e Acontecimentos 31
1. Origem: Cabo Verde, um país em desenvolvimento..... 31
1.1 A Gêneses: Ensino Superior, aspectos conceituais/teóricos..... 35
1.2 Histórico da Universidade Africana..... 37
1.3 Ensino superior e seus desafios no continente africano..... 40
1.4 O Ensino Superior em Cabo Verde..... 42
1.5 Qualidade e Avaliação do Ensino Superior em Cabo Verde..... 51
1.6 Desenvolvimento: do marco zero à efetivação..... 55
1.7 Condições institucionais para o desenvolvimento da Pós-Graduação..... 58
1.7.1 As Instituições de Ensino Superior..... 60

CAPÍTULO II
2. Atores e Correlação de Forças..... 65
2.1 Os Atores..... 66
2.1.1 Atores Políticos..... 66
2.1.2 Atores Acadêmicos..... 71
2.1.3 Atores Institucionais..... 73
2.2 Correlação de Forças..... 73

2.2.1 O Ministério da Educação e as Políticas para a Pós-Graduação..... 74
2.2.2 Os Demais Intervenientes..... 76
2.2.3 A Comissão Instaladora da Universidade de Cabo Verde..... 79
2.2.4 Instituições e Organismos internacionais..... 82
2.3 Decisões Institucionais e circunstâncias Institucionais para Interpretar a Conjuntura..... 84

CAPÍTULO III
3. Análise de Conjuntura..... 87
3.1 Articulação entre a conjuntura e a estrutura..... 87
3.2 Cabo Verde e a Conjuntura Africana..... 88
3.3 Os Cenários político, socioeconômico, cultural e educacional..... 90
3.3.1 A Conjuntura Socioeconômica..... 91
3.3.2 A estrutura educacional e a conjuntura nacional..... 93
3.3.3 Estrutura para a Produção e Publicação do Conhecimento..... 99
3.3.4 Conjuntura Política Educacional..... 101
3.4 Implementação da Pós-graduação..... 102
3.4.1 Propostas e Projetos Gerais, Ideais..... 103
3.4.2 Projetos reais: grupos e lideranças políticos e acadêmicas..... 111
3.4.3 Prioridades da Agenda política e acadêmica..... 113

CAPÍTULO IV
4. Implementação e Avaliação da Pós-Graduação em Cabo Verde..... 116
4.1 A Implementação como processo da política de Pós-Graduação..... 116
4.2 Cenários de sucesso e fracasso..... 120
4.3 A Efetivação da Pós-graduação..... 123
4.3.1 A Pós-graduação Nacional..... 124
4.3.2 O caso da Universidade de Cabo Verde (Pioneira na Pós-graduação)..... 135
4.3.3 O Caso da Universidade Jean Piaget..... 144
4.3.4 O Caso da Universidade do Mindelo..... 149
4.4 Avaliação da Pós-Graduação em Cabo Verde..... 154

4.4.1 Fragilidades e Fortalezas da Pós-graduação..... 158
5 Futuro da Pós-Graduação em Cabo Verde..... 161

6 Conclusões Finais e Recomendações..... 165

7 Referências Bibliográficas..... 173

8 Apêndices..... 181
81. Roteiro de entrevista..... 181
8.2 Termo de consentimento..... 182
8.3 O parecer da criação da Uni-Piaget..... 183
8.4 Despacho para a avaliação Interna dos Institutos Piaget e Isidoro da Graça.....184

1. Introdução e Justificativa

Cabo Verde é um país relativamente novo, considerando um pouco mais de quatro décadas como nação. Desde então tem sido tarefa de Estado consolidá-lo nos últimos quarenta anos, investindo em todas as áreas de desenvolvimento nacional, especialmente, na educação. Sendo Cabo Verde um país emergente, com economia em desenvolvimento, dispõe de poucos recursos materiais e estruturais. Assim sendo, a educação se torna um dos pilares importantes, alvo de muita atenção e investimento do país, já que sua maior riqueza está na sua gente.

Segundo Aristides Pereira (1980) considerando o pensamento humanista de Amílcar Cabral, assumindo que o homem Cabo verdiano é a maior riqueza, o recurso natural de maior valor que o país dispõe para o seu desenvolvimento, é a condição *sine qua non* para a sustentabilidade e progresso nacional. Assim o investimento na elevada formação dos seus quadros é caminho prioritário para o desenvolvimento nacional.

Na primeira década (1981- 1990), o investimento educacional foi feito de modo a consolidar e garantir o acesso universal ao Ensino Básico (1º ao 4º Ano), na segunda década (1991-2000) o Ensino Secundário (7º ao 12º Ano) e só na terceira década (2001-2010) o investimento é concentrado no Ensino Superior, consequentemente, na Pós-Graduação. Durante estas três primeiras décadas, o país teve apoio, por meio de cooperação internacional, para formar a maioria dos seus quadros, como bolsistas, nas universidades dos países parceiros, e também por meio de algumas Instituições de Ensino Superior públicos existentes no próprio país, que formaram alguns quadros ligados às áreas de primeira necessidade, ou seja, ligadas ao campo e ao mar. Contudo, não havia um sistema de ensino superior nacional, até à criação das primeiras universidades privadas (2001-2002) e da primeira universidade pública (2006), logo após a virada do milênio (MORAIS, 2014).

Em 2001 foi criada a primeira instituição privada por meio do Decreto-Lei n.º 12/2001. Um dos pressupostos da Comissão Instaladora era a criação da Pós-graduação em Cabo Verde, que aliados ao fato de já terem no país muitos licenciados dos já citados Institutos Públicos e dos Institutos Privados já existentes, estes diplomados buscavam alternativas de continuar os estudos.

Tendo em conta os recém-formados que não tinham condições de continuar a Pós-graduação no exterior, a necessidade de retroalimentação das instituições de ensino, e a melhoria da qualificação docente, já que boa parte dos professores dos Institutos Superiores era apenas licenciada, todas estas questões juntas trouxeram para o debate a necessidade da criação da Pós-Graduação.

Considerando todos estes fatos, em 2007 cria-se então, o primeiro curso de Pós-Graduação *stricto sensu* em Cabo Verde, já que as Pós-graduações *lato sensu*, ou que não conferiam grau, chamadas de especializações em Cabo Verde, ou Master of Business Administration (MBA) já eram feitas por algumas instituições.

Contudo, os processos, a efetivação ou implementação destas políticas de criação da Pós-graduação *stricto sensu* são experiências particulares das instituições ou Universidades, não são conhecidas e nem publicadas, correndo assim o risco de se perderem enquanto processo da construção educacional e histórica, por isso carecem de conhecimento, análise e produção científica. Portanto, entendemos ser necessário tornar estas vivências isoladas em uma experiência nacional única, e assim preservar o conhecimento histórico e processual da educação nacional. Mas também, a partir dos resultados desta análise, de algum modo contribuir para o conhecimento e desenvolvimento da Pós-Graduação *stricto sensu* nacional.

2. Questão Norteadora

Como se constituíram as políticas da Criação da Pós-Graduação em Cabo Verde e como ocorreu o seu desenvolvimento na primeira década (2007-2017)?

3. Objetivo geral

Analisar o processo da criação da Pós-Graduação em Cabo Verde e seu desenvolvimento durante esta primeira década (2007-2017).

3.1 Objetivos específicos

a) Conhecer o marco zero e subsequente desenvolvimento da Pós-Graduação em Cabo Verde;

b) Identificar os atores envolvidos, as relações de forças, o processo de implementação:
c) Analisar como a conjuntura influenciou o estabelecimento das políticas de Pós-graduação em Cabo Verde.

4. Procedimentos Metodológicos

A Pós-Graduação em Cabo Verde é um fenômeno recente (2007-2017), os primeiros cursos estão ainda em fase experimental e muitos nem chegaram a ter seus primeiros diplomados. Deste modo, um olhar sobre estes cursos, especialmente, sobre a forma como a agenda para Pós-graduação foi estabelecida, carece de um estudo e conhecimento, para melhor entendermos a Pós-Graduação que temos em Cabo Verde, essencialmente como ela chegou a se tornar uma realidade.

Conhecer a motivação, as demandas e as discussões que antecederam a criação da Pós-Graduação, até a tomada de decisão por parte do Governo Cabo-verdiano, as instituições de Ensino Superior no país e nos demais envolvidos neste processo, é de suma importância, para conhecer o ponto de partida deste curso em âmbito nacional.

Tendo em conta este cenário e os desafios impostos para sua análise e conhecimento, faz-se a opção pela análise de conjuntura. Entendemos ser esta opção metodológica a que melhor se aplica para uma análise mais coerente e abrangente deste objeto de estudo, que se desdobra em várias etapas e momentos distintos de um mesmo processo.

Em se tratando de uma pesquisa sobre políticas educacionais, é necessário comprometer-se com uma perspectiva crítica, com a análise da totalidade e suas múltiplas relações, baseada numa investigação aprofundada das mediações mais amplas, como das mais imediatas (MAINARDES, 2009).

Considerando isso, se faz a opção pela análise de conjuntura como referencial teórico, especialmente na perspectiva de Silva (2014) e Queiroz (2015), para analisar a natureza da política investigada, pois é preponderante a conjuntura nacional quando da criação deste nível de ensino.

A análise documental foi feita, a partir da revisão da literatura sobre o tema e por meio da coleta de cópia de todo o material disponível, impresso e digital em bancos

de dados eletrônicos, bibliotecas, arquivos históricos nacionais, bem como dados secundários que possam auxiliar nesta análise do ciclo desta política.

Quadro 1. Locais de Coletas de Dados Primários

DESIGNAÇÃO	LOCAL	PERÍODO	RESPONSÁVEL	FUNÇÃO
Anuários Estatísticos	Ministério da Educação	2015-2017	Aquilino Varela	Diretor Geral do Ensino Superior
Equivalências e Graus	Ministério da Educação	20017	Paula Leite	Comissão de Equivalências e Graus
Estatísticas Gerais Universidade de Cabo Verde	Universidade de Cabo Verde	2016 -2017	Paulino Monteiro	Diretor do Gabinete de Planejamento e Estatísticas
Despachos	Site	2017	Site	Ministério da Educação
Lista de cursos de Pós-Graduação na Universidade de Cabo Verde	Universidade de Cabo Verde	2016	Sónia Victória	Pró-reitora de Pós-graduação
Estatísticas Gerais Universidade do Mindelo	Universidade do Mindelo	2018	Graciano Nascimento	Coordenador Acadêmico
Arquivos Históricos	Arquivo Histórico Nacional	2017	Atendente	Atendente
Livros	Bibliotecas Nacionais	2015-2018	Bibliotecários	Bibliotecário
Artigos	Sites e Revistas	2015-2019	///	///

Fonte: Elaborado pelo autor

A cultura de pesquisa e produção científica ainda é deficitária, fazendo-se necessárias buscas em diversificadas fontes e meios para se obter o máximo possível de dados para embasar esta pesquisa. Nem sempre se conseguem os dados, documentos e arquivos oficiais onde deveriam estar, ou é burocrático e moroso o processo para adquirir o pouco que há nas variadas fontes citadas no quadro1.

Este foi completado pelo levantamento bibliográfico (livros, artigos, jornais, documentos oficiais), pois segundo Lüdke e André (1986), a análise documental constitui uma técnica importante nas pesquisas qualitativas, quer sejam

complementando informações obtidas por outras técnicas, quer sejam desvelando aspectos novos de um tema ou problema.

Constatado que em Cabo Verde as bibliografias ou produções de conhecimento para este objeto de estudo é quase inexistente, por não existir uma cultura e incentivos à produção científica (MORAIS, 2014), e todo este conhecimento está na posse dos atores, técnicos, docentes e governantes envolvidos, fez-se necessário a realização de entrevistas[1] com os mesmos, para melhor compreensão deste processo, dando base para o diálogo com o pouco de referencial disponível de outros teóricos que dissertam sobre o tema, referenciados no quadro 2. Estas entrevistas foram autorizadas em seu conteúdo pelos entrevistados, considerando não existir uma comissão de ética no país de colhimento (Cabo Verde).

Quadro 2. Entrevistados Durante a Pesquisa

NOME	FUNÇÃO	MOTIVAÇÃO	DATA	AUTORIZAÇÃO
António Correia e Silva	Ministro do Ensino Superior (2016)	Presidente da Comissão Instaladora da Uni-CV (2014). Primeiro Reitor da Uni-CV (2006); Ministro do Ensino Superior (2016)	Outubro de 2016	Sim
Mariza	Ministra da Educação (2017)	Atual ministra da Educação de Cabo Verde	Novembro de 2017	Sim
Judite Nascimento	Reitora da Universidade de Cabo Verde (2016)	Atual Reitora da Uni-CV desde 2014. Foi Diretora do Centro de Investigação, Desenvolvimento Local e Ornamento de Território (CIDLOT), Presidente do Departamento de Ciências e Tecnologia.	Outubro de 2016	Sim
Sonia Victória	Coordenadora da Pós-Graduação da Uni-CV (2016)	Atual Pró-reitora para Pós-Graduação e Investigação (2016), Professora Assistente e Auxiliar desde 2002.	Julho de 2016	Sim

[1] O Roteiro de Entrevista encontra se no Apêndice.

Paulino Monteiro	Diretor de Planejamento e Estatísticas da Uni-CV (2016)	Ex-membro da comissão instaladora (2004-2006). Diretor de Gabinete da Cooperação da Uni-CV (2006); Diretor Geral de Planeamentos, Orçamento e Gestão do Ministério do Ensino Superior; Diretor Gabinete de Estudos de Planeamento e Cooperação da UNICV (2016)	Julho de 2016	Sim
Aquilino Varela	Diretor Geral do Ensino Superior do Ministério da Educação	Atual Diretor do Ensino Superior em Cabo Verde	Março de 2018	sim
José Mario Correia	Diretor Geral do Ensino Superior do Ministério da Educação	Diretor Geral do Ensino Superior desde 2011/2016	Julho de 2016	Sim
Jorge Brito	Professor da Universidade Jean Piaget	Reitor da Uni-Piaget (2006-2014), Presidente da Comissão Instaladora do Ensino Superior em Cabo Verde (1991), Presidente da Comissão Instaladora do Ensino Superior em Cabo Verde (1991), Primeiro Diretor Geral do Ensino Superior em Cabo Verde (1998-2001)	Novembro de 2017	Sim
Albertino Graça	Reitor da Universidade do Mindelo	Reitor e Fundador da Universidade do Mindelo	Janeiro de 2018	Sim

Fonte: Elaborado pelo autor

Estes subsídios serão importantes para a compreensão e análise da construção de como se deu a fixação da agenda da educação em Cabo Verde, para a questão da Pós-graduação. Será de grande importância para o processo também, o acesso a importantes documentos como: a Lei de Diretrizes de Base do Ensino Superior (LDB), o Plano Nacional de Educação (PNE) e regimentos jurídicos, atas e a legislação nacional.

Há análises de especialistas e análises acadêmicas das políticas, contudo neste trabalho faremos uma análise acadêmica da política, que auxiliará no processo de construção e aportes de melhores inferências (AGUILAR, 2014).

Embora haja muitos conceitos por parte dos autores, pode-se dizer no entender de Bardach (1998) que a análise de políticas é um conjunto de conhecimentos cedidos pelas diversas disciplinas das ciências humanas, utilizadas na busca de resolução e análise de problemas em políticas públicas.

Já para Wildavsky (1979), a análise de políticas se refere a contribuição de uma série de disciplinas diferentes, que busca interpretar as causas e consequências das ações governamentais, especialmente, quando se fala de formulação de política. Contudo, ele entende ser a análise de política uma subárea aplicada, em que o seu conteúdo não pode ser estabelecido por fronteiras disciplinares, mas vista de maneira adequada às circunstâncias do tempo e natureza do problema.

A abordagem da análise de política vai muito além de estudos e decisões dos analistas, pois as políticas públicas influenciam a vida de todos os envolvidos com o problema, daí que estas situações envolvem vários grupos sociais, e consequentes disputas dos diferentes agrupamentos políticos com algum interesse nas situações onde o Estado tem um lócus privilegiado de expressão.

> A Análise de Política engloba um grande espectro de atividades, todas elas envolvidas de uma maneira ou de outra com o exame das causas e consequências da ação governamental. Assim, uma definição correntemente aceita sugere que a Análise de Política tem como objeto os problemas com que se defrontam os fazedores de política (policy makers) e como objetivo auxiliar o seu equacionamento através do emprego de criatividade, imaginação e habilidade (GAPI, 2002, p. 4).

Sobre a análise de política, é necessário entender que o fato de analisar uma política concede-lhe um valor de aprovação ou desaprovação, analisando a política numa concepção de justiça implícita ou explícita, não há como ser apenas um estudo instrumental, técnico e neutro, considerando uma análise desde uma concepção de justiça, quer seja explícita ou implícita (ARRETCHE, 1998).

Para Aguilar Villanueva (1993, p. 25) “La política es entonces un proceso, un curso de acción”, ou seja, segundo o autor, isso envolve e depende de um comportamento propositivo, intencional, planejado, não apenas reativo e casual: é uma ação com sentido.

As políticas são o desenho de uma ação coletiva intencional, o curso que toma a ação, como resultado das decisões e interações, acarretando fatos reais, que a ação produz.

> Las políticas son el diseño de una acción colectiva intencional; el curso que toma la acción como resultado de las decisiones e interacciones que comporta son los hechos reales que la acción produce. En este sentido, las políticas son “el curso de acción que sigue un actor o un conjunto de actores al tratar un problema o asunto de interés. El concepto de políticas presta atención a lo que de hecho se efectúa y lleva a cabo, más que a lo que se propone y quiere. Las políticas se conforman mediante un conjunto de decisión, y la elección entre alternativas” (AGUILAR, 2010, p. 25).

Para este trabalho, se fez a opção de análise de conjuntura como modelo de análise das políticas de Pós-graduação *stricto sensu* em Cabo Verde. Considerando que Cabo Verde é um país relativamente novo, com pouco mais de quarenta anos de independência, estando no grupo dos países em desenvolvimento, depende muito da ajuda externa, e também por não ter muito tempo entre a criação do sistema de ensino superior e a criação da Pós-graduação *stricto sensu*, percebe-se que a análise de conjuntura seja o modelo mais adequado para entender esse processo da política.

4.1. Análise de Conjuntura

A análise de conjuntura é um retrato dinâmico da realidade, e não simplesmente uma descrição de fatos ocorridos num determinado espaço e tempo, busca o real e não somente o aparente ou superficial. Ou seja, a análise conjuntural consiste em compreensão e conhecimento profundo das realidades.

> A análise de conjuntura “consiste na investigação da realidade política, econômica, cultural e social, na observação das forças que disputam a condução do poder em cada uma dessas realidades em determinado segmento, país ou região, na sua visão de mundo e nos incentivos e normas que podem limitar ou influenciar as suas escolhas” (QUEIROZ, 2015, p. 17).

Considerando que as realidades são multifacetadas, de difícil compreensão, havendo uma interlocução de fatores de ordem mundial, nacional e local, o desafio da análise conjuntural é compreender essas inter-relações das partes que formam o todo, ou o conjunto das múltiplas determinações.

Toda sociedade democrática se estrutura em três pilares ou setores importantes que interagem, controlam, e se disputam reciprocamente: o Estado, o Mercado e a Sociedade Civil, primeiro, segundo e terceiro setores respectivamente.

Esta estrutura de poder normalmente é estável e duradoura, salvo quando alguns ciclos de transformação ocorrem motivados por disputas de poder entre os agentes, as consequentes contradições e problemas destas disputas. São nestes contextos que a análise conjuntural aparece, como forma de analisar e compreender um dado problema, as situações, as interações das forças de poder dos atores políticos, econômicos e sociais nas tomadas de decisão.

Assim sendo, a análise de conjuntura configura uma ferramenta metodológica, que por meio do uso de várias técnicas busca “num dado instante do tempo, compreender e prognosticar o comportamento dos atores em variadas arenas” (OLIVEIRA, 2014, p. 34).

A análise de conjuntura é produzida considerando um conjunto de informações de aspectos econômicos, políticos, culturais, sociais e tecnológicos no âmbito local, nacional e internacional, que permitem identificar as tendências capazes de influenciar positiva ou negativamente, as oportunidades e ameaças aos interesses dos atores sociais.

Não existe neutralidade na análise de conjuntura, pois a leitura sempre é feita, a partir de determinado enfoque ou ponto de vista. Ao escolher as variáveis de análise, o método e os procedimentos, caracteriza-se automaticamente uma opção frente à realidade. “O fato de ter lado, entretanto, não pode levar ao sectarismo inconsequente nem à visão voluntarista de que basta vontade política para dar rumo aos acontecimentos, ignorando a correlação de forças. Esse é o caminho mais curto para o fracasso” (QUEIROZ, 2015, p. 10).

Assim sendo, a análise de conjuntura é dinâmica e varia conforme os ciclos da política, econômicos e sociais variam, em momentos de mudança de etapas ou em situações de rotura.

Cabe aqui chamar a atenção para a definição de duas questões de terminologia: estrutura e conjuntura. A análise de conjuntura de maneira simples é a análise de conjunto de um todo complexo. Enquanto que a conjuntura está relacionada com ciclos de curto prazo da economia e da política, por sua vez a estrutura lida com os ciclos de longo prazo (QUEIROZ, 2015).

Alves (2008, p. 1) define a estrutura como “a interligação do conjunto formado pela reunião das partes ou elementos de uma determinada ordem ou organização”, enquanto que para Silva (2014), a estrutura refere-se às determinações econômicas, políticas e culturais de cada formação social, caracterizadas como modo de produção. Já Rossetti (1976), define-a como base de um sistema econômico ou o modo como se organizam a economia e a produção, os grupos ou classes sociais, o Estado, a cultura, entre outros aspectos.

O conceito de conjuntura está ligado à ideia de interligação de acontecimentos, num determinado tempo e espaço, por meio dos quais a realidade política, econômica e social é explicada. Segundo Nunes (2005), a conjuntura é o resultado natural de um encontro de circunstâncias que nasce de uma correlação de forças num determinado corte espacial-temporal. Já Emílio Gennari (2015), define conjuntura como o momento de um período histórico que vem se desenvolvendo e está alicerçado numa estrutura econômica, política e social que se insere num determinado contexto de relações internacionais.

Para Grwybowsky (1985) são os momentos específicos de uma sociedade que decorrem do modo como se combinam as propostas, as intervenções, as ações, enfim, a vontade política dos diferentes agentes sociais, com as possibilidades oferecidas pelas suas respectivas bases objetivas de existência.

Fazendo uma comparação dos termos a nível econômico entende-se que a estrutura econômica tem a ver com os três setores de atividade e a conjuntura econômica está associada ao fluxo e o refluxo da atividade produtiva.

4.2 A metodologia da análise de conjuntura

A análise de conjuntura se estabelece como método por meio de um processo de etapa, conforme propõe Silva (2014), que apresenta um processo de seis etapas:

a) *Definição do objeto e dos objetivos.* Primeiro passo é definir a conjuntura que se pretende analisar e qual a área de análise;
b) *Descrição ou pesquisa.* Busca colocar todos os fatos e acontecimentos de um determinado período, e que podem abranger sentido em relação à análise;

c) *Explicitar os pressupostos de análise.* Identifica o patamar mínimo ou a base comum para a análise.

d) *Análise.* Define os principais cenários da conjuntura, responde questões cruciais, os grupos envolvidos e suas composições, a relação de forças, os projetos e os recursos disponíveis.

e) *Sistematização.* Busca de uma visão da totalidade do processo, e estabelece as inter-relações dos dados colhidos em cada cenário.

f) *Repercussão da análise sobre a prática*. Por meio da análise busca identificar os novos elementos, que poderão alterar as práticas podendo ser reforçadas e exigidas para a realização da estratégia.

A análise de conjuntura tem como principais elementos de análise as seguintes categorias: 1) fatos e acontecimentos; 2) cenário ou local; 3) atores; 4) relação de forças; 5) articulação ou relação entre estrutura e conjuntura; 6) tendências de mudanças; e 7) riscos e oportunidades (QUEIROZ, 2015).

A análise de conjuntura ajuda na interpretação do produto das ações dos diversos atores de um determinado contexto, e que propicia a orientação e estratégia para a resolução de problemas e dos potenciais problemas.

Ainda conforme Queiroz (2015) pela análise de conjuntura que se observa as realidades e se identifica quais os interesses que estão em jogo, de maneira a proporcionar meios de intervenção nestas realidades, e são traçados os mapas de correlação de forças econômicas, políticas e sociais, para entender e identificar as valências e fraquezas em disputa.

Na análise de conjuntura, como em qualquer outra análise, existe ética que não permite erros, tais como pensar reducionismo, ou o pensamento de que tudo se resume num *slogan* só. Também é imprescindível se explicar as causas e consequências de cada fato ou acontecimento, evitando assim a superficialidade. Todos os aspectos são dignos de análise e nenhum pode ser desprezado em detrimento do outro, ou seja, também não há lugar para unilateralismo.

Também não se permite o subjetivismo na análise de fatos que não se mistura com a vontade pessoal, nem com a ideia de que só o seu pensamento esteja certo, e como mencionado anteriormente, não se concebe a conjuntura de que esta pode mudar só por vontade política. É necessário considerar as realidades distintas e a correlações de forças nas diversas áreas da análise (QUEIROZ, 2015).

As sete categorias de análise de conjuntura de Queiroz (2015) e as contribuições de Silva (2014) dão base para a análise das políticas de Pós-Graduação *stricto sensu* em Cabo Verde, desde as primeiras discussões, até a efetivação desta modalidade neste país.

5. Forma de Análise de Resultados

O objetivo é buscar caminhos para análises das políticas de criação na pós-graduação, caminhos estes por todo conhecidos, mas que precisam ser construídos e consolidados ao longo das pesquisas.

Por meio deste modelo, recuperar o percurso, as negociações e o desenvolvimento das políticas públicas da pós-graduação. Entender os momentos cruciais desta construção e os envolvidos em cada etapa do processo.

O uso deste modelo acarreta uma diversidade de procedimentos para a coleta de dados, quer seja por meio de levantamento e revisão bibliográfico, análise de documentos e entrevista a formuladores políticos e demais atores do processo da política.

Segundo Olabuenaga e Ispizúa (1989), se a análise for feita de modo adequado abrirá possibilidades de conhecimento de fenômenos e aspectos da vida social que não seriam alcançadas de outra forma, considerando que a análise de conteúdo é a técnica adequada para ler e interpretar o conteúdo de qualquer tipo de documento.

Assim sendo, conforme Moraes (1999) a análise deve ser feita por etapas ou categorias:

a) Preparação das informações – consiste na leitura, revisão de todo material coletado e a definição de quais conteúdos estão de acordo respondendo aos objetivos da pesquisa, de modo que as amostras sejam pertinentes aos objetivos da análise. Escolha de documentos (entrevistas, respostas ao questionário, editoriais, notícias, artigos). Considerando que houve autorização dos entrevistados para o uso dos respectivos nomes e conteúdo neste trabalho, não será necessário fazer a codificação do documento exigido neste momento da análise, esta é a fase em que os documentos são transformados em informações para a análise de conteúdo;

b) Unitarização – este processo consiste na definição das unidades da análise do conjunto de dados brutos de modo a obter as melhores informações considerando

a natureza do problema, dos objetivos e do tipo de material coletado, considerando que não haverá codificação dos documentos, estes ou suas partes serão relacionadas para as distintas unidades;

c) Categorização – este é o procedimento de agrupar os dados considerando as semelhanças ou analogias de modo a facilitar análise da informação, por isso as categorias devem respeitar os principais critérios de constituição. Primeiramente serem válidas, pertinentes ou adequadas, em segundo lugar, exaustivas, depois por homogeneidade, em quarto, exclusividade ou exclusão mútua, em quinto, objetividade, consistência ou fidedignidade;

d) Descrição - definida as categorias e com o material constituinte de cada uma delas bem identificadas passa-se então a comunicação do resultado. Esta é a etapa da comunicação propriamente dita, com a apresentação dos dados quantitativos por meio de tabelas, quadros e leituras percentuais, mas também qualitativos das várias unidades estabelecidas, especialmente as citações. Este é o momento importante de apresentar os resultados da análise.

e) Interpretação – uma boa análise não se resume só na descrição dos fatos e apresentação de dados, mas a sua interpretação é importante para uma compreensão maior.

Ao fazer o uso do modelo de análise, se torna necessário examinar tanto os fatores micros como os macros e as suas interações, pois as influências nestes contextos podem ser internacionais, nacionais ou locais, portanto a interação dessas várias esferas de influência carece de uma observação e interpretação de como atuam na prática para se entender também as relações de poder, resistência e adaptação.

Entender as esferas macro e micro é essencial na compreensão das políticas educacionais. Podem ser detectadas por meio da observação dos conflitos, das negociações, das estratégias e dos interesses durante as tomadas de decisão. Como cada grupo de interesse se posiciona e quais objetivos e benefícios buscam no processo tem grande relevância, independente da dimensão numérica ou social. Sem dúvida cabe aos interessados coletivos ou individuais, públicos ou privados pleitear os seus direitos e buscar respostas às demandas, por sua vez, cabe às instituições e ao Governo ponderar e responder.

Quanto à metodologia da análise de conjuntura, entendemos que primeiramente é necessário estabelecer o objeto e o objetivo. A partir da escolha do tema, ou

‘problema’ a ser analisado e sua delimitação temporal, passa-se então a descrição e pesquisa desse objeto, a organização do material de apoio, dados estatísticos e as informações das variadas fontes.

O próximo passo será a construção de argumentos consistentes, isto é, explicitar os pressupostos da análise que ajudarão na interpretação e diagnóstico do comportamento dos atores envolvidos, para assim, entender os cenários e as estratégias que alteram a realidade diagnosticada, ou seja, elaborar a síntese e identificar suas repercussões sobre a prática nas áreas políticas, econômicas e sociais.

Primeiramente, analisar como é que se tornou um problema ou necessidade pública à questão da Pós-graduação nacional, e entrou na agenda do governo. Depois entender como e por quem foram formuladas as políticas de Pós-graduação no país, e a partir de que momento ou condições se chegou à decisão da criação da pós-graduação nacional, e todos os processos decisórios que a envolveram.

Em Cabo Verde, especialmente, no ensino superior, nem sempre quem decide é quem programa ou acompanha o processo de implementação, dado ao fato de que em 2017 existiam no país 11 Instituições de Ensino Superior das quais duas públicas e 9 privadas, ou seja, 80% das IES do país são privadas. Contudo, para este estudo, embora sejam contempladas todas as instituições, para melhor compreensão faremos o recorte da amostra nas três primeiras universidades oficializadas e coincidentemente as primeiras a efetivarem cursos de Pós-graduação. Uma pública, a Universidade de Cabo Verde (Uni-CV), e duas privadas, a Universidade Jean Piaget (Uni-Piaget) e a Universidade do Mindelo (Uni-Mindelo).

Daí que a análise nesta questão merece uma atenção especial e consciente, para melhor compreensão do processo político do discurso à prática. O sucesso ou insucesso de muitas políticas pode estar não na sua formulação ou implementação, mas no diálogo coerente entre estas duas etapas.

Após a coleta dos dados (levantamento e revisão bibliográfica, análise documental e entrevistas) tanto no Brasil como em Cabo Verde, junto aos alunos, professores, técnicos e todos os que têm contribuído nas discussões e na construção e criação das políticas de Pós-Graduação no país, levando em conta as observações e de acordo com as categorias já estabelecidas, fazer uma análise desses dados

numa perspectiva interpretativa e/ou descritiva visando responder aos objetivos propostos.

6. Capítulos

O primeiro capítulo apresenta os acontecimentos, debruçando sobre a origem ou gêneses da Pós-Graduação, o processo inicial e as condições institucionais e os fatos que antecederam a criação da Pós-graduação nacional, dando base para a discussão e a criação do ensino superior nacional.

O segundo capítulo, é destinada aos atores e as correlações de forças. Os órgãos, instituições e grupos de interesses envolvidos e as correlações de forças existentes entre estes diferentes atores e grupos mostram quais atores ou grupos prevaleceram e quais as ideias foram acatadas, de modo a condicionar os projetos que se efetivaram para a criação da Pós-Graduação no país.

Já o terceiro capítulo consiste na abordagem da conjuntura, isto é na descrição do cenário político, econômico-social e educacional dos atores, das estruturas institucionais, e analisar como isso influenciou ou condicionou as políticas e consequentemente a criação da Pós-Graduação em Cabo Verde, mas também entender a correlação entre a conjuntura e a estrutura.

O último e quarto capítulo é reservado à implementação e avaliação do curso neste país, quais os projetos gerais, ideais, grupos políticos, lideranças acadêmicas e políticas, as prioridades da agenda política e acadêmica, e a implementação como processo da política de Pós-Graduação, também os cenários de sucesso e fracasso do processo de implementação, essencialmente as fragilidades e fortaleza.

Concluindo com as perspectivas e desafios da Pós-graduação nacional. As demandas que ainda faltam ser respondidas e as áreas de fragilidade e carência deste subsistema. Olhando o futuro da Pós-Graduação em Cabo Verde, em nível dos projetos e programas em curso ou em debate como iniciativas que propõem o desenvolvimento e consolidação da Pós-graduação nacional.

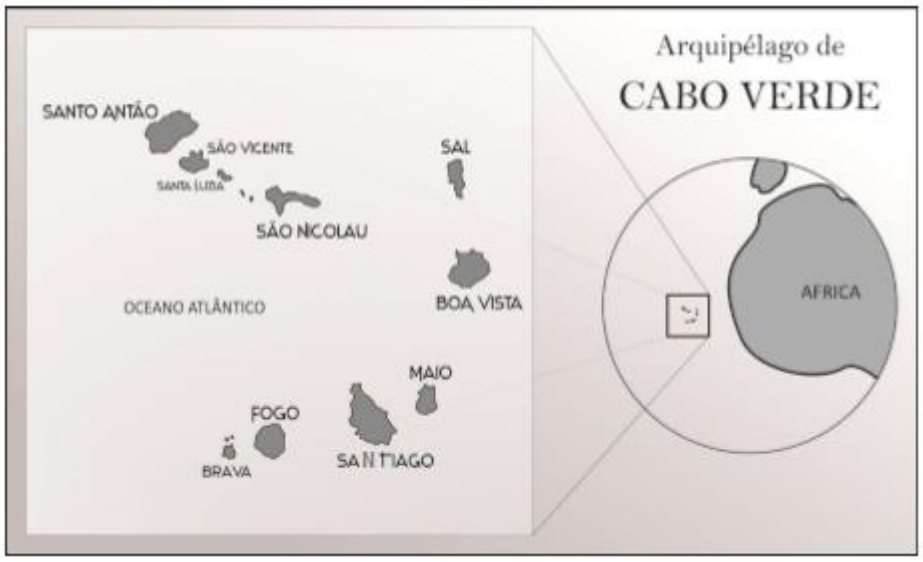
CAPÍTULO I
Fatos e Acontecimentos

1. A Origem: Cabo Verde, um país em desenvolvimento

O arquipélago de Cabo Verde é composto por 10 ilhas, situado na zona tropical do Atlântico Norte, a cerca de 450 km a oeste da costa senegalesa.

Segundo o Instituto Nacional de Estatísticas (INE) do país, pelo recenseamento de 2010, a população Cabo-verdiana era de 491.575 habitantes. A maioria dos cabo-verdianos vive na capital, a ilha de Santiago com 55,7% da população do país, em segundo lugar as ilhas de São Vicente (15,5%), seguido por Santo Antão (8,9%), Fogo (7,5%) e Sal (5,2%). Enquanto que as demais ilhas dividem o restante da população. A densidade populacional é de 119 hab./km², em uma área territorial de 4.033 km². Esta população majoritariamente se encontra nas cidades (62%), e em menor número nas localidades rurais (38%), e quanto ao gênero é cerca de 50% para ambos os sexos (INE, 2010).

Figura 1. Mapa Geográfico de Cabo Verde.



Fonte: MORAIS, 2014.

Os portugueses chegaram a Cabo Verde em 1460 pela primeira vez. Depois disso houve o período de povoamento das ilhas, primeiramente as montanhosas que eram mais propícias à agricultura e à criação de gado, depois as ilhas rasas. Cabo

Verde passou a ser um interposto comercial, principalmente de escala de embarcações para reabastecimento do carvão e alimentos, mas também rota no comércio de escravos do continente africano para as Américas, que ficavam longos períodos ali, antes de serem confrontados com a nova realidade escravocrata.

Cabo Verde era governado pelos senhores portugueses, que muitas vezes vinham com suas famílias para esta missão, ou por vezes, como exilados políticos.

Em 1974, começariam os movimentos de libertação das ex-colônias, reforçado pela Revolta dos Cravos[2] (1974), as ex-colônias Cabo Verde e Guiné-Bissau se sentiram motivadas a levarem avante as suas aspirações de se tornarem países independentes:

> A 25 de abril de 1974 um golpe de Estado levado a cabo pelo Movimento de Capitães, rebaptizado Movimento das Forças Armadas (MFA), põe fim a 48 anos de ditadura do Estado Novo. De imediato o MFA recebe o apoio entusiástico da população de Lisboa, que em menos de uma semana destrói os símbolos do antigo regime. No Quartel do Carmo, em Lisboa, o governo foi cercado; as portas da prisão de Caxias e Peniche abriram para saírem todos os presos políticos; a Pide, a temível polícia política, foi desmantelada, foi atacada a sede do jornal do regime A Época e a censura abolida Ninguém esperava, porém esse desfecho vertiginoso do mais antigo império colonial [...] O arrastamento da guerra ao longo de 13 anos sem vislumbre de qualquer solução política no quadro do regime de Marcelo Caetano e a iminência de derrota abriram a crise nas Forças Armadas. 3 A revolução é determinada pela combinação da luta anticolonial com a irrupção das lutas na metrópole e vice-versa, a situação na metrópole reforça a legitimidade dos movimentos de libertação nas colónias e precipita a independência destas num curto espaço de tempo (em 19 meses todas as ex-colónias se tornam independentes). (VARELA, 2012, pg. 404).

Com uma liderança unificada entre os dois países, sob a liderança de Amílcar Cabral, e muitos outros combatentes da liberdade, ambos os países travaram luta

[2] Em 25 de abril de 1974 um golpe de Estado levado a cabo pelo Movimento de Capitães, rebatizado Movimento das Forças Armadas (MFA), põe fim a 48 anos de ditadura do Estado Novo. De imediato o MFA recebe o apoio entusiástico da população de Lisboa, que em menos de uma semana destrói os símbolos do antigo regime. No Quartel do Carmo, em Lisboa, o governo foi cercado; as portas da prisão de Caxias e Peniche foram abertas para saírem todos os presos políticos; a Polícia Internacional e de Defesa do Estado - PIDE, a temível polícia política, foi desmantelada, foi atacada a sede do jornal do regime A Época e a censura abolida. O I Governo Provisório, que toma posses em 16 de maio de 1974, reunindo membros do PCP, dos socialdemocratas do Partido Socialista (PS) e dos liberais do Partido Popular Democráticas (PPD), numa coligação instável e frágil, não resiste mais do que dois meses à intensificação da conflitualidade social, em Lisboa e nas colónias. A sua queda tem sido interpretada por vários investigadores como o resultado, sobretudo, de divisões no seio do governo e do MFA e da Junta de Salvação Nacional sobre a solução para a guerra colonial, em que o general António de Spínola representaria o arrastar da solução para as colónias, numa tentativa de prolongar o domínio português na África, enquanto o MFA, o PCP e o PS queriam a independência das colónias. Independência essa que aconteceria logo no ano seguinte, 1975! VARELA, Raquel. "Um, dois, três MFA...": o Movimento das Forças Armadas na Revolução dos Cravos – do prestígio à crise. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 32, nº 63, p. 403-425, 2012.

armada nos campos e matas da Guiné-Bissau pela independência das duas potenciais nações. Por Cabo Verde ser um país insular, desprovido de um ambiente ideal em caso de guerra, sem mata e com um espaço territorial pequeno, dividido em ilhas, e principalmente por ter entre os dois países e seus combatentes, muita afinidade, inclusive de parentesco, resolveram se unir e travar a luta de libertação de Cabo Verde e Guiné-Bissau no território guineense, que oferecia melhores condições de luta armada. Esta união se deu por meio da criação de um único partido político para os dois países (Partido Africano para Independência de Guiné e Cabo Verde – PAIGC), sob a liderança de Amílcar Cabral. A rotura política foi motivada por um golpe de estado, em 14 de Novembro de 1980, daí em diante os países seguiram cada um o seu próprio rumo. Em cinco de Julho de 1975, viram seus esforços e lutam recompensados com o reconhecimento da independência de ambos os países.

Após a independência de Cabo Verde, o governo é estabelecido com o único partido político existente na altura, criado a partir do movimento de luta pela libertação, o Partido África para Independência de Cabo Verde e Guiné (PAICG), partido este que ficou no poder e sob o regime de partido único por quinze anos (1975 – 1990). Após esse período, também pela influência da política externa, especialmente as da região leste da Europa, que em 1989, motivaram um movimento pela abertura política, aumentaram a pressão no sentido de ter as primeiras eleições democráticas no país. Funcionários públicos, escritores, alunos cabo-verdianos que estudavam fora do país regressaram e formaram o grupo daqueles que manifestavam o desejo de ver Cabo Verde um país democrático, por meio das suas manifestações públicas e publicações literárias, ficou conhecido como o movimento pela democracia do país.

Este movimento culminou num partido político adotando o nome Movimento Para a Democracia (MPD), que ficou na eminência de uma abertura política para se candidatar ao governo da nação.

Diante destas demandas e reivindicações populares, houve então a aclamada abertura política, garantida pelo artigo 4º da Constituição da República de Cabo Verde, de Setembro de 1990, as eleições democráticas e livres foram marcadas para o começo do ano seguinte.

Nas eleições livres de 13 de Janeiro de 1991, o grupo político MPD venceu e comandou Cabo Verde como primeiro governo eleito em eleições livres. O governo do MPD durou dois mandatos, pois em 2001, o Partido Africano para Independência

de Cabo Verde[3] (PAICV) venceu as eleições e ficando por três mandatos, tendo o MPD voltado a governar o país em 2016, a Nona Legislatura, numa alternância entre estes dois partidos políticos referidos, embora haja muitos outros no país.

Ao chegar à independência, o país precisava alcançar sua autonomia política, econômica, educacional para se consolidar como país independente. Para alcançar a estabilidade nas variadas áreas, o caminho foi o da cooperação externa.

Assim que aconteceu o reconhecimento da independência, toda a estrutura colonial foi desmontada e transferida para Portugal. Com isso, Cabo Verde perde todos os quadros que atuavam no país, em todas as áreas sociais, fazendo com que a nova autoridade cabo-verdiana tivesse a responsabilidade de montar quase tudo do zero (CORREIA; SILVA, 2011 *apud* MORAIS, 2014) [4].

Atentando para o fato de que a situação socioeconômica nacional no pós-independência não eram favoráveis, ainda agrava mais a situação pelas condições geográficas e climáticas do país que possui um clima tropical seco, chuvas escassas e irregulares, sujeito ao vento quente do Saara, que eleva a aridez das ilhas, este fato fez com que fosse inserido num grupo especial de países: "devido aos efeitos causados pelas secas prolongadas, Cabo Verde foi incluído nos Países do Shahel[5], região africana ameaçada da desertificação que recebe apoio de programas de ajuda internacional para combater essa calamidade" (VARELA, 1998, p. 9).

Considerando essa conjuntura era preciso apostar fortemente na qualificação profissional. Por isso, a opção pela cooperação externa se apresentou como uma das melhores, senão a melhor alternativa para Cabo Verde naquele momento (CORREIA; SILVA, 2011 *apud* MORAIS, 2014).

Por meio de acordos de cooperação, muitos países ajudaram a ele para o mesmo se estabelecer como país independente. Um exemplo claro disso é a Corporação Desafio do Milênio[6], projeto do *Millennium Challenge Account* (MCA),

> um fundo de desenvolvimento bilateral, anunciado pela administração do Presidente norte-americano George Walker Bush, em 2002 e fundada em Janeiro de

[3] Antes o PAIGC governava Cabo Verde e Guiné-Bissau, mas com a separação política dos dois países, em Cabo Verde o partido político passou a chamar PAICV.
[4] Ministro do Ensino Superior, Ciência e Inovação de Cabo Verde (2011).
[5] Grupo de países da África Ocidental, unidos na luta contra a seca e a desertificação.
[6] No primeiro ano (2004), 17 países se beneficiaram de uma subvenção MCA: Arménia, Benin, Bolívia, Cabo Verde, El Salvador, Geórgia, Gana, Honduras, Lesoto, Madagáscar, Mali, Mongólia, Marrocos, Moçambique, Nicarágua, Senegal, Sri Lanka e Vanuatu. Madagáscar e Honduras foram os primeiros países a receber o financiamento real do MCA.

2004, em que países participantes tornaram-se parceiros de Cabo Verde, por meio de cooperações nas áreas de infraestruturas e desenvolvimento, como na Construção de Escolas, Hospitais, Rodovias, Eletricidade etc. (DESIDÉRIO, 2006).

O MCA tem por objetivo a promoção do desenvolvimento dos países beneficiários por meio de boas políticas econômicas. No entender do Presidente norte-americano Bush, essa ajuda deveria levar os países a um desenvolvimento sustentável, através destas políticas econômicas, essencialmente as de mercado livre e eliminação da corrupção.

Cabo Verde também teve ajuda do outro lado, da Ex-União Soviética (URSS) e Cuba ambos naquele primeiro momento estabeleceram parcerias no campo educacional, por meio de convênios que possibilitassem aos alunos cabo-verdianos estudarem nas suas faculdades e universidades. Logo na sequência o país viria a estabelecer outras parcerias importantes, como são os casos de Brasil e Portugal engrossando as fileiras de parceiros nestes 40 anos da sua independência.

Cabo Verde também está entre os participantes da Cooperação Bilateral entre os países africanos com o Brasil, ao proporcionar um atendimento educacional a 2782 estudantes cabo-verdianos para estudarem nas universidades e faculdades públicas e privadas do Brasil, depois da virada do milênio (2000-2013), pelo Programa Estudante-Convênio de Graduação e Pós-Graduação (PEC-G e PEC-PG) (MORAIS, 2014).

Segundo Arnaldo Brito, Diretor Geral do Ensino Superior e Ciências de Cabo Verde (2010), a maioria dos quadros cabo-verdianos, durante quase quatro décadas se formaram nestes países e não no próprio país, tendência essa que, a partir da virada do milênio, com a criação de universidades privadas e uma pública, começou a inverter.

Nesta jornada, o Brasil aparece como um forte parceiro de na oferta de vagas/cursos e bolsas para que alunos cabo-verdianos pudessem se formar nas suas faculdades, universidades, tanto públicas como privadas.

1.1. A Gênese: Ensino Superior, aspectos conceituais/teóricos

O ensino universitário tem por objetivo garantir uma boa preparação científica e cultural, mas também conceder a oportunidade de uma formação técnica de qualidade

que capacita para o mercado profissional e ações culturais, e ser capaz de desenvolver suas capacidades de inovação, concepção e análise crítica. “Na sociedade moderna, a instituição Universidade é característica e indispensável, sem a qual não chega a existir um povo. Sem ela não existe autonomia para as sociedades, que continuarão sendo um reflexo das demais” (TEIXEIRA, 1935, s/n).

O ensino superior é o lugar onde se garante melhor qualidade de vida e a inserção social, por meio da pesquisa e atividades de extensão. A procura pelo ensino superior atualmente, não se traduz apenas numa procura por excelência, mas também da democracia, da equidade, de maneira a se proporcionar a todos a chance de inserção social e melhoria das suas condições de vida (SANTOS, 1999, p. 212).

O final do século XXI ficou na história do ensino superior como uma época marcada de grandes mudanças e expansão. Na escala mundial o número de estudantes matriculados passou de 13 milhões, em 1960 para 82 milhões em 1995, e dados de 2004, revelam um crescimento para 132 milhões de estudantes (UNESCO, 2006), e mais recentemente, segundo a revista *The Economist*[7], a taxa de matrícula na faixa etária de 18 a 24 anos deu um salto significativo de 14% para 32%; o número de países com 50% ou mais na mesma faixa etária de alunos na universidade subiu de 5% para 54%. Somente a África subsaariana permanece como único lugar do mundo onde essa massificação ainda não é evidente (THE ECONOMIST, 2014).

Refletir sobre o ensino superior, nos remete obrigatoriamente a uma reflexão e compreensão da instituição universidade. Instituição esta, que possui pesquisadores e produtores de conhecimento, e pelas experiências e novos conhecimentos segue progredindo e se enriquecendo neste sentido. Contudo, este conhecimento adquirido não se configura em um patrimônio que deve ser guardado, antes pelo contrário, ele deve ser compartilhado, acima de tudo servir de base e ponto de partida para chegar a novas experiências e conhecimentos.

O ensino superior sempre enfrentou e continuará enfrentando seus desafios, isto porque os diversificados modelos e as concepções a nível global variam constantemente, imprimindo mudanças constantes às instituições e sistemas, quer sejam elas de mobilidade, internacionalização, financiamento, produção do conhecimento, entre outras. Estes desafios também são superados pela colaboração

[7] Em matéria de capa de junho de 2014, intitulada “High Education: Creative Destruction”.

e cooperação interuniversitárias e globais, que se colocam cada vez mais como a nova tendência, senão até a nova vivência do mundo no ensino superior.

Esta rede interuniversitária que se constitui por meio das parcerias desenvolvidas através de cooperações, intercâmbios, criação de comunidades e convenções[8], visando o compartilhamento de conhecimento e uma busca conjunta de novos conhecimentos nas áreas da investigação científica, tecnologia, entre outros aspectos.

Isto contribui para que cada vez mais o conhecimento se tornasse universal, e compartilhado entre universidades, instituições e governos, de maneira que o conhecimento não seja isolado e nem enclausurado, antes pelo contrário se torna um bem universal:

> O saber sendo universal, sua busca, seu avanço e sua difusão não pode ser alcançado senão graças ao esforço coletivo da comunidade universitária internacional; é isso que confere uma dimensão internacional intrínseca à vida e às instituições universitárias (...) se o saber é universal, sua aplicação é habitualmente local. O ensino superior é tributário da coletividade local na qual se insere e responsável por ela. Essa presença local é parte integrante da missão de serviço da universidade ou de qualquer outro estabelecimento de ensino superior. Mas, ao mesmo tempo em que desejam ampliar sua pertinência no plano local, os estabelecimentos deveriam igualmente fortalecer sua presença no cenário internacional, buscando ativamente soluções para os diversos problemas científicos, educacionais e culturais que envolvem o conjunto da sociedade (LUNA, 2000, p. 4).

A troca de conhecimento é cada vez maior, as partes, através de vários meios e fóruns vão proporcionando a oportunidade de interação e aumento do conhecimento das instituições envolvidas, que buscam ou oferecem esta oportunidade.

1.2. Histórico da Universidade Africana

Conforme estudo de Bartolomeu Varela (2013) há uma grande tentativa de historiadores em encontrar a origem da Universidade, caminhos apontam para a primeira universidade em África, a Universidade Fez em Marrocos, no ano de 859, seguida pela Universidade de Karueein no Cairo, e no Egito, em 988, com a fundação da Universidade de Al-Azhar. Ainda outras teriam sido criadas no mesmo período da

[8] (Como é o caso de Bolonha, do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), European Region Action Scheme for the Mobility of University Students (ERASMUS) ou do português - Esquema de Ação Regional Europeia para a Mobilidade de estudantes Universitários), entre outros.

Idade Média, como é caso da Universidade de Tombuctu, no século XII, em Sankore, no atual Mali.

Já a historiografia ocidental, sendo a mais dominante e consensual, considerando o que mais se aproxima da ideia de Universidade, atualmente, considera as criadas em Bolonha, na Itália, no ano de 1088, e em Paris, França, em 1090, desconsiderando a ideia de que poderia ter nascido na Grécia Antiga, com a criação, no ano 386 ou 387, a. C.

Mais do que as incertezas da origem da Universidade ser no continente africano, neste momento, a realidade desta instituição em África apresenta realidades distintas e carentes de análises mais profundas:

> Tal como continente em que se insere, o ensino superior africano apresenta-se como uma realidade complexa, que se evidencia através da variedade de contextos, modelos, potencialidades e práxis de organização, gestão e desempenho, não obstante a similaridade de desafios identificados, nomeadamente, por académicos africanos e por decisores, a nível dos estados nacionais e de organizações internacionais, como evidenciaremos ao longo desta comunicação. Todavia, nessa diversidade, existem pontos de convergência, designadamente em termos de diagnóstico dos principais problemas a serem ultrapassados e do reconhecimento de que é impensável um futuro para a África sem o ensino superior (VARELA, 2015, p. 8).

Para Paul Tyambe Zeleza (2004) a universidade moderna em África é, sem dúvida, produto do nacionalismo africano. Embora se acredite que houvesse as universidades islâmicas na região norte e as cristãs (Etiópia) na região ocidental da África no período pré-colonial e ainda a criação de muitas outras pré-coloniais, como algumas outras no período colonial europeu (África do Sul, no século XIX), a maioria das entidades africanas só foram criadas depois de 1945, após muita relutância das potências coloniais que estabeleceram seus centros universitários em África, evitando que as colônias pudessem formar seus nativos em níveis maiores como foi, o caso da China.

Assim, desde o período colonial, especialmente, antes de 1945 e algumas décadas depois qualquer nativo africano que quisesse frequentar uma faculdade tinha que se deslocar à Europa ou América para se capacitar a custa dos próprios “esforços ou por intermédio dos missionários” (OLUKOSHI; ZELEZA, 2004, p. 598).

Passado este período de resistências e de sobreposição do poder colonial, especialmente após 1945 com as primeiras independências de países africanos e

consequente liberdade acadêmica, universidades deste continente começaram a se emergir e a fazer o seu caminho (VARELA, 2015).

Contudo, é consenso, conforme constata Onyango (In DIOUF; MAMDANI, 1994, p. 372), que “um dos principais fatores, senão o mais importante, quando se estuda as liberdades acadêmicas, é o papel, a natureza e o impacto do Estado africano pós-colonial sobre a Universidade”.

Para Onyango (1994) o que mais afeta a sobrevivência e a afirmação das universidades africanas, é o não reconhecimento de um mínimo espaço de liberdade aos universitários, devido a intimidação, a perseguição, a prisão e a eliminação, aliada a ausência das condições necessárias à investigação e ao trabalho dos investigadores, como também falta de um salário mínimo vital, de condições de financiamento para a pesquisa, demais condições para o desenvolvimento das iniciativas docentes e das infraestruturas e recursos vitais à vida acadêmica.

A constatação de Varela (2015) é que nem todos os estados africanos têm noção da relevância da liberdade de produção do conhecimento, é evidente como isso tem condicionado a evolução e idealização da Universidade, como um mero instrumento ao serviço dos paradigmas do desenvolvimento.

No período pós-independência, é o momento em parte do poder político, enquanto mentor de ações submersíveis via as atividades acadêmicas, principalmente em nível de pesquisa e do ensino de forma prioritária. Este posicionamento e imposição muitas vezes alimentados pela passividade dos que estavam à frente das universidades, sendo na verdade muitas vezes sucumbidos burocratas e trabalhando para os Estados, por ser solicitado em muitos casos a intervir para resolver os problemas de questões pessoais e ideológicas dentro das instituições (ONYANGO, 1994).

Varela (2015) ainda conclui que a pressão sobre os docentes com vista à produção, os impunha uma carga letiva excessiva, contrapondo com os poucos ou inexistentes apoios para a pesquisa, condicionando assim a liberdade para a produção científica que pudessem fundamentar as políticas de desenvolvimento.

1.3. Ensino superior e seus desafios no continente africano

Devido às crises econômicas internacionais, se repercutindo de maneira drástica no continente africano fazendo com que os investimentos no ensino superior sejam reduzidos, interferindo diretamente na qualidade do ensino superior no continente, consequentemente, repercutindo negativamente no desenvolvimento sustentável dos respectivos países, o que força as instituições a fazer ofertas de baixo custo, e em contrapartida oferecer uma educação de baixa qualidade, como atesta Varela (2015).

Estes fatos também são constatados pelo estudo do Banco Mundial (2010, p. 76) quando afirma que "a fraca qualidade educacional a nível secundário, incluindo currículos desatualizados", fazendo as instituições de ensino superior ter de compensar esse déficit com reposições "frequentemente usada para tentar remediar as falhas dos níveis inferiores de ensino", o que trazem atrasos consideráveis no cumprimento dos programas de ensino superior propostos.

> Em África, apesar do crescimento do ensino superior nas últimas décadas, o acesso a este nível de ensino é ainda restrito, a produção autóctone do conhecimento é limitada, as condições de funcionamento são geralmente precárias e as baixas remunerações e outros fatores de desmotivação agravam a fuga de cérebros. Estes problemas, que afetam a maioria das universidades africanas, têm origem não apenas em crises económicas, mas também em políticas inadequadas, nomeadamente a insuficiente assunção do papel da universidade no desenvolvimento dos países, apesar de, nos discursos, os decisores, em nível dos estados nacionais e das organizações internacionais, admitirem a indispensabilidade da universidade para o futuro da África (Varela, 2015, pg. 1).

Estas questões críticas vêm se arrastando no ensino superior africano desde sempre, algumas instituições conseguem debelar estas circunstâncias, mas boa parte da realidade esbarra nesta mesma situação. Para Olukoshi e Zeleza (2004) estas situações são patentes na vivência das instituições africanas, quando mencionam que embora haja dificuldades nas condições para o acesso e manutenção no ensino superior, é crescente o número de novas instituições privadas que vão sendo criadas no continente. Os alunos de diferentes públicos sendo absorvidos por estas instituições que visam ao lucro, considerações sectárias através de políticas formuladas e implantadas para ações afirmativas, estreiteza profissional e inovando estatalmente nas flexibilidades "para acomodar os marginalizados por razões de gênero, classe, região, etnia e religião" (OLUKOSHI; ZELEZA, 2004, p. 603).

A situação das instituições de ensino superior no continente africano, sua proliferação e flexibilidade são constatadas na literatura africana sobre o tema, o percurso demonstra essa tendência e manutenção dessas políticas constatadas por Olukoshi e Zeleza (2004) reafirmadas mais de uma década depois por Varela (2015), considerando que as instituições na sua maioria não governamentais são:

> "Produtos resultantes da crise de produção de conhecimento nas universidades públicas e, na sua maior parte, são alimentados, de uma forma ou outra, por pessoal docente das universidades públicas. Por outro lado, as próprias universidades públicas estão a ser induzidas pela 'lógica do mercado', que faz parte da 'agenda de reformas promovidas pelo Estado e pelos doadores. A par da 'reorganização do sistema universitário, com base nos princípios do mercado' (OLUKOSHI; ZELEZA,2004, p. 605-606).

Estas situações colocam as instituições à mercê das demandas de mercado, como prestadoras de serviço e consultoria de acordo com os interesses dos setores privados ou de órgãos governamentais fazendo com que a crise instaurada se padronize e a universidade fique aquém da sua verdadeira missão, essencialmente no tangente à pesquisa e produção do conhecimento. Complementando esta constatação Imam e Mama (1994, p. 85) concordam que, a investigação neste continente, especialmente nas áreas da ciência está altamente afetada pelas "condições engendradas pela crise política e socioeconómica que atravessa todo o continente".

Conclusão, neste olhar sobre a situação das instituições no continente africano cabe fazer menção para aquelas que de alguma forma vão se sobressaindo a esse turbilhão de desencontros em nível de ensino superior em África.

> As universidades acreditadas em África encontram-se em estágios diferentes de desenvolvimento institucional e de aprimoramento da qualidade académica, ao serviço dos respectivos povos, e ocupam posições pouco destacadas no ranking mundial. No ranking das 100 Melhores Universidades Africanas em 2015 constata-se o predomínio de universidades sul-africanas e do Egito. Das universidades dos países africanos de língua portuguesa, apenas constam de um desses rankings a Universidade Eduardo Mondlane, de Moçambique (27º lugar), e a jovem Universidade de Cabo Verde, no 79.º lugar, mais 16 degraus que em 2013 (95º) (VARELA, 2015, p. 18).

O caminho a percorrer pelas instituições passa também pelo conjunto regional onde elas se inserem. Há diversidades de situações que precisam de diagnósticos de modo a ultrapassarem as barreiras e limitações de modo a contribuírem para o desenvolvimento sustentável do continente.

1.4. O Ensino Superior em Cabo Verde

Para melhor compreender o ensino superior em Cabo Verde, é imprescindível conhecer primeiramente a cultura educacional de Cabo Verde, sua gênese identitária e os pensadores que marcaram a visão e importância da educação para a nação. É notório como a história da nação cabo-verdiana se 'confunde e mistura' com a concepção e importância da educação.

Amílcar Cabral, nascido na Guiné em 1924, filho de pais Cabo-verdianos e Guineenses, embora não sendo um especialista na área de educação, mas um agrônomo de formação e combatente da liberdade, sendo sem duvida aquele a imprimir na identidade cabo-verdiana o valor e a importância da educação. Este que foi denominado por Paulo Freire (2008) o "pedagogo da revolução"[9].

"Esta distinção deve se à concepção, que este combatente da liberdade empreendeu a sua luta quando encarnou perfeitamente o sonho de libertação de seu povo e os procedimentos políticos pedagógicos para a realização desse sonho" (FREIRE, 2008, p.5), fazendo da educação a "arma" mais poderosa para alcançar este fim. Este não é um pensamento individual de Amílcar Cabral, e nem exclusivo para Cabo Verde e Guiné Bissau, mas para o contesto africano, pois ela concorda e faz jus à declaração de outro pensador africano, Nelson Mandela, que também não sendo um especialista em educação, a coloca em destaque, quando afirma que "a educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo".

> Com efeito, Cabral sempre se apercebeu de que a educação era uma garantia do sucesso da própria luta de libertação nacional, razão porque não só promoveu a formação militar, académica e cultural de quadros, no estrangeiro e no terreno da luta, ministrando, ele próprio, vários seminários de quadros, de que temos eco através de diversos textos de sua autoria, como empreendeu uma importante atividade de educação das crianças que, com as suas famílias, iam sendo subtraídas ao jugo colonial na Guiné-Bissau, sendo disso exemplo a criação da escola-piloto, em Dezembro de 1964, no bairro de Ratoma, nos subúrbios de Conakry, que funcionava em regime de internato, à qual se seguiriam, mais tarde, várias escolas nas regiões libertadas, conforme nos dá conta Luís Cabral, irmão de Amílcar, na sua "Crónica da Libertação" (1984) (VARELA, 2011, pg.3).

[9] Conforme estudo organizado por Laura Maria Coutinho e outros, com base numa Palestra gravada de Paulo Freire no Curso de Mestrado da Faculdade de Educação Universidade de Brasília, em 8 de Novembro de 1985

A prioridade e importância que Amilcar Cabral, dava para a educação enquanto estratégia para a sustentabilidade do país fica claro na sua estratégia não só militar, mas principalmente de estadista.

Quando na sua avaliação e visão, da futura nação, entendia que a libertação nacional não era o suficiente para garantir o sucesso do processo, mas a construção de uma nação estava além de ser país independente, mas eram necessárias à continuidade e apostas certas para a consolidação do estado cabo-verdiano, a formação de quadros era também imprescindível e urgente. Esta é a constatação feita por Paulo Freire (2008) quando sita o diálogo de Amílcar Cabral com um dos combatentes:

> "Eu preciso retirar duzentos de vocês da frente da luta, para mandar para outra frente de luta. Eu preciso de duzentos de vocês para mandar para Conacri, para Instituto de Capacitação, para capacitar os duzentos e depois trazê-los para o interior do país para as zonas libertadas, no sentido de trabalhar como professores". E aí o jovem olha para mim e diz, vejam como é um raciocínio assim muito imediato. Muito parecido com milhares de marraciocínios nossos no Brasil e na América Latina. Disse: "Como é que eu, que estava com um fuzil na mão, vendo o meu companheiro cair morto junto de mim, os tugas matando a gente, como é que eu podia naquela hora pensar que pudesse haver a possibilidade de duzentos de nós saírem da frente de luta para ir estudar. Então a minha reação foi a seguinte: Mas, camarada Amílcar, esse negócio de educação fica para depois. Você veja que essa reflexão é extraordinariamente igual à de milhares de nós aqui na América Latina, para não falar só no Brasil. '– Então camarada Cabral, esse negócio de educação, fica pra quando a gente botar os tugas para fora, aí a gente pensa na educação, e aí a gente se forma, se capacita'. Eu pensava que o camarada Cabral ia trazer para cá mais duzentos guerrilheiros, e não tirar duzentos de cá". E Cabral vai e diz a ele:'E por que você acha que não está certo isso?" E o moço diz: 'Porque a gente não pode perder essa guerra'. Cabral então diz: 'Mas é exatamente para não perder a guerra, que eu preciso de duzentos de vocês. (FREIRE, 2008, pg. 8)

Os pressupostos de Cabral, quatro décadas atrás, continuam enraizados na mentalidade cabo-verdiana. Qualquer que seja o nível, a educação continua sendo de valor inestimável para os cabo-verdianos. Essa ideologia mante a sua atualidade, e é "imperativo de se aliar o conhecimento experiencial, a aprendizagem social, o saber científico e a aprendizagem ao longo da vida" (VARELA, 2011, pg. 6).

São estes pressupostos e cultura educativa que norteiam as tomadas de decisões no sistema educativo nacional, especialmente na Pós-graduação onde as experiências, o conhecimento e sua consequente contribuição para o desenvolvimento nacional, é ainda maior.

Assim faz parte do conceito e da visão de vida de cada cabo-verdiano a ideia da educação como o melhor, senão o único caminho para a realização pessoal, familiar e da nação, onde é necessário cada um ter a oportunidade de aprender e contribuir para o bem comum. Esta é uma cultura que vai se disseminando, o legado que se vai passando, de que é preciso adquirir melhor conhecimento para poder contribuir, afinal "ninguém pode saber sem aprender e que a pessoa mais ignorante é aquela que sabe sem ter aprendido" (CABRAL, 1974b, p. 52).

Apesar de ser um país muito novo, com apenas quatro décadas de história, como país independente (1975), o fato de Cabo Verde manter, ampliar e conseguir novas parcerias demonstra seu destaque no contexto global como um dos países, em via de desenvolvimento em franco crescimento.

A partir do momento que se torna país independente, é natural o desejo de se consolidar enquanto país passar a ser o objetivo e meta daqueles que tem em mãos o governo da nação. Para isso, eram necessárias medidas cabíveis e sábias na busca deste objetivo, de maneira a não se comprometer, mas também de modo a chamar a atenção dos potenciais aliados internacionais e possíveis parceiros.

Pela sua localização estratégica na rota dos quatro continentes (América do Sul e Norte, África e Europa), bem no centro do Oceano Atlântico, sua boa tradição e condição marítima aliada à postura da neutralidade diante dos conflitos mundiais daquele momento pós-guerras mundiais, renderam a Cabo Verde bons parceiros internacionais, que se tornaram colaboradores e investidores no seu desenvolvimento. E entendendo ser a educação o caminho para o desenvolvimento de qualquer nação, então na situação que Cabo Verde se encontrava, o melhor a se fazer era investir neste setor de capacitação e desenvolvimento intelectual e cultural.

Alguns países da mesma região com condições semelhantes no pós-independência, no seu projeto de consolidação, optaram pela criação do ensino superior, logo naquele começo, como por exemplo Moçambique, enquanto que Cabo Verde mesmo sem ignorar este nível de ensino, adota uma postura diferente na abordagem a este setor, ao invés de criar, ele aproveitou a abertura dos países para formar seus quadros nos seus sistemas de ensino superior e sem altos custos.

No entender do governo, a melhor estratégia era investir e consolidar os níveis básicos como já referido anteriormente (primeiro ao sexto ano de escolaridade) e secundários (sétimo ao décimo segundo ano de escolaridade) equivalentes no Brasil

ao ensino fundamental e médio respectivamente, e aproveitar as parcerias internacionais para a realização do nível superior. Assim, a consolidação dos níveis básicos e secundários dariam estabilidade e condição para um ensino superior de qualidade, quando chegasse o tempo.

Segundo Arnaldo Brito, falando da cooperação internacional, especialmente com o Brasil, esta é uma das maiores contribuições que Cabo Verde recebeu:

> A contribuição é grande, extremamente grande se nós olharmos para Cabo Verde como um país que está a desenvolver, e se encontra num momento muito interessante, este nível de desenvolvimento que nós encontramos é produto do trabalho dos técnicos e quadros cabo-verdianos de uma forma geral, mas sobretudo da construção de uma capacidade que se criou para pensar, conceber e fazer mudar. Nisto tudo o Brasil tem uma grande contribuição ao colaborar com Cabo Verde na formação dos seus quadros (BRITO, 2011, *apud* MORAIS, 2014, p. 147).

Por três décadas, então, são estas as experiências e as vivências de Cabo Verde, com ensino superior, por meio da cooperação com países que possuíam vasta experiência no campo do ensino superior e sem elevados custos, já que a maioria dos alunos cabo-verdianos se graduava em outros países. Nem sempre este 'retorno de cérebros' é possível, mas na maioria dos casos se logrou êxito, e o país pode formar seus quadros e motivá-los a regressar e contribuir no seu desenvolvimento (MONTEIRO, 2016).

No entender de Paulino Monteiro (2016) ao que parece esta estratégia funcionou, pois, o país desenvolveu, atraiu o interesse dos que se tornaram parceiros, estes passaram a apoiá-lo nas mais diversas áreas, especialmente no domínio da formação superior. Atualmente, o país tem condição de programar o seu próprio ensino superior, fruto da formação sem alto custo dos seus quadros por ter convencido os seus parceiros aproveitando da melhor maneira todo o investimento. Com isso, não só conseguiu seguir a rota do desenvolvimento, criar e buscar a consolidação do seu sistema de ensino superior, mas também conservar a dinâmica da cooperação com seus parceiros internacionais em todas as áreas.

O conhecimento compartilhado pela comunidade internacional, por meio das pesquisas tem sido benéfico a Cabo Verde, mas a nível nacional precisa desenvolver pesquisas e estudos de maneira a ter conhecimento do si próprios, através de pesquisadores do próprio país, opinião de Arnaldo Brito:

> O conhecimento sobre Cabo Verde e produzido em Cabo Verde é uma das nossas preferências. Conhecimento de Cabo Verde, a partir da Geografia, da História, da Literatura, da Sociologia, do Centro de Estudo em Gênero e Família, Centro de Investigação em Habitação e Ordenamento de Território, que incidem muito sobre as temáticas cabo-verdianas (BRITO, 2011, *apud* MORAIS, 2014, p. 114).

O país, no ano em que o sistema nacional produzia os primeiros diplomados (iniciados no ano letivo 2007/2008) com grau de mestrado e doutorado, contava com nove Instituições de Ensino Superior, sendo 1 pública e 8 privadas, conforme o quadro 3, as matrículas no ano letivo 2010/2011 no ensino superior nacional (público e privado) somavam 11.769 alunos. Os dados a seguir (figuras e quadros) servirão de base para comparação com os mesmos dados uma década depois das primeiras matriculas (2015-2016).

Quadro 3. Distribuição de alunos segundo área de formação

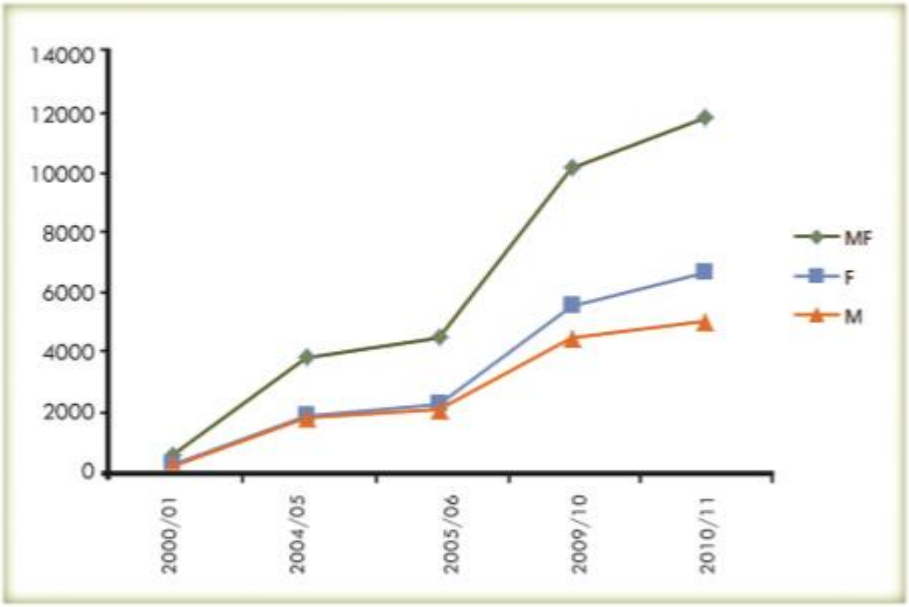
Ano	Ciências sociais, humanas, letras e linguas	Ciências exactas, engenharias e tecnologias	Ciências da vida, ambiente e saúde	Ciências económicas, jurídicas e políticas	Total
2000/01	334	95	75	213	717
	46,6%	13,2%	10,5%	29,7%	
2010/11	3571	2680	1034	4484	11769
	30,3%	22,8%	8,8%	38,1%	

Fonte: Anuário Estatístico do Ministério da Educação 2010-2011

Com relação ao ano letivo precedente, a figura 2 mostra que houve um crescimento a um ritmo muito grande no número de matrículas (40,6%), considerando o experimentado na última década (ME, 2011).

Consta-se grande aumento do número de ingressos, principalmente nos anos letivos 2001/2002 com a criação de duas instituições privadas, e em 2006/2007 com a criação da universidade pública.

Figura 2. Evolução das matrículas 2000/01 – 2010/11



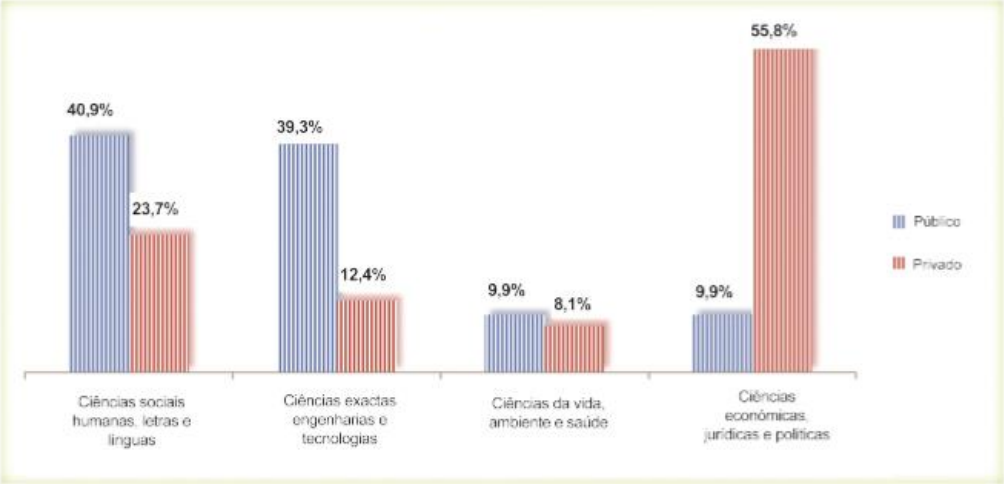
Fonte: Anuário Estatístico do Ministério da Educação 2016-2016

Analisando a figura a seguir (3) constate-se que a maioria dos alunos matriculada no ensino privado (55,8%) é da área das ciências econômicas, jurídicas e políticas; As áreas das ciências sociais, humanas, letras e línguas constituem a segunda opção dos alunos do ensino privado com uma proporção de 23,7%. As áreas das ciências exatas, engenharias e tecnologias e as das ciências da vida, ambiente e saúde representam, respectivamente, 12,4% e 8,1% do total de alunos no ensino privado.

Realidade diversa no setor público, cuja distribuição de estudantes tem seguinte estrutura: 40,9% dos alunos são das áreas das ciências sociais, humanas, letras e línguas. As ciências exatas, engenharias e tecnologias representam 39,3% do total de alunos; a área das ciências da vida, ambiente e saúde e a das ciências econômicas, jurídicas e políticas representa cada uma, 9,9% do total de alunos no ensino público.

Assim fica claro que a esfera pública tem maior número de estudantes nas ciências econômicas, jurídicas e políticas, enquanto nas outras três áreas a maior concentração está nas instituições privadas, como se vê na figura a seguir.

Figura 3. Estudantes inscritos por área e por tipo de instituição (2010/11)

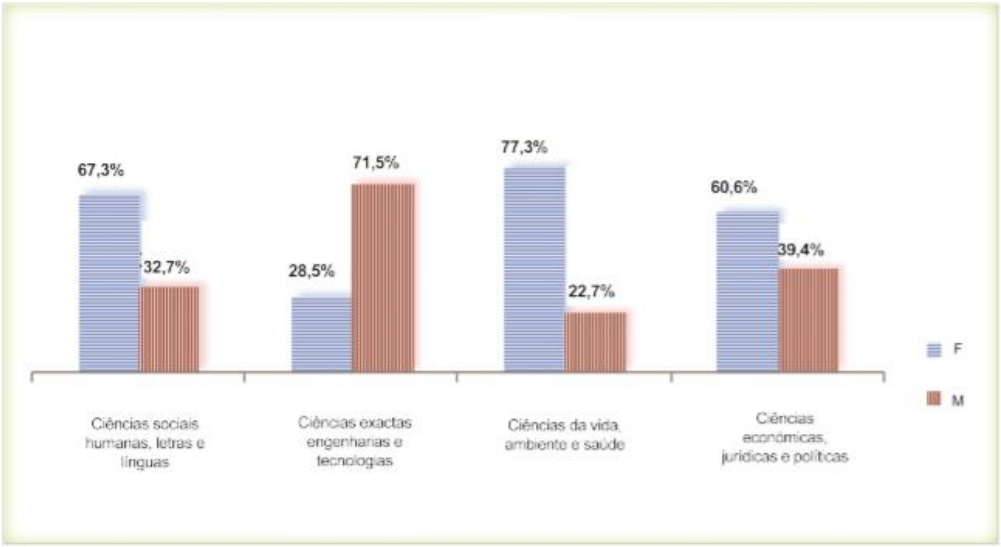


Fonte: Anuário Estatístico do Ministério da Educação 2010-2011

Quanto ao gênero é possível ver na figura 4 que a maior predominância por área do sexo feminino, aproximadamente dois terços (77,3%) das matrículas são deste gênero, apenas 22,7% são do sexo masculino; já na área das ciências econômicas, jurídicas e políticas constitui preferência de 60,6% de mulheres.

Com isso temos maior predominância de mulheres nas diversas áreas, à exceção das ciências exatas, engenharias tecnológicas onde os homens formam a maioria, e ainda se percebe que o percentual de mulheres no ensino superior é quase o dobro da dos homens.

Figura 4. Estudantes inscritos por área e gênero (2010/11)

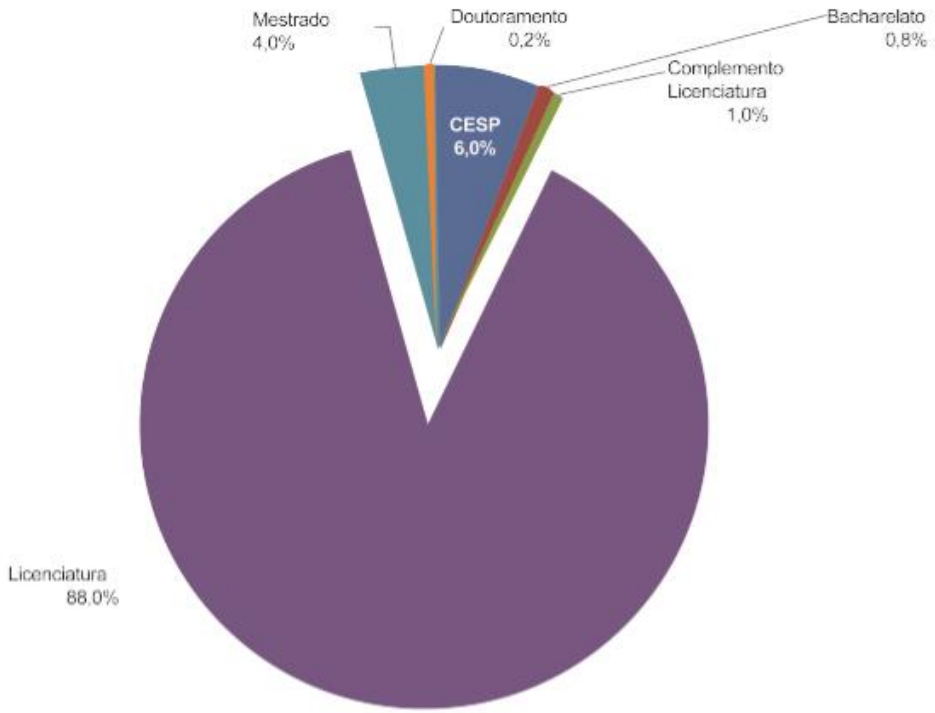


Fonte: Anuário Estatístico do Ministério da Educação 2010-2011

Como ilustra a figura 5, em 2000/01 os alunos que frequentavam a licenciatura e o complemento de licenciatura totalizavam 24% do total de alunos, já em 2010/11 o total de matriculados nesses dois níveis de ensino é de 89%. A proporção de alunos a frequentar o mestrado e doutoramento neste ano é de 4,0% e 0,2%, respectivamente.

Assim, no ano letivo em o sistema nacional teve seus primeiros egressos na Pós-graduação, a percentagem de pós-graduandos (mestrandos e doutorandos eram apenas 5% do universo de alunos no ensino superior nacional).

Figura 5. Alunos matriculados segundo nível de formação (2010/11)



Fonte: Anuário Estatístico do Ministério da Educação 2010-2011

Nas instituições privadas cerca de 50% dos professores detêm o grau de licenciatura, enquanto nas instituições públicas os professores com este grau representam apenas 31%. Importa realçar a percentagem significativa de mestres, quer no ensino público quer no privado, com vantagem para o primeiro. A diferença maior reside no grau de doutoramento, com 24,6% para o público e 6,4% para o privado. A percentagem de pós-doutoramento é de 1,9% no ensino público. Percebe-se pelo quadro 4 que o número de professores licenciados no ensino superior é

majoritariamente licenciado, o que sinaliza uma alerta e necessidade de qualificação dos docentes, um dos quesitos importantes na análise da qualidade do ensino superior.

Quadro 4. Distribuição de professores segundo grau de formação e tipo de instituição (2010/11)

Instituição	Pós - Doutorado	Doutorado	Mestrado	Pós Graduado	Licenciado	Bacharel	Total
	MF	*MF*	*MF*	*MF*	*MF*	*MF*	*MF*
Público	10	128	221	1	160	0	520
	1,9%	24,6%	42,5%	0,2%	30,8%	0,0%	
Privado		47	294	46	351	1	739
	0,0%	6,4%	39,8%	6,2%	47,5%	0,1%	
Total	**10**	**175**	**515**	**47**	**511**	**1**	**1259**
	0,8%	13,9%	40,9%	3,7%	40,6%	0,1%	

Fonte: Anuário Estatístico do Ministério da Educação 2010-2011

O Ensino Superior vai se consolidando e desenvolvendo ao longo da última década, por meio da criação de novos cursos, maior número de ingressos e consequentemente mais diplomados, com abertura para a internacionalização, já que no seu corpo docente existem muitos professores provenientes de outras universidades e países parceiros, pois alguns cursos são frutos de acordos de intercâmbio e estágio universitário com outras instituições internacionais. Além disso, tem buscado adaptar às exigências dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), ao processo de Bolonha[10], onde o sistema nacional tem, não necessariamente seu modelo, mas sua maior influência:

> Um dos objetivos do Processo de Bolonha é estabelecer a equivalência dos diplomas concedidos pelos países participantes, a fim de facilitar a mobilidade dos estudantes, e isso é mencionado na justificativa da nova legislação para a Universidade de Cabo Verde. Um segundo objetivo de Bolonha é a reorganização dos sistemas nacionais do ensino superior, padronizando o sistema 3-2-3, com uma duração inicial de três anos para um diploma de licenciatura ou equivalente, dois anos adicional para mestrado e mais três anos de estudos de doutoramento (BANCO MUNDIAL, 2012).

[10] O Processo de Bolonha é um acordo de cooperação internacional no âmbito do ensino superior, assinado por ministros da educação de 29 países europeus, em 19 de junho de 1999, e conhecido como Processo ou Acordo de Bolonha (atualmente fala-se em Espaço Europeu de Ensino Superior).

Depois de uma década de experiência no ensino superior, vai se tentando criar um modelo para este subsistema de ensino, capaz de responder à demanda nacional e aos desafios de diversas ordens, que se colocam a este pequeno país insular:

> Em princípio, o modelo de universidade adoptado em Cabo Verde não é diferente do da maioria dos países. De acordo com a legislação recente, "o objetivo do ensino universitário é garantir, através da promoção da investigação e da criação de conhecimento, uma sólida preparação científica, técnica e cultural dos indivíduos, permitindo-lhes desenvolver as suas competências para a concepção, análise crítica e inovação em suas atividades profissionais, socioeconômicas e culturais" (BANCO MUNDIAL, 2012).

Isto não é tarefa fácil, e o ensino superior, por si só não é capaz de resolver todos os problemas e dificuldades de crescimento de um país, principalmente, nas últimas décadas com as sucessivas crises mundiais, que em muitos casos com as instabilidades políticas e estruturais, muitos países não conseguem manter os estabelecimentos de ensino superior, levando ao fechamento de algumas instituições, e a confiança nas universidades acabam por ser arruinadas quando se constatam o desemprego de diplomados e o êxodo de cérebros (DELORS, 1997).

Contudo, segundo o então Ministro do Ensino Superior, Ciências e Inovação de Cabo Verde "Não existe neste país setor com mais vitalidade do que o ensino superior" (CORREIA; SILVA, 2011 *apud* MORAIS, 2014, p. 116). Considerando o número de Instituições de ensino superior que foi criado, os cursos oferecidos, a criação e aquisição de estruturas e um setor com muitas parcerias e investimentos de parceiros internacionais foi como o que acontecia em menor escala em outas áreas de ação governamental.

1.5 Qualidade e Avaliação do Ensino Superior em Cabo Verde

Falar de ensino superior, principalmente, ensino superior de qualidade não é tarefa fácil em qualquer contexto, pois não há uma medida pré-estabelecida para avaliar a qualidade deste subsistema. Contudo alguns indicadores podem ajudar nesta avaliação, por isso, em Cabo Verde a preocupação está relacionada com a estrutura, oferta de cursos, sucesso e insucesso, o envolvimento com a pesquisa e, também, pela qualificação do corpo docente das instituições.

Pelos novos paradigmas mundiais, a qualidade através do desempenho de aprendizagem dos alunos, é a forma mais segura de avaliar a qualidade do ensino:

> Infelizmente, ainda não existe uma metodologia para avaliar os resultados da aprendizagem no ensino superior. Por esse motivo, a avaliação da qualidade do ensino superior de Cabo Verde vai concentrar-se necessariamente em vários indicadores de insumo e na revisão dos mecanismos atualmente em vigor do controlo de qualidade (BANCO MUNDIAL, 2012, p. 14).

Outro fator que contribui para a boa qualidade do ensino superior, consequentemente, a Pós-graduação em Cabo Verde, conforme sinaliza o Documento do Banco Mundial[11], seria a boa preparação dos docentes, especialmente doutores, quer sejam no país ou no exterior:

> Por esta razão, a avaliação atual da qualidade do sistema do ensino superior de Cabo Verde vai reconhecendo muito embora as suas limitações, focalizar-se necessariamente nesses indicadores de insumos e depois serão revistos os mecanismos atualmente em vigor para o controle de qualidade e o monitoramento [...]. A consciência da necessidade de promover a qualidade do ensino e aprendizagem através da formação do pessoal docente, concentrando-se no desenvolvimento de competências académicas dos professores, está a crescer em Cabo Verde (BANCO MUNDIAL, 2012, p. 54 e 60).

Dado o rápido crescimento que tem se presenciado no ensino superior neste país, os desafios de gerir algo novo têm feito com que pouca atenção seja dada a estes princípios de avaliação periódica de desempenho e promoção.

Outra questão preponderante e essencial à qualidade da Pós-Graduação em Cabo Verde é a capacidade de pesquisa local, que é praticamente inexistente. “A política de investigação nacional ainda não está devidamente formulada. O financiamento da investigação é modesto, a pesquisa é o resultado da iniciativa

[11] DOCUMENTO DO BANCO MUNDIAL, Maio de 2012. Construindo o Futuro: Como é que o Ensino Superior Pode Contribuir Para a Agenda de Transformação Económica e Social de Cabo Verde. “Este estudo foi encomendado pelo Governo de Cabo Verde e é o resultado de um esforço conjunto do Governo e do Banco Mundial. No início do exercício, o Governo criou uma equipa nacional inter-sectorial para trabalhar com a equipa do Banco Mundial. O grupo foi composto pela Senhora Maria José da Luz (Assessora do Ministro do Ensino Superior), Senhor Arnaldo Brito (Diretor Geral do Ensino Superior); Senhora Domingas Fernandes (Chefe do Departamento de Estatística do Ministério da Educação); Senhora Luisa Inocêncio (Assessora do Ministro do Ensino Superior e Ciência), Senhor Jorge Dias (Chefe do Departamento de Formação Profissional na Universidade de Cabo Verde), e Senhora Ana Santos (Técnica da Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão da Ministério da Educação). Também vários altos funcionários de diferentes instituições públicas e privadas em Cabo Verde, incluindo universidades, ministérios, agências estatais, e empresas, participaram no exercício, disponibilizando informações e dados, participando nas discussões técnicas, ou oferecendo comentários e sugestões”.

individual em vez de iniciativas institucionais e os resultados da investigação são, portanto, insuficientes" (BANCO MUNDIAL, 2012, p. 65).

Além da qualidade, a avaliação também é uma questão que carece de muita atenção quando se trata do ensino superior em Cabo Verde, essencialmente na Pós-graduação *e* não há como entender a qualidade do ensino sem avaliação. E é pensando na qualidade, que o subsistema de ensino superior está criando, em parceria com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) do Brasil, um "Sistema de Avaliação da Qualidade do Ensino Superior em Cabo Verde" (INEP, 2012).

Este acordo entre Brasil e Cabo Verde foi estabelecido em 2012, no início de 2013, a proposta de "Implementação do Projeto Qualidade da Educação Superior – Criação do Sistema de Avaliação em Cabo Verde", cujo objetivo prevê duas linhas de atuação, a saber: (i) Capacitação, por meio do desenvolvimento de cursos e seminários de formação profissional para a avaliação; (ii) Assistência técnica para a elaboração de material e de documentos legais e normativos, que contarão com ações de intercâmbio profissional e acadêmico (INEP, 2012).

Cabo Verde precisa de um sistema de avaliação credível, pois nestas três últimas décadas, as instituições e os cursos oferecidos não foram acompanhadas de um sistema de avaliação criado para este fim, com funções definidas, salvo algumas exceções de avaliações externas feitas por acadêmicos portugueses (AUBYN, 2006; CRESPO, 1997; GRILO, 1993), solicitadas pelo governo de Cabo Verde.

> No seguimento de tais avaliações, foram produzidos relatórios que versaram diversos aspectos da organização e desempenho dos institutos públicos de ensino superior e, posteriormente, de algumas universidades privadas, fornecendo subsídios para sua reconfiguração institucional e ou para melhoramento da sua qualidade e desempenho. Só em 2013, na sequência da aprovação dos Decretos Leis nº 20 e 22/2012 de 19 de Julho e de 7 de Agosto, respectivamente, se decidiu avançar com o processo de avaliação da qualidade do ensino superior, nos seus componentes de acreditação, auto avaliação e heteroavaliação, inspirados em experiências de países como o Brasil (VARELA, 2014, p. 13).

Os esforços estão sendo feitos para que esta proposta de um sistema avaliador, para ser elaborado com a cooperação brasileira, devendo ser institucionalizada brevemente, trazendo uma nova dimensão e compreensão do ensino superior em Cabo Verde e, consequentemente, na pós-graduação, onde este projeto tem o seu foco. "Em suma, uma revisão dos indicadores de insumos disponíveis sugere que a

qualidade do ensino superior em Cabo Verde é na melhor das hipóteses razoável" (BANCO MUNDIAL, 2012, p. 66).

Contudo, com nona Legislatura[12] (2016), houve a mudança de governo, que extinguiu o Ministério do Ensino Superior, Ciência e Inovação, e o Ministério da Educação volta assumir as decisões sobre o ensino superior, e nesta questão da qualidade, a proposta do Ministério foi que se crie em Cabo Verde, uma Agência Nacional de Regulação do Ensino Superior, medidas estas que caso venham a ser oficializadas e implementadas podem dar novas perspectivas à qualidade do ensino superior nacional, quer seja por meio de ações estritamente nacionais ou com cooperação externa. Como a pós-graduação se relaciona com essa questão? A Pós-graduação é um elemento importante em qualquer sociedade ou nação, principalmente para os países que buscam um desenvolvimento amplo e diversificado. Para isto acontecer, é necessária obtenção de novas competências e conhecimentos, então a Pós-graduação em que o lócus da pesquisa é maior parte do caminho pelo qual isso pode ser alcançado, produzido ou compartilhado:

> A pós-graduação é a última etapa da educação formal e está diretamente ligada aos demais níveis de ensino, uma vez que os seus alunos são oriundos das etapas de ensino anteriores (...). O sistema de pós-graduação é constituído por um conjunto de universidades, com propostas e perfis diversos, tendo autonomia para criar ou fechar cursos, mas dependendo do financiamento. No topo do sistema estão as universidades humboldtianas, conhecidas por patrocinarem a união indissolúvel do ensino e da pesquisa, com a pós-graduação à frente, servindo de modelo ou farol para o sistema (...) (CAPES, 2010, p. 127).

A Pós-graduação se coloca como algo a mais, ou seja, é a capacitação ou especialização em áreas específicas, onde o sistema ensino superior, oferece para a sociedade frente as suas demandas e necessidades urgentes, essencialmente em sociedades competitivas e focadas no desenvolvimento global, pois é nesta etapa, e por meio dos cursos de mestrado e doutorado, essencialmente, que a pesquisa, a produção científica e a troca de conhecimento têm lugar privilegiado, consequentemente, sua maior atividade.

As políticas públicas para educação têm sido trabalhadas no sentido de garantir adequada formulação e eficiência dos cursos de Pós-graduação, assim que as políticas educacionais ou quaisquer outras políticas públicas não se emergem do

[12] Eleições de 2016, que elegeu o partido MPD para o 9º governo de Cabo Verde.

acaso, mas estão diretamente relacionadas à ação humana e seus resultados, políticas estas que também são definidas e implementadas considerando grandemente o contexto sociopolítico, econômico e cultural.

1.6. Desenvolvimento: do marco zero à efetivação

Entender o desenvolvimento do ensino superior em Cabo Verde, não é tarefa fácil, pois não foi um projeto desejado e seguido, mas iniciativas isoladas que foram ganhando corpo no tempo e se efetivando conforme as oportunidades. O fato de quase não existir produção científica sobre o fato faz com que muitos assumem o protagonismo de tal realização pelas suas iniciativas, identificando-as como as primeiras ou as mais contundentes.

Assim precisar um marco zero deste processo pode ser arriscado, dado ao fato que as Pós-graduações foram implementadas em três instituições quase que simultaneamente, como veremos no próximo capítulo. Assim sendo, se entendermos o marco zero como a efetivação do primeiro curso, temos que considerar as discussões e preparações antecedentes à efetivação dos cursos, os processos paralelos.

Ao longo deste estudo e mediante os poucos documentos disponíveis ou acessíveis pode-se entender a gênese da Pós-graduação nacional e as iniciativas que paulatinamente foram sendo tomadas para dar corpo a este processo.

Sem dúvida, o primeiro momento e fato mais remoto neste processo de desenvolvimento da Pós-graduação nacional, foi a primeira iniciativa isolada destes cursos no país, o primeiro mestrado oferecido pelo ainda Instituto Superior da Educação – ISE (instituto público) em 1997, que viria a incorporar futuramente Universidade de Cabo verde. Este mestrado foi oferecido e concluído, mas não logrou o êxito desejado, já que o objetivo era atribuição de graus e isso não foi reconhecido pelo Ministério da Educação, principalmente por não ter legislação que o amparasse, ou desse enquadramento legal para este reconhecimento conforme avalia a atual Reitora da Universidade de Cabo Verde, Judite Nascimento:

> O Instituto Superior de Educação na altura podia passar certificados de licenciatura, mas ainda não havia legislação que cobria também as Pós-graduações, e para nós foi muito difícil passar este certificado porque não tínhamos como enquadrar legalmente um certificado de Pós-graduação, daí

> que acabamos por ter a Pós-graduação, mas não tivemos o certificado associado (NASCIMENTO, 2016).

Foi uma experiência útil, por um lado porque permitiu criar competência nos estudantes que participaram do programa e o concluíram, por outro lado reforçou a internacionalização do Instituto Superior da Educação, através das parcerias com universidades brasileiras, sobretudo, austríacas. No quadro desse programa teve a participação de professores austríacos e de várias universidades brasileiras, especialmente da Universidade Federal da Bahia. Também esta iniciativa, embora sem sucesso em nível de obtenção de grau, permitiu uma chamada de atenção para o sistema, no sentido de desafiá-lo a criar a legislação para as futuras Pós-graduações, evitando que realmente voltasse a acontecer o que houve com essa primeira tentativa de criação não foi certificada (NASCIMENTO, 2016).

Ainda reforçou as convicções e deu subsídios para o debate daqueles que estavam envolvidos com o ensino superior nacional. Essa primeira tentativa, muito condicionada pela conjuntura daquele momento, como explicaremos melhor mais adiante, no capítulo correspondente, deixou patente a necessidade de se dar passos muito firmes no sentido da criação da Universidade de Cabo Verde, para melhor legitimidade de iniciativas e políticas como estas, também colocar em pauta a discussão sobre as políticas e legislação para o desenvolvimento da Pós-graduação.

Um segundo momento significativo que antecede a efetivação da Pós-graduação Nacional foi o Primeiro Fórum do Ensino Superior realizado em Cabo Verde em 1999. Este evento contou com a presença de 90 professores vindos de universidades nacionais e estrangeiras, quando se refletiu sobre o ensino superior no país. Deste fórum saíram duas grandes decisões: inverter a percentagem de alunos que iam estudar fora, e criar no país condições para formação de mestres e doutores, pretensões estas que mudariam o ensino superior nacional, no entender do então Diretor Geral do Ensino Superior, Jorge Brito[13]:

> Havia muito cepticismo, onde se vai arranjar o dinheiro, 'que não faz sentido', a realidade está patente hoje em dia, depois de dezoito anos. Naquela altura a percentagem dos que iam estudar lá fora era de cerca de 80%, os outros 20% iam estudar na Escola de formação de professores, no ISECMAR – Instituto superior de Engenharia e Ciências do Mar, no ISE - Instituto Superior de Educação e no ISCEE – Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais havia quatro instituições de ensino superior, era apenas 20 a

[13] Primeiro Diretor Geral do Ensino Superior em Cabo Verde. Reitor da Universidade Jean Piaget por 14 anos.

> 30%, e saiu-se do fórum com o objetivo de inverter, e hoje já está invertida, hoje quase toda gente estuda aqui. Havia um programa que foi estabelecido naquela altura para formar professores doutores, pois como é que se pode fazer Pós-Graduação sem professores doutores, naquela altura éramos 4 ou 5 doutores em Cabo Verde, e o objetivo era atingir 100 professores doutores, bom neste momento há mais que isso. Isto é uma primeira fase (BRITO, 2017).

Embora o debate (1999) tivesse sido iniciado naquela altura, os caminhos propostos, efetivamente, só ocorreram seis anos depois. As recomendações e anseio daquele primeiro fórum começariam a ser vistos com as primeiras ideias e iniciativas do Governo de Cabo Verde na direção daquelas recomendações propostas pelo primeiro fórum de educação, ao criar a Comissão Instaladora da Universidade de Cabo Verde. Com isso pretendia, ao menos cumprir estes dois objetivos, entendendo ser a hora de inverter a tendência histórica de enviar estudantes para o exterior, mas também capacitar docentes licenciados em níveis maiores, que poderiam ser no exterior ou criadas condições nacionais para tal.

Considerando que naquele momento não havia ainda nenhuma universidade, isso automaticamente pressupunha melhorias estruturais capazes de atender a demanda nacional em nível de graduações, posteriormente, das Pós-graduações. Estas foram as reflexões e proposições iniciais que davam a abertura a continuidade das discussões e ações neste sentido.

Assim, considera-se o terceiro momento importante para a Pós-graduação nacional, a criação da Comissão Instaladora da Universidade de Cabo Verde[14], criada em 2004, pelo governo de Cabo Verde, com docentes e técnicos, de vários órgãos públicos pelo Decreto-Lei n.º 31/2004, de 26 de Julho. Esta comissão tinha a função de debater e propor que modelos de ensino superior para Cabo Verde, que condições e recursos seriam necessários (TOLENTINO, 2006). Após dois anos de trabalho, esta comissão cessou suas funções pelo Decreto-Lei em 20 de Novembro de 2006 (Decreto-Lei nº 53/2006, de 20 de Novembro), suas indicações e relatórios apurados e implementados com a criação da primeira universidade pública nacional, posteriormente, a implementação da Pós-graduação considerando as propostas desta comissão.

[14] São membros da Comissão Instaladora da Universidade de Cabo Verde: António Correia e Silva (Presidente), Crisanto Barros (Vice-Presidente), Ângelo Barbosa, António Silva, Arminda Brito, Belarmino Lucas, Eurides Costa, Paulino Monteiro e Romeu Modesto (TOLENTINO, 2006).

As propostas apresentadas por esta comissão seriam consideradas para a implementação dos primeiros cursos de Pós-graduação na Universidade do país, consequentemente, em Cabo Verde, já que nesta instituição viriam a existir os primeiros cursos deste nível no local.

1.7. Condições institucionais para o desenvolvimento da Pós-graduação

Pelos fatos, acontecimentos anteriores e decisões ainda que isoladas de alguns atores como foi a do ISE, fica claro que não foi uma proposta, como dizem os franceses 'prêt-à-porter'- pronta, que o Ministério propôs. Desde 1975, já haviam se formado muitos quadros no exterior. Em Cabo Verde não havia nada de oferta para a Pós-graduação, mesmo nos níveis antecedentes, praticamente todo mundo ia para o exterior. Depois se começou a formar internamente, resultante dos novos desafios e demandas que já não se conseguia ter respostas.

A primeira instituição de ensino superior privada, Jean Piaget foi criada em 2001, logo depois o Instituto de Ensino Superior Isidoro da Graça (IESIG) em São Vicente, pois as públicas já existiam: o Instituto Superior de Engenharia e Ciências do Mar (ISECMAR) e o ISE. Daí a Pós-Graduação começa a aparecer na sociedade como uma necessidade.

Segundo Antônio Correia e Silva (2016), o governo sente-se desafiado por essas necessidades, pelas expectativas de um novo país do século XXI, para responder as demandas sociais e o almejado desenvolvimento do jovem país, não seria possível sem a qualificação das pessoas, mas essa qualificação não responderia a altura se continuasse a mandar pessoas para fora, pois não teria meios suficientes para financiar isso, os parceiros não tinham meios também para financiá-los continuamente, assim parece uma confluência de limitações dos recursos, dos desafios que eram grandes, e das forças no sentido de buscar melhores soluções para o país neste campo.

a) Leis diretrizes do sistema educativo

A legislação base para todos demais decretos em nível do sistema educativo estão embasados na Lei de Base do Sistema Educativo, que teve sua última revisão

mediante a Lei nº 103/V/99 – primeira lei de bases do sistema educativo, de 18 de outubro, revista em 2010 pela Lei nº 54/VII/2010, de 8 de Março, institucionaliza o ensino superior ao criar a Comissão Instaladora do Ensino Superior (CIES), parcialmente implementada a partir de 1991.

b) Comissão instaladora da Universidade de Cabo Verde

Em 2001, surge a primeira universidade privada, no ano seguinte a segunda, e em 2004 o Governo de Cabo Verde cria o subsistema de Ensino Superior e também nomeia a Comissão Instaladora da Universidade de Cabo Verde (Decreto-Lei n.º 31/2004, de 26 de Julho), este é o momento importante para o ensino superior em Cabo Verde.

c) Regime Jurídico das instituições das instituições de ensino superior/ Regime Jurídico dos Graus e Diplomas do Ensino Superior

Conforme observa Paulino Fortes (2012) a proliferação de instituições de ensino superior privado como também o crescimento da Universidade Pública de Cabo Verde fez o governo investir na criação da regulação naquilo que veio a ser o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior – Decreto-Lei nº 20, de 19 de Julho de 2012 e, logo em seguida, o Regime Jurídico dos Graus e Diplomas do Ensino Superior – Decreto-Lei nº 22, de 7 de Agosto de 2012.

Promulgados estes dois documentos as instituições de ensino superior são convidadas a rever seus estatutos e a se adequar às novas exigências para o ensino superior nacional, muito influenciadas pela praticada pelo Espaço Europeu de Ensino Superior (EEES)[15] "com ciclos de estudos e ao estabelecimento de um sistema de créditos académicos transferíveis, mas também acumuláveis, independentemente da instituição de ensino frequentada e do país de localização da mesma" (FORTES; CARVALHO, 2012, p. 4).

[15] Declaração conjunta dos Ministros da Educação europeus, assinada em Bolonha, 19 de Junho de 1999.

d) Regulamento da Avaliação do ensino superior cabo-verdiano

(Pelo despacho número 27/14 do Ministro do ensino Superior Ciências e Inovação em 2014, nos termos do artigo 21, n° 1, alínea c) do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, aprovado pelo Decreto-Lei n° 20/2012, de 19 de Julho, este documento estabelece que a avaliação das instituições seja uma tarefa que incumbe ao Estado:

> "Considerando que este diploma prevê que as Instituições de Ensino Superior estão sujeitas ao Sistema Nacional de Garantia da Qualidade, nos termos da lei e que, para além do supramencionado diploma, não existe nenhum normativo susceptível de servir de base à avaliação das Instituições de Ensino Superior, pretende-se, com o presente regulamento, enquadrar o processo de avaliação das Instituições de Ensino Superior, definindo, desde logo procedimentos requeridos pelo exercício da competência de regulação do Ensino Superior atribuída ao Estado e concretizada através do ministério que tutela aquele subsistema de ensino, cometendo, ainda, a logística e operacionalização do processo à Direção Geral do Ensino Superior, como departamento governamental responsável pelas questões relativas ao ensino superior". (MERCI, 2014).

Considerando ainda não haver no país uma agência de regulação, ou um sistema de avaliação institucionalizada enquanto órgão fiscalizador este despacho contempla os requisitos da avaliação das instituições baseadas na Lei de Base do sistema Educativo e nos regimentos Jurídicos citados.

1.7.1 As instituições

Embora Cabo Verde, tenha optado por formar seus quadros fora do país beneficiando-se da cooperação internacional que permitiu aos alunos cabo-verdianos estudarem em universidades estrangeiras, também, no país foram se criando alguns institutos educacionais, conforme elencadas no quadro 5, com vista à formação de quadros para as áreas em que se entendia ser o foco das principais atividades econômicas nacionais ao longo do tempo, basicamente em três áreas específicas: agropecuária, pescas e formação de professores.

As primeiras instituições de ensino superior no país (institutos públicos), onde se formaram os alunos cabo-verdianos até a virada do milênio, em 2006, todas se integraram para dar corpo a primeira e única universidade pública de Cabo Verde (Uni-CV).

A partir daí foram institucionalizadas outras IES privadas, e algumas posteriormente se reconfiguraram, passando de institutos superiores para universidades, que oferecem à sociedade cabo-verdiana os cursos de graduação, Pós-graduação (Mestrado e Doutorado) e Curso de Estudos Superiores Profissionalizantes (CESP), que após a virada do milênio tem oferecido as oportunidades de formação a diversos níveis aos cabo-verdianos.

A **Universidade de Cabo Verde (Uni-CV)**[16] é a primeira universidade pública de Cabo Verde, a única instituição pública com o caráter de universidade no país, sendo portanto referência para o ensino superior cabo-verdiano. Foi criada em 20 de novembro de 2006 pelo Conselho de Ministros por meio do Decreto-Lei 53/2006. A Universidade de Cabo Verde é resultante da integração num primeiro momento do ISE, localizado em Praia, e o ISECMAR, em Mindelo, após um ano seria acrescentado a este grupo o Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário (INIDA), localizado em São Jorge dos Órgãos.

Nos dois primeiros anos estas instituições estiveram associadas à Uni-CV com um figurino jurídico específico, contudo, através do Decreto-Lei nº 29/2008 de 9 de Outubro, o ISE, o ISECMAR e o INAG foram extintos, sendo sua estrutura totalmente integrada na Uni-CV.

Conforme se lê na apresentação no site institucional, no começo, teve grande apoio da cooperação de universidades brasileiras, essencialmente na formação dos seus docentes, e intercâmbio de experiências administrativas. Em 31 de janeiro de 2014 a Uni-CV teve a sua primeira eleição livre e direta do Reitor. Com 50,9% dos votos, a professora doutora Judite Nascimento foi eleita como nova reitora desta instituição, tomando posse em 24 de fevereiro do mesmo ano.

Esta instituição conta com dois Polos, um em Santiago e outro em São Vicente, com campus e estruturas administrativas espalhadas em vários prédios e complexos pelas duas ilhas, ainda se estudam possibilidades de novos *Campus* e cursos de extensão em outras ilhas num futuro próximo. Segundo o então Ministro do Ensino Superior, Ciências e Inovação Correia e Silva (2016), ela se constitui como referencial de qualidade e estímulo competitivo para as demais IES do país.

[16] Informações disponíveis em: <http://www.unicv.edu.cv/>. Acesso em: dia mês ano 22/02/2018.

A **Universidade Jean Piaget de Cabo Verde – Uni-Piaget**[17] é uma iniciativa do internacional Instituto Piaget criada em 1979, que em Cabo Verde vê reconhecido seu instituto superior pelo decreto-lei n.º 12/2001 como um estabelecimento de ensino superior de utilidade público e inicia as atividades acadêmicas em 7 de maio de 2001 com o primeiro curso em Sociologia. Depois de quatro anos, faria uma aposta na extensão com a abertura do segundo polo em São Vicente (2005). Este segundo polo começou com três cursos de graduação (Ciências da Educação e Práxis Educativa, Economia e Gestão e Engenharia de Sistemas e Informática). Em 2007 abriu também o curso de Arquitetura.

A **Universidade de Mindelo – Uni-Mindelo**[18] foi criada em 2002, como Instituto de Estudos Superiores Isidoro da Graça (IESIG), também figura entre as iniciativas privadas, por sua vez a primeira nacional. Em Dezembro de 2010 passou a se chamar Universidade do Mindelo. Com uma oferta formativa variada, a Universidade aposta em várias áreas como Saúde, Gestão, Engenharias, Informática, entre outras. Seu *Campus* encontra-se na cidade do Mindelo em São Vicente.

O **Instituto Superior de Ciências Econômicas e Empresariais – ISCEE**[19] foi fundado em 1991, é uma das primeiras iniciativas privadas no país. A história do Ensino Superior, em Cabo Verde, está indelevelmente marcada pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais (ISCEE), enquanto primeira iniciativa de ensino superior privado, no país. Foi fundada por uma Comissão Dinamizadora da qual fazia parte António Canuto, Hermes Morazzo, Ananta Pinto, João Spencer, Ana Maria de Novais St'Aubyn e Afonso Zego, denominava-se, então, Escola Superior de Gestão e Marketing e Contabilidade. Atualmente, tem como entidade instituidora a Cooperativa de Ensino Superior (COOPENSINO), com sede na cidade do Mindelo, ilha de São Vicente, Cabo Verde.

A instituição **Mindelo Escola Internacional de Arte (M_EIA)**[20] foi criada em 2004 pelo Atelier Mar, com 25 anos de experiência consolidada na área da educação artística. O M_EIA é uma iniciativa privada sem fins lucrativos, promovido pelo Atelier Mar, que é a primeira ONG cabo-verdiana independente, estabelecida em 1979, uma

[17] Informações disponíveis em: <http://www.unipiaget.cv/index.php?pshow=mnu&p=1&s=1>. Acesso em: dia mês ano 22/02/2018.
[18] Informações disponíveis em: https://uni-mindelo.edu.cv . Acesso em: dia mês ano 22/02/2018.
[19] Informações disponíveis em: http://www.iscee.edu.cv/index.php/historia., Acesso em: dia mês ano 22/02/2018.

[20] http://meia.edu.cv/node/1

organização envolvida em projetos nas áreas de formação artística profissional e para o desenvolvimento comunitário. Está localizada no Mindelo, no edifício popularmente denominado Liceu Velho que se constitui como um marco do patrimônio arquitetônico da cidade.

Com o apoio do Ministério da Educação através do – Projeto de Reforma do Ensino Técnico (PRET), financiado pela cooperação luxemburguesa, M_EIA começou oferecendo curso de formação de professores da via artística para o ensino secundário. Em Março de 2008, conclui o seu primeiro ciclo, após isso também passou a oferecer Licenciaturas em Design de Equipamento, Design de Comunicação e Artes Visuais.

O **Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais - ISCJS**[21] é uma entidade de ensino superior cabo-verdiana, criada em 2006, que se dedica ao ensino, investigação e extensão na área jurídica, na social, na política, na econômica e na internacional, oferecendo, nesta senda, cursos de licenciatura e pós-graduação em Direito, Serviço Social, Relações Internacionais e Diplomacia, Ciência Política e Administração Pública e Economia. Conforme seu estatuto o ISCJS tem a sua sede na cidade da Praia, Cabo Verde, podendo, nos termos da lei, mediante proposta do órgão de sua direção e deliberação da Assembleia-Geral da entidade instituidora, criar extensões ou unidades orgânicas autónomas em qualquer outra parte do território nacional.

A **Universidade Lusófona de Cabo Verde – ULCV** oficializada em Cabo Verde em 2007, pertencente ao Grupo Lusófona um dos maiores de língua portuguesa, com estabelecimentos de ensino superior e não superior em Portugal, Brasil, Moçambique, Guiné-Bissau, Angola e Cabo Verde têm por missão pesquisar e investigar para que haja mais conhecimento, mais tecnologias, mais ensino, mais promoção da cultura, das ciências, das artes e das tecnologias, em ordem ao desenvolvimento dos Países e Povos do espaço lusófono.

A **Universidade Intercontinental de Cabo Verde – ÚNICA** foi criada em Novembro de 2008, destaca-se pelas ofertas de cursos na área da saúde e desporto. Suas instalações funcionam na cidade da Praia.

[21]Ver: <http://www.iscjs.edu.cv/index.php?option=com_content&view=article&id=1&Itemid=4>. Acesso em: 28 fev. 2018

A **Universidade de Santiago – US**[22], fundada em 24 de Novembro de 2008, é uma iniciativa de um grupo de cidadãos cabo-verdianos, tem como finalidade contribuir para o desenvolvimento do país. A US é composta por três unidades formativas, denominados Campus da Bolanha, localizado em Assomada; Escola Superior de Tecnologias e Gestão, situada na cidade da Praia e, Escola Superior de Turismo, Negócios e Gestão, no Tarrafal. Pensada a partir do pressuposto de qual economia do conhecimento constitui o melhor meio de inserção de Cabo Verde na comunidade internacional. Sediada na Cidade de Assomada, Conselho de Santa Catarina, na ilha que lhe dá o nome.

Quadro 5. Instituições de Ensino Superior em Cabo Verde

NOME	ANO	LOCALIZAÇÃO	ESFERA
Instituto Superior de Ciências Econômicas e Empresariais – ISCEE	1991	Praia e Mindelo	Privada
Universidade Jean Piaget de Cabo Verde – Uni-Piaget	2001	Praia e Mindelo	Privada
Universidade de Mindelo – Uni-Mindelo	2002	Mindelo e Sal	Privada
Mindelo Escola Internacional de Arte (M_EIA)	2004	Mindelo	Privada
A Universidade de Cabo Verde (Uni-CV)	2006	Praia, Mindelo e Sal	**Pública**
Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais - ISCJS	2006	Praia	Privada
Universidade Lusófona de Cabo Verde	2007	Praia e Mindelo	Privada
Universidade Intercontinental de Cabo Verde – ÚNICA	2008	Praia	Privada
Universidade de Santiago – US	2008	Praia	Privada

Fonte: Elaborado pelo autor.

Conforme o quadro 5, constate se que as universidades na maioria das instituições foram criadas depois dos anos 2000, à exceção do Instituto Superior de Ciências Econômicas e Empresariais – ISCEE e se concentram nas três ilhas mais populosas do país, com maior incidência na capital (Praia), depois em Mindelo e com uma pequena presença na ilha do Sal. Destas nove instituições, somente a Universidade de Cabo Verde é uma instituição pública, sendo as outras privadas.

[22] Disponível no site institucional www.us.edu.cv. Acesso em 22/02/2017.

CAPÍTULO II

2. Atores e Correlação de Forças

Conhecidos os fatos, acontecimentos e o cenário no capítulo anterior, considerando as propostas de Queiroz (2015) para a análise de conjuntura, o conhecimento de quem são os atores intervenientes neste processo e as relações de forças são importantes para entender o percurso da política de Pós-graduação em Cabo Verde.

Os atores são os protagonistas do processo, pessoas e instituições que se posicionam apresentando suas ideias no debate, entidades que contribuem efetivamente e se destacam e atuam no cotidiano, no desenrolar da história. Essas pessoas ou instituições expressam suas opiniões e lutam na arena pelos seus interesses, ou em representação de outrem.

Estes indivíduos ou atores sociais e as instituições normalmente representam grupos, classes ou até países que defendem na arena política os interesses, ideias, projetos, ideologias (QUEIROZ, 2015).

Normalmente, fazem parte desta lista os sindicatos, partidos políticos, governo, financeiras, meios de comunicação, instituições religiosas, civis ou militares:

> O ator é alguém que representa que encarna um papel dentro de um enredo, de uma trama de relações. Um determinado indivíduo é um ator social quando ele representa algo para a sociedade (para o grupo, a classe, o país), encarna uma ideia, uma reivindicação, um projeto, uma promessa, uma denúncia. Uma classe social, uma categoria social, um grupo podem ser atores sociais. Mas a ideia de "ator" não se limita somente a pessoas ou grupos sociais, instituições também podem ser atores sociais: um sindicato, partidos políticos, jornais, rádios, emissoras de televisão, igrejas, etc (SOUZA, 1991, p. 54).

Os atores aparecem de acordo com as demandas, crises e oportunidades de resolverem problemas de ordem pública. Normalmente sua intervenção está atrelada a algum *slogan* ou ideologias como cidadania, luta contra a corrupção, igualdade e equidade, modernidade, desenvolvimento do país, entre outras, ideias estas que criam laços, alianças e um ambiente de consenso social.

O momento crucial para o surgimento dos principais atores da conjuntura sem dúvida está na hora de crise ou indefinição social e institucional. Assim, é importante

entender as razões que geram as intervenções e manifestações, e até que ponto isso influencia a ordem vigente e o curso dos debates sobre o assunto em questão.

Quanto à correlação de forças representam a coexistência, conflitos ou de cooperação que existem entre os atores e quem eles representam. São as relações de forças, igualdade, subordinação ou domínio, entre os grupos, classes sociais, empresas, órgãos, organismos e partidos.

> Numa dada conjuntura, a posição de superioridade ou subordinação de um ator não depende da sua posição institucional, mas da sua capacidade de antecipar-se às iniciativas dos demais atores e da sua capacidade de organização dos interesses, independentemente da sua posição institucional (QUEIROZ, 2015, p. 20).

Assim sendo, é de grande importância conhecer os vários atores intervenientes, quais suas motivações e interesses. O grau de influência de cada ator, independente do seu perfil, faz toda a diferença na compreensão dos processos e também a compreensão do por que de certas ideias, projetos e propostas ganham maior relevância no respectivo cenário.

2.1. Os Atores

2.1.1. Atores Políticos

Aqui serão abordadas menções aos atores, forças ou grupos sociais envolvidos na discussão da Pós-graduação em Cabo Verde, as justificativas para a delimitação e o porquê destes configurarem como atores, apresentados no ponto seguinte, sobre correlação de forças.

No entender dos atores e técnicos educacionais entrevistados, a criação da Universidade de Cabo Verde, figura central na discussão e concepção da Pós-graduação, deu-se no tempo certo, pois se estava a criar uma Universidade, e esta se baseia em três pilares: o ensino, a investigação e a extensão universitária. Para ter investigação é necessário capacitar quadros nacionais (mestres e doutores), que podem ser pessoas que estejam trabalhando, ou pessoas que se licenciaram e querem aprofundar os seus conhecimentos. Essa era a ideia dominante, justificativa da maioria dos atores, especialmente os ligados à academia, para a criação da Pós-graduação nacional (VICTÓRIA, 2016).

Vários atores, tanto do governo, comissão instaladora da Universidade de Cabo Verde, parceiros internacionais (universidades e Ministérios de Educação), docentes e discentes de mobilidade participaram e discutiram sobre aquele momento crucial na história do ensino superior nacional. Quando na altura se criou a Comissão Instaladora, o governo, então nesse caso, foi responsável, ainda que indireto, por esta opção, pois deu à Comissão a responsabilidade de pensar e conceber a universidade pública nacional, dentro daquilo que entendiam ser o melhor. A equipe que foi nomeada integrava cabo-verdianos de diversos horizontes, havia pessoas que estavam no país, nas ilhas, mas também havia cabo-verdianos que estavam em outras partes do mundo, que se dispusera a participarem no processo (MONTEIRO, 2016).

Além da referida Comissão também existia uma equipe de apoio que integrava participantes cabo-verdianos e não só, mas também de outros países, principalmente aqueles que já trabalhavam na universidade nos níveis anteriores (Licenciaturas, Cursos Profissionalizantes e Pós-graduações *lato sensu*) e tinham experiências de Pós-Graduação nos seus países ou universidades de origem.

Em se tratando da educação e de políticas educacionais, o que favorece na busca de melhores caminhos e respostas às demandas, são debates e participações de toda a academia, entidades correlacionadas, neste caso, não se foge à regra, há uma colaboração e participação diversificada, esse trabalho conjunto envolveu muitas pessoas que tiveram papeis fundamentais na concretização de muitos destes eixos do processo:

> Aqui eu não acredito nas soluções individuais. Pode ser um erro meu, mas nestas coisas normalmente é fruto do trabalho de muita gente, portanto fazer sobressair alguém seria injusto da minha parte. Mas houve muita gente envolvida, eu lembro, por exemplo, na pós-graduação com o Brasil, Rio Grande do Sul, um professor cabo-verdiano, professor nosso, alguém que foi para o Brasil, estudou e acabou por ser professor lá e foi uma peça chave, José Carlos dos Anjos, que desde o início se mostrou incansável, vinha para Cabo Verde, nos correspondíamos, fez a ponte com a Universidade do Rio Grande do Sul onde ele trabalhava. Ele foi peça chave neste programa de mestrado que hoje tem o doutorado, eu acredito que sem a ajuda deste professor não teríamos conseguido que as coisas acontecessem da forma como aconteceram. Portanto, poderíamos ter levado a cabo aquelas ações, mas provavelmente não teriam acontecido daquela forma. Falando dele poderíamos falar de outros, e claro que tivemos a clarividência de quem estava à frente do projeto (MONTEIRO, 2016).

A partir do momento que se pensa na Pós-Graduação em Cabo Verde, era necessário identificar essas pessoas, em ir ao encontro delas e convencê-las a participar em tudo isso, é tarefa também de quem seguramente está a propor e dirigir os projetos. Conclui-se que não é ideia de um único ator ou grupo, mas uma discussão e criação com colaborações diversas.

No começo não se reuniu todas as condições e segurança que garantissem os projetos se efetivassem e seriam bem-sucedidos, principalmente num país com a conjuntura socioeconômica como a de Cabo Verde. A contribuição dos atores que abraçaram este projeto e com as experiências tidas no ensino superior nos seus países de origem ou docência ajudaram a refletir, mostrando os erros que eles próprios cometeram, isso ajudou Cabo Verde a não cometer os erros deles. Esses parceiros, que diziam “vamos ajudar por amor à camisa” (MONTEIRO, 2016).

Neste cenário do processo da Pós-Graduação nacional muitos são os atores nacionais e internacionais que se posicionaram e participaram da construção deste enredo com suas manifestações, propostas e ideias: a) alunos e docentes das IES; b) grupos sociais (famílias e associações de pais e encarregados de educação); c) Comissão Instaladora da Universidade de Cabo Verde; d) instituições e organismos públicos e privados nacionais (Ministério da Educação); e) países e universidades parceiras.

a) Grupos sociais *(famílias e associações de pais e encarregados de educação)*

Muitas famílias haviam feito esforços extraordinários para seus filhos poderem ter um curso superior, algo que a maioria das gerações anteriores não pode ter, já que a realidade de igualdade e oportunidade de acesso ao ensino superior só se evidencia na última década do século passado, ou estiveram em idade escolar até os anos de 1990. A maioria não teve condições e oportunidades de terminar o ensino secundário, assim como muitos nem conseguiram chegar à condição de frequentar o ensino superior.

A nova geração teve esta oportunidade e concluíram suas licenciaturas, mas agora deparam com dois novos desafios: colocar muitos formados no mercado de trabalho, principalmente os primeiros diplomados das emergentes IES do país mais os que retornavam da sua formação no exterior, começam a ter dificuldades de

enquadramento profissional para todos; segundo, para superar este primeiro desafio, então o caminho era qualificar com um nível superior, algo que só existia lá fora até então.

As famílias que tinham seus filhos recém-formados no país, mas desempregados precisando se qualificar, e as que seus filhos já estavam qualificados e empregados, mas também careciam se qualificar melhor para manutenção do seu emprego e terem melhores oportunidades na sua carreira. Por serem estes a sustentar as suas famílias, não tinham condições de estudar fora do país. Tudo isso, faz com que as famílias se manifestem e se apresentem como forças de ação, e manifestação ao debate e criação da Pós-graduação no país (CORREIA E SILVA, 2016).

b) Comissão Instaladora da Universidade de Cabo Verde

Sem dúvida, é a força mais ativa e dominante no processo de criação da Pós-Graduação em Cabo Verde, pois a partir das suas decisões, negociações com o governo, docentes, alunos, sociedade civil e parceiros internacionais que se propõem as medidas e diretrizes para as primeiras Pós-Graduações em Cabo Verde.

A partir das reuniões desta comissão e do debate desta questão no seio dela, vão surgindo possibilidades e propostas. Esta comissão teve sob sua responsabilidade (dada pelo governo de Cabo Verde) pensar a universidade pública em Cabo Verde, propor e fundamentar a proposta de Pós-Graduação nacional. Quando esta Comissão define como pilares básicos para a implementação da Universidade de Cabo Verde o ensino, a extensão e a investigação (NASCIMENTO, 2016), automaticamente a Pós-Graduação está no seu programa, enquanto campo de maior intensidade da investigação.

Na sua busca pelo cumprimento destes três objetivos, a comissão que viria a ser a equipe reitoral, após a oficialização da Universidade de Cabo Verde, vai trazer ao debate e à discussão a proposta da Pós-graduação em Cabo Verde, como entenderemos a seguir.

c) Instituições e Organismos públicos e privados nacionais (ministério da educação)

Algumas instituições públicas e privadas de Cabo Verde estiveram envolvidas também na discussão da Pós-Graduação nacional, mas estes grupos não tiveram muito peso na discussão do tema. É o grupo que menos crédito e apoio deu para a causa naquele primeiro momento.

Neste grupo estão as instituições de ensino superior privada que acreditavam e defendiam que ainda não estavam reunidas as condições para o desenvolvimento da Pós-graduação em Cabo Verde, e as demais instituições eram ligadas aos órgãos públicos e grandes empresas no país que não viam com bons olhos seus futuros funcionários adquirindo qualidade, se esses fossem formados em Cabo Verde:

> As outras universidades tiveram uma resistência enorme com esse caminho, achavam que deviam contratar licenciados, que eram mais baratos, cobrar mensalidades aos alunos e dar um curso de graduação e não tinham essa preocupação de formar pessoal. Tanto mais, se reparar bem existe um atraso enorme, ou se quiser um avanço enorme da Uni-CV em relação aos outros (CORREIA E SILVA, 2016).

Pode ser que essas duas forças são as menos otimistas e mais resistentes com a Pós-Graduação nacional, a partir das suas manifestações e dúvidas colocadas nas discussões deste enredo: a Pós-Graduação Nacional. Tudo que se faz pela primeira vez traz alguma dúvida, principalmente neste caso, onde já era hábito receber graduados das maiores universidades do mundo, e agora seriam egressos de cursos ainda em fase experimental e de instituições recém-criadas. Este abismo entre o habitual e o proposto era muito grande, motivo esse que causava algum desconforto e desconfiança na qualidade dos egressos.

d) Países e Universidades parceiras

Desde o período pós-independência, Cabo Verde apostou na cooperação internacional para o seu desenvolvimento, e uma das áreas importantes nestas parcerias foi a área de educação, especialmente com o Brasil e Portugal, logo no segundo ano da sua independência (1977), com acordos, em que os alunos Cabo-verdianos tinham a oportunidade de estudar nestes países. Com o passar do tempo

estas cooperações foram se alargando e novos acordos foram sendo firmadas e novas modalidades adotadas, por exemplo, Cabo Verde recebeu professores da Missão Corpo da Paz (Programa de cooperação internacional) para lecionar no ensino secundário, depois com as primeiras instituições de ensino superior (licenciaturas e bacharelados), chegaram muitos professores via cooperação ou motivados pelo intercâmbio e oportunidades oferecidas no ensino superior (MORAIS, 2014).

Quando se pôs a discussão da Pós-graduação nacional, estes professores estrangeiros que estavam no subsistema de ensino superior, lecionando nos cursos de licenciaturas e bacharelados, por meio de cooperação ou por iniciativa própria, considerando suas experiências, deram grande contribuição para o país.

2.1.2 Atores Acadêmicos

a) Alunos e docentes das Instituições de Ensino Superior

O primeiro grupo de atores neste cenário é na verdade os beneficiários diretos e primários da efetivação da Pós-Graduação no país, ou seja, os potenciais alunos que já haviam feito suas licenciaturas e os professores que já lecionavam, principalmente, nas universidades e institutos superiores.

Os professores, sua maioria licenciados, conforme os dados mostrados anteriormente (Quadro 4), precisavam de melhor capacitação e graus superiores para garantirem sua permanência no quadro das instituições, receando perder seus empregos para os recém-formados que voltavam do exterior com mestrados e doutorados. Estes professores, por sua vez, não tinham condições financeiras, ou estrutura familiar para se ausentarem do país, já que precisavam sustentar suas famílias e não era possível conseguir licenças com vencimento para todos estudarem no exterior.

Estes professores então se posicionaram a favor da ideia da Pós-Graduação no país, participando ativamente nos debates dentro das suas instituições, pois tendo Pós-Graduação ali ganhariam duplamente, mantendo seus empregos e aumentando seus graus acadêmicos, sem ter que ausentar do país e de suas famílias.

Correlacionado ao grupo de professores estavam também os potenciais alunos que haviam terminado suas licenciaturas no exterior e haviam retornado ao país, não

tendo condições ou oportunidades de retornar ao exterior para continuar seus estudos, com esta opção nacional poderiam continuar trabalhando quer no setor público ou privado, mas ter sua capacitação. Ainda existiam também os muitos alunos que fizeram suas licenciaturas no país e que queriam continuar seus estudos, só que a conjuntura nacional não os ofereceu a oportunidade de continuar, daí a necessidade de pleitearem esta realidade nacional (CORREIA E SILVA, 2016).

O ensino superior então com a virada do milênio cresceu num ritmo bastante acelerado, isso devido ao surgimento de muitas instituições de ensino superior no país, de modo que em menos de uma década já existiam um número muito grande de graduados, sem considerar o mesmo número de graduados que regressavam do exterior.

Quadro 6. Matrículas no Ensino Superior em Cabo Verde, 2000 – 2015

Coluna1	2000	2002/3	2004/5	2006/7	2008/9	20010/11	2012/13	2014/15
Cabo Verde	717	2215	3911	5289	8465	11769	13068	12538

Fonte: Anuários Estatísticos do Ensino Superior de 2008 a 2016.

No ano letivo 2000/01 as matrículas nas 4 instituições de ensino superior existentes não ultrapassavam os 1000 alunos (Anuário MESCI, 2011), com a criação das primeiras universidades nos anos seguintes, percebe-se como aumentaram consideravelmente as matrículas, fato é que no ano letivo 2004/05 as matrículas já se aproximavam dos 4000 alunos. Pelo quadro 6 pode se ver que o expressivo crescimento continuou, a ponto de no ano em que se inicia os debates sobre a Pós-graduação e, sua consequente implementação, existiam cerca de 6000 alunos matriculados nos cursos de graduação, se considerarmos que neste período o número de alunos matriculados fora do país equiparava a este número (também cerca de 6000), e os já formados nas duas décadas anteriores tanto no país como fora, temos assim o número dos potenciais interessados, a nível discente, na criação a curto prazo da Pós-graduação nacional.

b) Professores cabo-verdianos que lecionavam em universidades estrangeiras

Embora não sendo muitos naquele primeiro momento, alguns professores que lecionavam no exterior, ao saberem da possibilidade de criação da Pós-graduação nacional, se colocaram à disposição para colaborar, outros foram convidados pela sua proximidade, experiência e interesse de colaborarem ou até de voltarem ao país.

Estes na verdade são, na sua maioria, alunos Cabo-verdianos que saíram para estudar fora, mas acabaram por permanecer nos países de acolhimento pelas oportunidades encontradas após o fim do seu curso, ou porque formaram família e não quiseram aventurar um regresso ao país sem garantias de exercício das suas profissões, mas com a possibilidade da Pós-graduação cogitaram o regresso, ainda que parcial ou esporádico (CORREIA E SILVA, 2016).

2.1.3. Atores Institucionais

Um grupo, embora não muito expressivo dado a conjuntura nacional, mas que não pode ser negligenciado no debate sobre a Pós-Graduação em Cabo Verde, são as instituições que careciam de quadros melhor qualificados, especialmente para cargos diretivos, com responsabilidades e funções importantes dentro das instituições, mas também para as áreas de inovação e novos projetos. Nestes casos, se fazia necessários quadros com maiores conhecimentos e atualizados nas respectivas áreas, assim os formandos com níveis de Pós-Graduação eram sempre bem-vindos e a sua carência era notável. Fato este que colocava algum peso também na resolução de modo a sanar esta e muitas outras demandas.

2.2 Correlação de Forças

Embora não fossem muitos os grupos diretamente ligados e intervenientes na discussão da Pós-Graduação em Cabo Verde, os vários grupos sociais que se formaram e se agruparam, a partir dos jogos de interesse, vão para arena do debate defender suas ideias e propor seus programas ou soluções para a situação da Pós-Graduação nacional:

> Utilizando uma linguagem militar, Antônio Gramsci (1891-1937) usou os termos “guerra de posição” para definir a tática e as ações empreendidas na conjuntura e “guerra de movimento” para definir a estratégia e as ações empreendidas nos momentos de revolução estrutural. Na guerra de posição os atores sociais adotam a tática de resistência, acumulação de forças e conquistas parciais no jogo de poder, enquanto na guerra de movimento, os atores sociais adotam uma estratégia de ataque frontal e tomada de poder. Para Gramsci, o ataque frontal antes da conquista da hegemonia é uma fonte inesgotável de derrotas. Para ele, a tomada de poder tem que ser precedida da consolidação das “trincheiras” e da conquista de posições sólidas na disputa social, econômica, política e cultural (ALVES, 2008, p. 7).

Cada grupo ou indivíduo que se posiciona no debate sobre a criação da Pós-graduação em Cabo Verde possuía suas motivações, necessidades e interesses. Embora o objetivo fosse o mesmo, a criação da Pós-Graduação em Cabo Verde, pelo menos pela maioria, colocava todos na mesma rota, mas não necessariamente com os mesmos pensamentos, projetos e caminhos.

Os jogos de interesses, as forças e caminhos variam, de acordo com as pretensões de cada ator neste cenário. Assim é necessário conhecer os atores, mas principalmente o debate e a predominância no cenário de cada interveniente. Estas correlações são posicionamentos isolados dos atores, e não necessariamente um debate conjunto, como observa na entrevista Aquilino Varela (2017), atual Diretor Geral do Ensino Superior “não há registros, e não encontrei nenhum legado nos arquivos que confirmem que houve discussões conjuntas e públicas sobre a criação ou os projetos de Pós-graduação em Cabo Verde”.

2.2.1. O Ministério da Educação e as Políticas para a Pós-Graduação

O Ministério da Educação enquanto órgão competente pela regulamentação e regulação do ensino superior, não tinha uma política ou projeto de Pós-graduação. Fato é que as instituições de ensino superior criaram a Pós-graduação (2007) por iniciativa, projetos e parcerias próprias, sem intervenção ou direção do Ministério da Educação, e só depois de criados os primeiros cursos é que se refletiu sobre o assunto em nível de regulamentação, pois a legislação viria a ser criada em (2012), que poderia enquadrar dentro desse projeto ou política.

Embora, percebe-se que a Pós-graduação não foi um processo planejado *a priori* a nível governamental, ela, contudo, foi permitida, pelo Ministério da Educação, que delegou esta função para órgãos devidamente competentes e designados. Ao

intensificarem os focos de discussão sobre o tema em Cabo Verde, o governo em vez de assumir o debate, buscar subsídios e direcionar o processo, especialmente por meio de um regulamento, opta por uma alternativa diferente, delegando ou permitindo que as instituições fizessem seu caminho neste processo de desenvolvimento da Pós-graduação.

É neste contexto que o Ministério da Educação, ao criar a Comissão Instaladora do Ensino Superior propiciou a oportunidade de refletir e propor caminhos, pois é no quadro da Comissão que se discute tudo isso em última instância, mais intensivamente, e depois propõe ao governo algumas soluções. Não se pode considerar que a concepção ou ideia da Pós-graduação fosse algo que viesse como uma proposta ou projeto do governo, mas de forma interativa eventualmente.

Há algumas necessidades que foram identificadas, e depois há um conjunto de variáveis que acaba por 'exigir' se fazer esse caminho. Não há um decreto do governo para a criação da Pós-Graduação, mas o ministério enquanto responsável pela política educativa no quadro do governo percebe a necessidade de dar um salto, e resolve:

> Vamos reunir pessoas, refletir sobre isso e vamos encontrar caminhos. Portanto a comissão instaladora fez o seu trabalho, propôs algumas soluções ao governo. A primeira equipe que foi nomeada para dirigir a universidade, como eram pessoas que fizeram parte da comissão instaladora, isso parece uma vantagem, pois já conheciam e participaram ativamente na construção dessa solução, isso facilitou depois na concretização da mesma (MONTEIRO, 2016).

Os processos de inovação, construção ou mudanças e, principalmente, algo que se faz pela primeira vez sempre geram dúvidas, incertezas e acima de tudo opiniões contrárias, em torno do desenvolvimento da Pós-graduação em Cabo Verde, em que muitos atores e forças se propõem ao debate, as correlações são intensas quer de cooperação, resistência ou subordinação:

> Na sociedade houve alguma resistência de outras instituições e organismos, algumas críticas que nós ouvíamos eram muito mordazes, ácidas mesmo, do tipo, uma universidade que começa pelo topo, uma casa que começa pelo teto, pela Pós-graduação, e havia uma tentativa de ridicularizar essa missão como qualquer coisa de inconsequente, mas aí achávamos que o chão era a Pós-graduação e não o teto, isto é, a pós-graduação, eu costumava dizer então como reitor que a pós-graduação é o lugar onde a universidade se auto constitui (CORREIA E SILVA, 2016). Na altura tínhamos algumas resistências, como qualquer coisa que se faz pela primeira vez, há tendência em não acreditar ou a resistir, ou que não vai dar certo, mas é preciso ousadia

> e as pessoas tiveram-na, e hoje é visto como uma coisa normal. No princípio não foi tão fácil porque mesmo no nível dos parceiros havia alguma resistência, mas depois perceber que com o dinheiro que nos davam algumas bolsas e mais alguma coisa era possível formar muito mais gente sem essa rotura, porque, por exemplo, os primeiros cursos direcionaram mais para pessoal nosso, permitindo que os docentes que tivessem licenciatura tivessem mestrado e depois pudessem avançar para doutoramento (MONTEIRO, 2016).

Portanto, as propostas eram claras, o que se propunha era reforçar o ensino superior em Cabo Verde e permitir a especialização dos quadros nacionais em determinadas áreas. No sentido de potenciar o ensino e a investigação por meio de recursos da própria universidade nacional, sempre que possível com apoio dos parceiros.

2.2.2. Os Demais Intervenientes

Já havia em Cabo Verde muitos quadros licenciados, frutos das cooperações internacionais, começando a ter muitos diplomados nacionais, que pressionando e justificando a criação de alguns cursos de Pós-graduação que dessem a eles a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos.

Toda essa classe acadêmica, potenciais pós-graduandos e alguns técnicos e docentes do ensino superior começaram a cogitar e a ver possibilidades da efetivação da Pós-graduação em Cabo Verde.

> Seguramente quando os parceiros percebiam a nossa convicção de que esta era uma boa solução, eles acabaram por acreditar também, isso facilitou. Depois internamente uma ou outra resistência começou a aperceber que era uma grande oportunidade para muitos docentes que tinham licenciatura, mas que queriam fazer mestrado e não podiam porque eram pessoas que estavam casadas, tinham famílias, como iam deixar a família para estar dois ou três anos na Europa, no Brasil ou em outro qualquer lugar do mundo. E começaram a ver que “isso pode ser uma grande oportunidade para mim” de concretizar um sonho e abrir o espaço para construir aqui uma carreira. Assim as coisas foram se conjugando. Para mim o elemento chave é você acreditar primeiro, e se você acredita depois as portas vão se abrindo e as coisas vão acontecendo, eu vejo assim (MONTEIRO, 2016).

Toda essa conjuntura acadêmica, associada ao desejo das universidades de darem este passo importante, terem muitos interessados que ansiavam uma oportunidade de continuar seus estudos e, estes, impossibilitados de se ausentar por questões familiares, financeiras e profissionais são motivos que fazem as forças se

posicionarem no campo do debate, e como forças ativas buscam a efetivação desta modalidade. Não esquecendo as demandas, interesses e caminhos de cada uma das forças ou intervenientes.

Quando se começou a discutir a criação do ensino superior em Cabo Verde, em versão universitária nos anos 1990, já havia pequenos institutos funcionais, que deram bases para o desenvolvimento da graduação, mas agora, na versão universitária, expõe-se o problema com que professores fariam as Pós-graduações, já que eles não existiam em número suficiente no país, “apesar da necessidade de desenvolver a Pós-graduação em Cabo Verde, como algo fundamental, havia uma certa resistência na altura, porque se achava, primeiro, que as pessoas deviam fazer graduação, e que a Pós-graduação *stricto sensu* tinha que ser algo muito, muito elitizado” (CORREIA E SILVA, 2016).

O acesso a Pós-graduação é um direito de todos que o almejando e cumprindo as condições acadêmicas possam ter a oportunidade de avançar e se qualificar. De modo algum pode ser elitizado ou exclusivista com seu o acesso não pode ser condicionado a condições que ferem a igualdade de direito.

> Com efeito, considero que o elitismo deve mesmo ser combatido em qualquer instancia do sistema educacional, inclusive na Pós-graduação. Mas, o que é elitismo? No meu entender, é o favorecimento de quem já é favorecido, seja em termos culturais, seja em termos econômicos. Assim, corretamente entendido esse termo, um programa de Pós-graduação pode ser de elite sem ser elitista. E a Pós-graduação só pode ser de elite, porque visa formar uma elite, ou não é Pós-graduação. É outra coisa, a que falta dar nome, mas conteúdo já foi qualificado acima: boa coisa não é. (CUNHA, 1991, pg. 67).

Assim que pensar a Pós-Graduação para Cabo Verde não poderia ser para grupos ou fins elitistas e pretensões individuais, a criação de condições e a promoção da liberdade e igualdade de acesso á Pós-graduação, devem ser salvaguardadas em todas as instâncias. Pois esta imparcialidade faz com que a oportunidade seja para todos, e assim ter condição de melhorar a qualificação docente das instituições, mas também profissionais nas mais diversas áreas publicas e privadas.

Correia e Silva (2016) ainda constata que na administração pública cabo-verdiana havia muito preconceito com Pós-graduação e Pós-graduados. A regulamentação, segundo critérios de atribuição de bolsas da Direção Geral do Ensino Superior (DGES), previa que para ter acesso ao curso com dinheiro público, para estudar no exterior, os que haviam estudado lá fora, tinham que regressar e trabalhar

no país cinco anos, e só depois candidatar-se para bolsa de estudo para estudar fora do país de novo, o que ainda se agravava mais, quando cumprido este requisito de cinco anos, teriam de enfrentar uma lista enorme de candidatos para as poucas vagas e bolsas oferecidas. Assim, quando se começou a discutir a criação da Pós-Graduação em Cabo Verde havia grupos que defendiam uma mudança na relação com a Pós-graduação, se os potenciais alunos não têm acesso aos mestrados e aos doutoramentos, não é possível desenvolver a universidade e nem Pós-Graduação nacional.

Dado este cenário, pode-se constatar, nos finais dos anos 1990 e princípio de 2000, na administração pública cabo-verdiana não havia mais que 5 ou 6 doutorados. Segundo o primeiro Reitor da Universidade de Cabo Verde António Correia e Silva (2016), um dos mais ativos na discussão da Pós-Graduação em Cabo Verde, quando foi convidado para integrar e presidir a Comissão Instaladora da Universidade de Cabo Verde, defendia que havia uma incompatibilidade entre a pretensão em desenvolver a universidade e a recusa em investir na Pós-graduação. Em entrevista para este trabalho, exemplifica com o seguinte fato:

> Vou lhe contar um fato que poderá confirmar e que mostra bem esta contradição: se não me engano no ano 2004 a cooperação portuguesa dava sempre bolsas para Cabo Verde e dava poucas bolsas de Pós-graduação, e nós íamos começar a universidade de Cabo Verde, e tivemos acesso à comissão que tratava das bolsas. Nossa primeira colocação era aumentar as bolsas de Pós-graduação, mas a nossa segunda colocação foi, em vez de dar-nos bolsas de Pós-graduação, financiem a Pós-graduação em Cabo Verde, tragam professores em vez de nós mandarmos alunos, assim alargaria o leque de beneficiários. Isso provocou profundo mal-estar até dentro da Comissão Instaladora da Universidade de Cabo Verde, porque nosso discurso era alargar o número de pós-graduandos, quando alguns da comissão achavam que Pós-graduação não tinha que se alargar no momento, mas para nós havia uma contradição que tinha que sanar que era a pretensão universitária e a recusa em investir na Pós-graduação (CORREIA E SILVA, 2016).

Este cenário exemplifica muito bem, a luta das forças ativas no processo e na discussão da Pós-graduação, ao analisarmos esta correlação de forças, percebe-se que as ideias e caminhos divergem não só entre atores ou grupos distintos, mas no seio do mesmo grupo são perceptíveis ideias e perspectivas diferentes.

Cabo Verde precisava decidir esse dilema, entre continuar enviando alunos para fora do país, independente do grau de formação, ou inverter definitivamente esta tendência, inclusive na Pós-graduação. A resolução deste dilema, sem dúvida, seria

mais uma quebra de paradigmas no sistema educativo nacional, pois o país continuaria totalmente dependente da cooperação externa, ou então assumiria as responsabilidades, ou boa parte delas, na resposta para as demandas integrais do ensino superior nacional, neste caso específico e em debate à Pós-graduação (CORREIA E SILVA, 2016).

2.2.3. A Comissão Instaladora da Universidade de Cabo Verde

No entender destes que participaram do processo o desenvolvimento da Pós-graduação em Cabo Verde, embora a universidade pioneira tivesse oficialmente um ano de existência, já havia reunido todas as condições para criar seus primeiros cursos de Pós-graduação, e havia acumulado experiência de décadas das IES que se uniram para dar vida à universidade pública, e contava com forte parceria e cooperação com universidades estrangeiras que tinham sido colaboradoras em cursos de graduação.

Segundo Nascimento (2016) este primeiro momento é mais sensível, mas de modo algum duvidoso, pois a universidade entendia ter cumprido a primeira missão, a criação de vários cursos de graduação, a extensão universitária e em fase de consolidação, agora faltava cumprir a terceira missão, o desenvolvimento da investigação, por meio da criação dos cursos de mestrado e doutorado. Embora nas graduações e iniciação científica haja a possibilidade, de fato, alguma investigação, entende-se que a Pós-graduação é o lócus da pesquisa, da produção científica.

Nos Cursos de Graduação, os Trabalhos de Conclusão de Curso, projetos e relatórios de estágios são exigidos conforme critérios de cada curso, isso também é pesquisa, ainda que seja uma investigação básica. Também a partir da cooperação bilateral com o Brasil, o país tem conseguido enviar alunos ao Brasil, para temporadas de pequena duração, para experiências de iniciação científica que tem trazido uma nova dinâmica à investigação no país em várias áreas (MORAIS, 2015). Contudo, ainda é incipiente a produção e menos ainda sua publicação.

Em Cabo Verde o tema investigação é algo que passa despercebido em nível das ciências, embora em outros campos do conhecimento como literatura e cultura haja muita investigação, produção do conhecimento e trabalhos reconhecidos como

referências internacionalmente, como bem observa o Reitor da Universidade do Mindelo, Albertino da Graça[23] (2018):

> Mas pode dizer, a investigação vai desde a investigação básica até a investigação de ponta, é verdade, mas a investigação básica nós fazemos, basta fazer um mestrado para fazer investigação básica, faz-se uma dissertação e já há investigação básica. Para fazer investigação de fato basta ter um computador e ir para o terreno sem medo de pesquisar. Já fizemos muita investigação sobre Pedro Cardoso[24], por exemplo, a nível de literatura já fizemos muita coisa. Eu percebo o que as pessoas querem dizer, no entanto a academia de letras de Cabo Verde já discute literatura "taca-a-taca" com a academia de letras do Brasil e de Portugal, não há nenhum problema. O Germano Almeida, a Vera Duarte é muito solicitada no Brasil e em Portugal, Onésimo Silveira também é muito respeitado.

A questão é que a investigação não é visível como um todo em Cabo Verde, ou seja, ela não abrange todas as áreas e no mesmo nível. Há áreas do conhecimento onde há muita investigação e produção, mas também onde é quase zero. Há áreas em que a investigação exige muito investimento de recursos financeiros e capacitação humana, e áreas onde se exige menos para que ela aconteça, e deixa sempre a ideia, muito visível nos discursos dos relacionados, de que não há investigação em Cabo Verde, pois normalmente quando se fala de investigação, parte-se do princípio que é conhecimento novo que ajuda no desenvolvimento do próprio país.

Portanto, a ideia de consolidação da investigação quando acontece é nas áreas das ciências, principalmente. Embora não se deva resumir a isso, sem dúvida o conhecimento científico, sua produção e publicação, devem ser almejados como uma das forças de alavanca para o desenvolvimento nacional, especialmente em países em via de desenvolvimento (CORREIA E SILVA, 2016).

Em 2004, ano em que a Comissão Instaladora da Universidade de Cabo Verde foi nomeada, a cooperação portuguesa concedia bolsas ao país, sendo poucas

---

[23] Reitor fundador da Universidade do Mindelo (2002).

[24] Pedro Monteiro Cardoso, escritor cabo-verdiano nascido em 1890, na Ilha do Fogo, e falecido em 1942, na cidade da Praia. Professor salientou-se no jornalismo ao defender os interesses sociais, políticos e econômicos de Cabo Verde. Publicou Folclore Cabo-Verdiano (1933), Pelos Direitos do Crioulo (1933) e Profissão de Fé (1934), uma série de sonetos e redondilhas. Dirigiu o Jornal Manduco e colaborou na Voz de Cabo Verde onde publicou cerca de 33 crônicas de intervenção cívica e política publicadas em 37 números do jornal. Pedro Cardoso, aliás, "Afro", das ilhas de S. Nicolau, Boa Vista e S. Vicente, zurziu e alimentou polêmica sobre os mais diversos assuntos, da arborização, da estiagem e da fome, ao analfabetismo e à instrução pública, passando pelas questões do Nativismo, da Raça Negra e da autonomia da província, sempre em defesa dos interesses dos filhos das ilhas. Recorde-se que, no campo da política e do jornalismo, Pedro Cardoso assumiu-se como socialista, melhor dito, comunista, tendo sido um ardente defensor do continente negro e da dignificação do homem africano, usando nos seus escritos o pseudônimo "afro". Disponível em http://www.caboverde-info.com/Identidade/Personalidades/Pedro-Monteiro-Cardoso. Acesso em 5 de Junho de 2018.

destinadas à Pós-graduação. A partir do momento que a Universidade propõe uma nova abordagem ao tema Pós-Graduação, desafia as universidades, seus parceiros estratégicos, a financiarem a Pós-graduação nacional em vez de somente receber os alunos lá fora, com isso havia uma real possibilidade de aumentar os beneficiários, considerando a conjuntura nacional e os anseios institucionais das demais foças em debate, como observa Correia e Silva (2016).

Esta ousada proposta provocou profundo mal-estar e opiniões contrárias até dentro da comissão, porque o discurso de alguns era para que se ampliasse o número de pós-graduados, enquanto outros achavam que Pós-graduação não tinha de se alargar naquele momento. Como observa o Ministro do Ensino Superior António Correia e Silva (2016) esta contradição tinha de ser sanada, pois não há como ter pretensão universitária e a recusa em investir na Pós-graduação. Quem cria a universidade tem que obrigatoriamente apostar na continuidade do estudo oferecido, aumentando o leque de potenciais docentes e investigadores que integram a universidade, sendo que o maior problema das IES em Cabo Verde era a falta de professores qualificados em níveis de mestrados e principalmente doutorado.

> De fato, a Cooperação Portuguesa, achou uma piada esta colocação, porque ela parecia uma espécie de 'Ovo de Colombo', mas logo depois concordariam em financiar a Pós-graduação em Cabo Verde, o que a princípio parecia muito inviável (CORREIA E SILVA, 2016).

Em 2005, foi abordada a mesma questão com o Brasil, e negociado com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a mesma proposta, de criação da Pós-graduação em Cabo Verde. A CAPES estava focada no Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G)[25] , o governo federal já vinha conversando com o Brasil no sentido de aumentar as bolsas do Programa de Estudantes-Convênio de Pós-graduação (PEC-PG) , já a comissão de instalação da Universidade de Cabo Verde, que acabara de assumir o processo estava fazendo a aposta na Pós-graduação em Cabo Verde com a colaboração brasileira, com professores brasileiros, mas em Cabo Verde. A CAPES aceitou a proposta e propôs que algumas universidades brasileiras, especialmente a do Rio Grande do Sul colaborariam neste processo (CORREIA E SILVA, 2016).

[25] PEC-G e PEC-PG são programas do Ministério da Educação do Brasil que oferecem bolsas de estudos via CAPES e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) a países em desenvolvimento, para seus alunos estudarem nas universidades públicas brasileiras.

Este cenário demonstra as várias posições, opiniões e opções das diversas forças envolvidas neste processo de discussão e concepção de uma política de Pós-Graduação Nacional. Enquanto a proposta do parceiro internacional era aumentar as bolsas de graduação, o governo queria o aumento das bolsas de Pós-Graduação, e a comissão instaladora que pensava a universidade pública em Cabo Verde, estava mais adiante propondo a criação da Pós-graduação nacional. Ao fim de dois anos de negociações, as pretensões da comissão instaladora da Universidade de Cabo Verde predominaram, criando no ano de 2007 a Pós-Graduação com o aval do governo e financiamento da cooperação estrangeira. Esta situação demonstra claramente as tensões e discussões daquele momento e as forças predominantes.

2.2.4 Instituições e Organismos internacionais

É notória que a cooperação internacional tem ultrapassado limites e fronteiras e permitida uma melhor interação nas mais diversas áreas do conhecimento e de produção. As cooperações são variadas e em muitas áreas, mas percebe-se que no campo da educação, especialmente da Pós-graduação, é uma tendência global e um caminho cada vez mais usado pelas instituições de ensino superior e centros de pesquisas:

> A cooperação entre os povos está alcançando uma escala sem precedentes e contraria a grande maioria dos exemplos históricos de união de povos de origem distinta. Isto se reflete em uma nova perspectiva que os Estados nacionais passaram a vivenciar a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, de integração cada vez maior entre os povos espalhados pelo globo terrestre, principalmente através de organizações internacionais (SANT'ANNA, 2011, p. 59).

Por meio dos acordos de cooperação entre países e instituições[26], são estabelecidos convênios que permitem a criação, manutenção, fortalecimento ou melhorias da qualidade das instituições e, consequentemente, dos cursos de Pós-graduação, como é o caso das IES tanto públicas quanto privadas no país.

Considerando que a universidade em Cabo Verde tem pouco mais de uma década de existência, aventura na Pós-graduação não seria realizada em boas

[26] BRASIL: CAPES, CNPq, ABC (Agência Brasileira de Cooperação), MEC, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal da Bahia. PORTUGAL: Cooperação Portuguesa, Universidade de Aveiro. BÉLGICA: Universidade de Louvain. ÁUSTRIA: Cooperação Austríaca. BANCO MUNDIAL, UNESCO.

condições, mudando a estratégia que vinha usando, ao buscar apoio e cooperação de parceiros internacionais para superar seus múltiplos desafios.

Entendendo que o ensino superior no país já existia desde a década de 80, assim para os especialistas e atores educacionais, era o momento de dar um passo a mais neste subsistema de ensino, com o desenvolvimento da Pós-Graduação em Cabo Verde.

Segundo Sonia Victória (2015):

> A gênese da pós-graduação foi, a partir do primeiro ano do ensino superior em Cabo Verde, o ensino superior em Cabo Verde tem trinta e poucos anos, mas a universidade vai fazer agora dez anos, mas como eu disse já no tempo do Instituto Superior de Educação desenvolveu-se um mestrado em estudos Africanos. Alguns colegas nossos professores de História fizeram este mestrado, mas com a entrada da Universidade de Cabo Verde, no primeiro ano da sua criação houve necessidade de trazer as pós-graduações, então se recorreu a parcerias especiais, com Portugal, Brasil e mais tarde com França, e também com a cooperação Belga. Recordo também que já em 2007 arrancamos com as pós-graduações, estas que eu já mencionei Matemática, Engenharia, Informática, Ornamento e Desenho de Território.

Cabo Verde achou na cooperação o caminho mais eficiente para adquirir experiência, e condições para estabelecer o seu subsistema de ensino superior e, principalmente, na área da Pós-graduação, com essa ajuda externa de países como Portugal, Brasil, França, Bélgica e muitos outros.

As instituições de ensino superior, nestes países, tinham o interesse em alargar suas fronteiras e internacionalizar sua instituição e viram no sistema educacional cabo-verdiano potencial para isso. Estes países e instituições já tinham uma larga experiência de cooperação entre estas instituições, assim encontraram no cenário de criação da Pós-Graduação a oportunidade de estender sua cooperação.

Instituições e docentes atraídos pelo novo, pelo começo e pela possibilidade de uma abordagem que fugisse ao convencional das suas universidades tradicionais, na tendência atual de cooperação interuniversitária, ofereceram às instituições cabo-verdianas a oportunidade de sediar seus cursos de Pós-graduação.

Ainda segundo constatação de Correia e Silva (2016) a princípio os parceiros internacionais se mostraram temerosos com a ideia da Pós-graduação em Cabo Verde, ainda mais financiada por eles, depois de muitas discussões e negociações, o projeto se efetivou e as forças internacionais passaram a colaborar com a implementação desta Pós-Graduação.

A princípio, a oferta era total dos parceiros que traziam seus cursos e os implementavam nas instituições cabo-verdianas e esta por sua vez cuidava quase que exclusivamente da logística dos cursos:

> O modelo era basicamente de uma cultura colaborativa forte que assentava em explorar a sede que as outras universidades tinham de colaborar com uma universidade nascente, há um enorme charme em ser nascente, em ser emergente, entre os acadêmicos a oportunidade de uma experiência nova, muitos acadêmicos vinham de universidades muito consolidadas, tem vantagens, mas tem desvantagens, tudo está feito e não há espaço para experiência, não há espaço para aventura. Então o fato de sermos a irmã bebê das universidades lusófonas, por exemplo, e não só, mas trabalhamos muito com os canários, com os franceses, com os americanos, mas o simples fato de sermos uma universidade bebê, mas sobretudo de termos entre nós uma cultura, uma atitude de experiências de encontrar modelos fazendo, isso atraía as outras universidades (CORREIA E SILVA, 2016).

Assim, Cabo Verde que a essa altura não tinha recursos para financiar a Pós-graduação e nem tinha ainda corpo docente capacitado, mais uma vez achou na cooperação a saída para a solução de mais uma etapa educativa, pois os parceiros estavam dispostos a financiar a Pós-graduação, numa parceria entre as instituições que colocaram à disposição toda sua experiência, produção e seus docentes, enquanto seus governos financiavam os custos deste projeto, principalmente com a disponibilidade dos docentes.

A oferta sempre foi de oferecer bolsas e abrir suas universidades para alunos estudarem, assim como aconteceu no processo de criação dos cursos de graduação. Quando chegou o momento de investir na Pós-graduação, Cabo Verde inverte a lógica e aceita receber a ajuda dos parceiros, mas desta vez não pelo fluxo tradicional, em vez de financiar saída de alunos, a cooperação financiaria a vinda do corpo docente e a Pós-Graduação seria oferecida no próprio país (CORREIA E SILVA, 2016).

2.3 Decisões Institucionais e circunstâncias institucionais para interpretar a conjuntura

No momento em que se pensa a Pós-graduação em Cabo Verde, a conjuntura nacional está em debate essencialmente no quesito Ensino Superior com grande foco na Pós-graduação, o entendimento é de um país precisando investir em setores estratégicos, e isso passava obrigatoriamente pela capacitação dos quadros a graus

maiores dos bacharéis e licenciados com os maiores quadros nacionais, especialmente, na área docente.

A compreensão desta conjuntura e como isso impulsiona a criação, a modalidade e as prioridades da Pós-graduação explicada melhor no próximo capítulo.

O que ficou claro, nos debates sobre a criação do curso é a unanimidade de opinião dos entrevistados para este trabalho, é que tinha por objetivo primário capacitar docentes para retroalimentar o sistema de ensino superior, especialmente na sua aspiração a um curso consolidado e capaz de responder as demandas do mercado e também da própria nação em desenvolvimento.

Assim, o objetivo com o desenvolvimento da Pós-graduação estava na capacitação de quadros e não necessariamente no desenvolvimento da pesquisa e produção do conhecimento. Este entendimento condicionou então a modalidade de Pós-graduação que se pretendia para o país, pelo menos naquele momento inicial.

Ao contrário de outros países em que Cabo Verde sempre espelhou para pensar e formatar seu sistema de ensino, como por exemplo o Brasil a título de comparação, que na sua gênese da Pós-graduação tinha, esse objetivo como o prioritário à semelhança de Cabo Verde, mas também outras pretensões, como nos mostra Germano (2005) e Saviani(2008), nas suas avaliações da Pós-graduação como uma herança da Ditadura Militar, implementada a partir de 1968, com a finalidade de reformar e consolidar a Universidade, com destaque para a formação de quadros em níveis mais altos, o desenvolvimento da pesquisa e das ciências, mas também obter conhecimento em novas tecnologias, estratégias e conhecimentos aplicados que visavam o desenvolvimento econômico do país:

> O movimento de implementação da pós-graduação vinha se materializando desde 1965, quando o Parecer Sucupira (Parecer nº 977 CES/ CFE/1965) indicava a necessidade de conceituar e estabelecer a formatação dos cursos e também de desenvolver uma política eficaz de estímulo à realização dos cursos pós-graduados [...] esses cursos destinados à formação de pesquisadores e docentes para os cursos superiores, deveriam fazer-se em dois ciclos sucessivos, 'equivalentes aos de máster e doctor da sistemática norte-americana', fixando o Conselho 'as exigências mínimas para sua realização e expedição dos respectivos diplomas' (CFE, 1965, p. 162).

O início da pós-graduação no Brasil data de 1931, com a Reforma Francisco Campos10, surgiu, pela primeira vez, a ideia de curso de doutorado. São a partir do decreto n° 19.852/31 que são criados esses cursos regulares nos moldes europeus

na área do Direito e das Ciências Naturais e Exatas na Universidade do Rio de Janeiro (SCHWARTZMAN, 1979).

No entanto, apenas quinze anos mais tarde, é que o termo pós-graduação foi empregado com o significado de uma modalidade de curso superior, utilizado pela primeira vez em um documento legal no Decreto n.º 21.231/46 (SUCUPIRA, 1980)

Há semelhança entre Cabo Verde na sua gênese com a Pós-graduação no Brasil que também recorre a docentes estrangeiros de modo a consolidar este nível de ensino:

> A dinâmica utilizada pelo plano de melhorias incluiu, segundo o expresso no mesmo boletim, "a importação de professores, assistentes e técnicos estrangeiros para a ministração de cursos regulares ou de pós-graduação das respectivas especialidades, em colaboração com as cátedras brasileiras da mesma disciplina [...]" (1956, p. 4) Tal colaboração evidenciou a preocupação com a consolidação dos centros nacionais de pesquisa, após a partida dos professores estrangeiros, por meio do "intercâmbio universitário de professores e assistentes brasileiros para programas de cursos, pesquisas e formação de técnicos [...]." (BOLETIM INFORMATIVO CAPES, 1956, p. 4).

A cooperação internacional tem se apresentado como uma das recorrentes alternativas nos processos de criação de novos níveis nos sistemas educacionais. Cabo Verde segue também, na gênese da criação do seu subsistema de ensino superior, a Pós-graduação. Entendemos melhor este processo e sua valiosa contribuição no próximo capítulo.

Concluímos que, embora o debate em torno do processo da criação do Ensino superior em Cabo Verde não tenha sido programado ou institucionalizado por meio de fóruns e debates públicos, ele acontece no seio de cada instituição, de acordo com cada projeto e condições.

As discussões e intervenções dos atores tinham suas atenções voltadas para as condições institucionais, especialmente, quanto ao corpo docente, mas também sobre os objetivos e motivação para o desenvolvimento deste nível de ensino.

Como o debate não aconteceu em fóruns públicos, as correlações de forças e a manifestação das intenções e interesses são menos intensas já que não ocorrem em campo comum. Contudo, os avanços e projetos que foram se tornando públicos eram alvos de análise e ponderações das diversas forças de interesse, a favor ou contra, especialmente, quanto ao tempo certo, modalidade de implementação e condições institucionais que garantissem a efetivação com a qualidade mínima.

CAPÍTULO III

Análise de Conjuntura

3.1. Articulação entre a conjuntura e a estrutura

A análise de conjuntura pode ser entendida como um conjunto do todo. Já a estrutura por sua vez, é a interligação do todo formado pela junção dos vários elementos de uma determinada organização. Contudo, é necessário entender melhor a diferença entre estes dois termos. A conjuntura está voltada para os ciclos de curto prazo das diversas áreas da vida de uma sociedade. A estrutura está relacionada às determinações econômicas, políticas e culturais de cada formação social. Portanto, a estrutura está relacionada com ciclos de longo prazo. Para que haja uma mudança da estrutura são necessárias várias mudanças conjunturais (ALVES, 2008).

A estrutura é base de um sistema econômico e forma de se organizar a economia e a produção, os grupos ou classes sociais, o Estado, a cultura, etc. Isso inclui a disponibilidade global de recursos naturais, humanos e de capital, considerando os padrões de seu aproveitamento até as estruturas institucionais que regulam a sua formação orgânica. Essa estrutura conforme assinalou Queiroz (2015) é constituída de sete núcleos: disponibilidade de recursos naturais, humanos e de capital; disponibilidade de infraestrutura interna de apoio; constituição de sistemas empresariais; sistema financeiro e o mercado de capitais; composição do governo; constituição do setor externo; da composição do produto e da repartição da renda. Assim, a estrutura acaba sendo esse conjunto de elementos mais estáticos, que formatam e condicionam a organização social, econômica e política de qualquer país.

O conceito de conjuntura está associado à ideia de combinação de fatos ou acontecimentos, num determinado tempo e espaço, que dão a entender uma realidade política, econômica ou social. Para Ana Karin Nunes (2005), a conjuntura é o resultado natural de um encontro de circunstâncias que nasce de uma correlação de forças num determinado corte espaciotemporal.

A Conjuntura deve ser entendida pelo descobrimento do que está por detrás dos fatos e acontecimentos, para assim entender as correlações ocultas. Outra distinção necessária é a diferenciação do ponto de vista econômico da estrutura e conjuntura:

> A conjuntura econômica está relacionada com o fluxo e o refluxo da atividade produtiva e com a instabilidade das condições de investimento e consumo, dentro de um quadro geral preestabelecido. Já a estrutura econômica está relacionada com os três grandes setores de atividade e as revoluções produtivas que ocorrem ao longo da história do capitalismo. Neste sentido, outra diferença importante entre os termos em questão é que a mudança conjuntural não requer uma mudança estrutural, mas a mudança estrutural implica em transformações na base de organização global da sociedade (ALVES, 2008, p. 3).

Entender esta relação entre a conjuntura e a estrutura é preponderante para a compreensão de processos inovadores promovendo o desenvolvimento de projetos nacionais. As mudanças que ocorrem e as possibilidades que se abrem precisam obrigatoriamente conhecer estas duas questões correlacionadas para melhor eficiência dos processos.

3.2. Cabo Verde e a Conjuntura Africana

Em nível de extensão territorial a África é o terceiro continente com cerca de 30 milhões de km^2, e a nível populacional ocupa o segundo lugar como continente mais populoso, com aproximadamente um bilhão de habitantes, ou seja, cerca de 1/7 da população global. A África ainda é um continente rural com cerca de 62% da população vivendo no campo, ao contrário do resto do globo onde os meios urbanos já são a maioria (INE, 2015).

A África é um continente marcado pela diversidade em todos os setores, quer sejam culturais, linguística, social, política, etc. Ainda conforme o Relatório do Banco Mundial (2015) segundo as observações conjuntas deste órgão, da Organização para a Cooperação, o Desenvolvimento Econômico (OCDE), do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a economia africana segue crescendo, apesar das crises econômicas mundiais e dos conflitos armados em algumas regiões com um crescimento de 3,5% em 2013; 3,9% em 2014 (BANCO MUNDIAL, 2015). Já no seu último relatório sobre as perspectivas econômicas em África, o Banco Africano de Desenvolvimento aponta um crescimento real de 3,6% em 2017, e com perspectivas de 4,1% em 2018 e 2019.

Ainda segundo o Banco Mundial com as mesmas perspectivas de crescimento acima dos 4% nos anos seguintes, valor este que está acima da média mundial em

cerca de 2%. Todo esse ritmo de crescimento, contudo, não leva o continente a ultrapassar os 2% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial em torno de 2% de todas as transações comerciais do globo, e dos 30 países mais pobres do mundo 21 deles estão na África, onde cerca de 50% da sua população vive com menos de U$1 dólar por dia (BANCO MUNDIAL, 2015).

Esta é a realidade do continente onde Cabo Verde está inserido, embora não esteja territorialmente dentro do continente africano, esta é a região que está enquadrada por proximidade geográfica.

Considerando isso, Graça[27] (2018), reafirma que o país precisa interagir com o continente enfrentando o paradigma da integração regional, considerando as diversidades culturais, linguísticas entre outras questões. Cabo Verde sendo um país localizado no meio do Atlântico, tendo sua economia muito influenciada pela emigração, consequente por remessas dos emigrantes no exterior que representam mais da metade dos cidadãos cabo-verdianos, também pelo turismo, acaba por ser fortemente influenciados pela cultura e idioma dos Estados Unidos da América e da Europa.

Ainda afirma Graça (2018) que, em nível conjuntural, essencialmente político e econômico, Cabo Verde precisa integrar à sua região, neste quesito à Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). Assim o país terá maior interação comercial e econômica com estes países e, consequentemente, com os de outras regiões ao se integrar efetivamente nesta região. Por questões estratégicas e econômicas, Cabo Verde não está bem integrado nesta comunidade que lhe daria mais importância internacional. Este fato ficou patente na última sessão deste órgão, que devido à sua política de rotatividade na presidência, era a vez de Cabo Verde e isso não se efetivou por vários motivos, entre os quais a deficitária integração nesta comunidade:

> Em 2008 eu, cientificamente e academicamente, pus isso no papel na minha dissertação de mestrado, foi a conclusão que cheguei sobre o problema da integração africana. Cabo Verde só terá importância internacional se bem integrado a CEDEAO. Hoje em 2017/18 nós perdemos a oportunidade de sermos presidente da comissão da CEDEAO porque nós menosprezamos tudo que se faz em África, tudo que se faz na nossa comunidade sempre passou ao lado, no dia em que a rotatividade nos dava essa oportunidade, nós decidimos que íamos ser presidentes da CEDEAO, esta falha era

[27] Fazendo referência a sua dissertação de mestrado intitulada "O Paradigma da Integração Africana de Cabo Verde".

> previsível. Se desde 2008 existe um estudo técnico, académico e fundamentado sobre isso, com conclusões claras, porque é que não se começa a trabalhar. Se tivesse trabalhado desde 2008, hoje em 2018, dez anos depois teria criado todas as condições para sermos efetivamente membros da CEDEAO, e hoje éramos presidentes da CEDEAO e tínhamos importância para o mundo ocidental, para os Estados Unidos, Europa. Sendo país pequeno, a presidência da CEDEAO, e bem integrado numa comunidade com países que tem riquezas que não foram exploradas, que tem um mar não conhecido o solo e o subsolo marinho da costa, não explorados, seria um posicionamento estratégico e vantajoso para Cabo Verde. Posto isto, acredita-se que o país estará trabalhando e olhando com mais atenção às potencialidades de oportunidades diretas indiretas da sua boa integração (GRAÇA, 2018).

Fatos recentes (2018) amplamente divulgados em todos os meios de comunicação em Cabo Verde e as manifestações políticas das demais forças políticas deixaram claro como esta condição do país na região africana está afetada, essencialmente num dos setores primordiais ao desenvolvimento, a economia. Esta é uma situação que traz de novo a questão de Cabo Verde na sua integração regional.

3.3. Os Cenário político, socioeconômico, cultural e educacional

Desde o período da luta e pós-independência, o foco numa cultura educacional para se firmar a identidade e a consolidação da nação era a mentalidade daqueles que lutavam e idealizavam Cabo Verde como nação. Assim que todas as políticas e tomadas de decisões sobre o país, tiveram sempre em alta consideração o fator educacional e a formação.

> Consequentemente, Amílcar Cabral não só empreendeu uma importante ação educativa e formativa, como se baseou nas armas da teoria, da educação e da cultura para potenciar o sucesso da gesta libertadora e criar uma vida nova na sociedade que ia sendo libertada do jugo colonial. Não satisfeito com a mera garantia do acesso à educação, Cabral almejava e, de modo coerente, defendia a melhoria do trabalho nas escolas, ciente de que a tarefa da educação não é responsabilidade exclusiva destas. Outrossim, defendia um paradigma educacional impregnado de profundo humanismo, assente nos valores da cultura nacional, mas aberto à cultura universal e ao conhecimento científico (VARELA, 2011, pg. 13).

É sob estes pressuposto e ideias que desde sempre influenciaram o pensamento nacional, a criação das estruturas, consequentemente toda a conjuntura nacional em todas as áreas é condicionada e construída em cima deste pensamento revolucionário.

Conforme observado nos capítulos anteriores, a criação da Pós- em Cabo Verde acontece num cenário de mudanças e quebra de paradigmas, para uma nova realidade que o país, mais especialmente a educação nacional se propunha a experimentar. Assim, os cenários nas diversas áreas se colocam como fatores importantes e imprescindíveis de compreensão e entender como estes cenários sociais, econômicos, políticos, educacionais e estruturantes contribuem para uma conjuntura propícia ou desafiadora para o desenvolvimento da Pós-graduação no país.

3.3.1. A Conjuntura Socioeconômica

Primeiramente, antes de olharmos a concepção e a construção da Pós-graduação em Cabo Verde é necessário entendermos também a conjuntura interna, e o posicionamento deste diante destes antecedentes influenciadores e que servem de base, modelo ou diretriz para toda a discussão e criação das políticas para o ensino superior no local, que coloca como missão das universidades "constituir-se num referencial de qualidade para o ensino superior" (Decreto-Lei nº 11/2009, de 20 de Abril de 2009).

Para se entender o processo da criação da Pós-graduação em Cabo Verde e como essa questão entrou nas agendas das instituições, do Ministério da Educação e dos atores sociais, é necessário entender o contexto sociopolítico, econômico e educacional do país.

Embora seja jovem, Cabo Verde tem feito grandes progressos nestas quatro décadas da sua existência como país independente. É um país em franco crescimento, em todos os setores, mas principalmente no campo da educação, em que a cada década o governo se preocupou em consolidar um nível escolar, cabendo assim, às duas últimas décadas uma atenção especial ao Ensino Superior. Nos últimos anos, as atenções encontram-se voltadas para a Pós-Graduação e, consequentemente, para a investigação, produção científica e extensão universitária.

Não só se nota o grande desenvolvimento na educação, como se deve a ela o crescimento de todos os demais setores no país, constatação cada vez mais comprovada no decorrer dos anos.

> "Compensando todo esforço e atenção ao setor educativo, umas das áreas com maior investimento, atenção esta que precisa ser ainda dividida com outros setores como a saúde, a agricultura, as comunicações e o turismo, essenciais para garantir a vitalidade da economia, conforme consta no Relatório do Estado do Sistema Educativo" (MED, 2011).

Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística, embora os naturais de Cabo Verde ultrapassassem há muito a barreira de um milhão, devido a emigração. No ano de 2015, possuía uma população estimada em 524.833 pessoas residentes, um acréscimo de 6.336 indivíduos em relação a 2014, correspondendo a uma taxa de crescimento de 1,23%. Com maiores concentrações nas ilhas de Santiago e São Vicente. A sua população é muito jovem, com uma média de idade de 27,4 anos entre 2011 e 2015. A população estrangeira residente é de 16.491 pessoas.

Quanto ao mercado de trabalho, a população ativa diminuiu em termos relativos, em -3,8% de 2012 para 2014. Assim, no mesmo período, passou de 225.819 para 217.158 indivíduos. Nos três setores de atividades econômicas, o de maior taxa de empregados é o setor terciário, com uma média em torno dos 61% entre 2012 e 2014. Já no setor primário neste período constatou-se que a taxa tinha diminuído. As áreas de maior empregabilidade, e num ritmo crescente são: "Profissões elementares", com 26,3%, seguido de "Serviços pessoais, de proteção, segurança e vendedores", com o valor de 23,4%, e de "Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices" com 14%. A taxa de desemprego em Cabo Verde passou de 10,7% em 2010 para 15,8% em 2014, um aumento de 5,1%. Constata-se ainda que a taxa de desemprego juvenil (14-24 anos) continua a crescer, passando de 34,6% em 2013 para 50,8% em 2014, representando um aumento de 16,2% (INE, 2015).

O mesmo documento ainda aponta a condição de vida e pobreza, em 2007, a percentagem da população vivendo abaixo do limiar da pobreza (pessoas que vivem com menos de 49.485$ por ano) era de 26,6% (QUIBB, 2007). Considerando a justiça social e segurança, os números mostram que as ocorrências de homicídios passaram de 39 em 2010 para 56 em 2012, espelhando um aumento de 43,6%.

Economicamente falando, o setor empresarial tem sido um dos grandes indicadores na economia, com um aumento de 20,4% entre 2007 e 2013, aumentando o volume de vendas em 32%. Especialmente empresas no setor do comércio, cerca de 70% do pessoal estão empregados só no serviço de comércio retalho. Outro indicador importante na estabilidade econômica nacional são as remessas dos emigrantes. Segundo dados do Banco de Cabo Verde (INE, 2015), entre 2010 e 2014

as remessas aumentaram cerca de 30% e pode-se constatar ainda que Portugal responde por 32,4% do total das remessas recebidas em 2014 e a Europa é responsável por 81,6% do total de remessas.

Nesta dinâmica econômica é cada vez mais preponderante o indicador do turismo. No período em análise, o número de hóspedes no ano de 2014 atingiu o valor de 539.621, correspondendo a um aumento de 41,3% quando comparado com o ano de 2010 (INE, 2015).

Os indicadores educacionais também são importantes para a compreensão do desenvolvimento e conjuntura nacional. A educação é um pilar importante na sustentabilidade e crescimento da economia cabo-verdiana. Desde a independência em 1975, os governos têm avidado esforços para alcançar o "caso de sucesso na África subsaariana" quanto aos indicadores da educação.

Conforme dados do Banco Mundial, apontados pelo Instituto Nacional de Estatística de 2015, o desafio das Nações Unidas, Cabo Verde tem buscado cumprir todos os Objetivos do Milênio nesta área, e o país tem colhido frutos deste empenho. Tem atualmente uma população instruída, no período de 2010 a 2014 houve uma redução nos números dos que nunca frequentaram a escola, em cerca de 4%, colocando este percentual em 8,3%. Quanto aos outros níveis, os indicadores mostram que a população a frequentar o ensino básico aumentou 3,3 pontos percentuais, assim como a população a frequentar o ensino secundário e superior, com aumentos de 7,6 e 3,7 pontos percentuais de 2010 a 2014, respectivamente (INE, 2015).

3.3.2. A estrutura educacional e a conjuntura nacional

A maioria das instituições de ensino superior em Cabo Verde é recente, especificamente as privadas, já que institutos públicos existem há quase três décadas. Enquanto universidades só tem uma década de história (2006 - a única pública e a partir de 2010 as três privadas), existência essa paralela à Pós-graduação, pois as instituições ao passarem de institutos para universidade, automaticamente iniciaram seus primeiros cursos de Pós-graduação.

Considerando a realidade africana, onde as instituições enfrentam muitas dificuldades conjunturais, devido às situações econômicas e políticas dos respectivos países, as instituições tentam fugir com muito esforço desta realidade:

> No entanto, em África, as instituições universitárias e, em geral, do ensino superior enfrentam problemas específicos, que derivam, por um lado, da situação de subdesenvolvimento e de pobreza em que permanece grande parte dos países africanos, com repercussões em termos de penúria de recursos para o desenvolvimento ou mesmo para a sobrevivência dessas instituições universitárias, e, por outro, do défice democrático que caracteriza a atuação de não poucos países africanos, mediante a "captura ou "sequestro" do estado pós-colonial por novas elites mais interessadas em servir-se do poder político em benefício próprio e de pequenos grupos do que servir verdadeiramente as aspirações dos respectivos povos (VARELA, 2014b, p. 4)".

Considerando esta estrutura recente e conforme o quadro sete a seguir, nem todas as instituições possuem condições estruturais próprias e nem todas contam com estabilidade financeira para uma maior autonomia. As instituições públicas usam estruturas majoritariamente cedidas pelo Estado, já as privadas possuem alguma estrutura ou funcionam em prédios alugados, com exceção da Mindelo - Escola Internacional de Arte (M_EIA) que tem uma parceria com o Governo e usa instalações públicas em São Vicente. Algumas instituições possuem maior estabilidade e já começaram a adquirir seu patrimônio próprio ou a construí-lo.

O Governo de Cabo Verde tem investido nas novas estruturas para a Universidade Pública e recentemente com a cooperação chinesa está em construção na capital do país uma universidade de raiz que abarcará toda a demanda desta instituição em nível de salas de aulas, auditórios, bibliotecas, laboratórios e afins. O quadro sete a seguir mostra a situação e o progresso das instituições em Cabo Verde:

Quadro 7. Salas por tipo de propriedade segundo as instituições 2015/16

Instituição	*Salas de Aulas*			
	Estado	*Arrendadas*	*Próprias*	*Total*
Universidade Pública de Cabo Verde (Uni-CV)	83			83
Universidade Jean Piaget de Cabo Verde (Uni-Piaget)		9	16	25
Universidade do Mindelo (Uni-Mindelo)			18	18
Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais (ISCEE)			24	24
Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais (ISCJS)			17	17
Mindelo_Escola Internacional de Arte (M_EIA)	3			3
Universidade Lusófona de Cabo Verde Baltasar Lopes da Silva		1	11	12
Universidade Intercontinental de Cabo Verde (ÚNICA)		8		8
Universidade de Santiago (US)		19		19
Instituto Universitário da Educação (IUE)			16	16
Total	86	37	102	225

Fonte: Anuário Estatístico do Ensino Superior 2015/16

A Pós-graduação nacional teve um percurso e discussão muito longos, a grande verdade é que a criação da Universidade de Cabo Verde marca uma nova era para a educação , principalmente, para o ensino superior em Cabo Verde, a partir desse momento tudo começa a acontecer num ritmo muito acelerado e o ensino superior ganha um papel importante no panorama sociopolítico de Cabo Verde. Este nível de ensino ganhou alguma prioridade na agenda governamental, fato é que nesta altura o governo cria um ministério exclusivo para o ensino superior, o Ministério de Ensino Superior, Ciência e Inovação (MESCI).

Fica clara a intenção dos governantes era dar uma grande atenção ao ensino superior, sua expansão e consolidação, fato é que durante esta última década em análise foi criado o Ministério do Ensino Superior (2011-2016) e a declaração presente no programa da 8ª legislatura destaca que "não podemos competir ou sonhar construir uma economia dinâmica, competitiva e inovadora com prosperidade partilhada por todos se não tivermos recursos humanos capazes de competir com os melhores no mundo"[28]. E a expansão não acontece tanto a nível territorial, já que Cabo Verde é um arquipélago, e nem todas as ilhas têm representação de instituições de ensino

[28] GOVERNO DE CABO VERDE. Programa do Governo para legislatura 2011-2016, p. 39.

superior, normalmente centralizado em Santiago, com algumas exceções em São Vicente. Já os cursos à distância não são ainda muito comuns nas instituições de ensino superior, salvo algumas exceções, como por exemplo, em complemento de licenciatura em docência e enfermagem.

Por ser algo novo e inédito no arquipélago, o que normalmente causa alguma resistência e descrédito junto a alguns grupos, como mencionamos anteriormente, as universidades precisavam 'credibilizar' seus cursos e, principalmente, que a sociedade entendesse ter condições de realizar com sucesso esta nova etapa do ensino superior.

As universidades existentes em Cabo Verde já tinham alguma experiência em cursos de licenciatura e bacharéis, mas sem dúvida que a criação de cursos de Pós-graduação traria uma nova credibilidade às instituições:

> Com a criação da Pós-graduação as instituições ganham muito prestígio social, uma vez que existia toda uma classe de gestores profissionais que tinha que sair de Cabo Verde para continuar os estudos para responder as necessidades de especialização que a economia e a sociedade iam tendo, portanto não havia uma oferta cá dentro que satisfizesse essa procura pela pós-graduação, no fundo que é uma procura pela especialização. Quando as universidades começam a abrir ao todo uma classe de juízes, de professores, de enfermeiros, de profissionais que aderiram a universidade, à Pós-graduação (CORREIA E SILVA, 2016).

Porque a universidade surge não só como um caminho de formação de jovens, mas também de formação continuada, ou de formação ao longo da vida, este componente é fundamental. Foram oferecidos vários cursos que a classe profissional aderiu: professores, enfermeiros, engenheiros, urbanistas, pois podiam continuar a estudar e adquirir novas competências sem sair de Cabo Verde.

Pela experiência, em nível de docentes dos cursos de graduação das instituições privadas que era alvo de críticas por parte da sociedade, conforme menciona António Correia e Silva (2016):

> Menino que chegou do curso ontem licenciado, já está a dar aulas - então a Pós-graduação foi para fazer *upgrade* do pessoal, e mesmo pessoal que uma vez feita duas ou três edições de mestrados, começamos a pensar doutoramentos. O pessoal (docentes) tinha licenças para ir fazer doutoramentos no exterior, na Universidade de Cabo Verde tivemos grandes discussões, temos anualmente quarenta mil contos para financiar licenças, rapidamente vimos que doutoramentos no exterior sairiam muito caros, o que é que fizemos? Começamos a fazer regime sanduíches, isto é, o pessoal ficava lá um ano "*full time*", ou seja, ficava lá um ano sem vir e depois nos

> outros dois anos eram seis meses lá e seis meses aqui, para nos seis meses aqui o pessoal assumir alguma carga horária.

Este é o dilema que vive a Universidade de Cabo Verde que ainda não tem uma estrutura sólida para a realização da Pós-graduação, um dilema entre investir na formação do pessoal no exterior ou contar com ele para a carga horária de aulas, no quadro docente da instituição. “Os alunos começaram a reclamar que os professores em vez de dar aulas estavam mais preocupados com os seus cursos de doutoramento do que com a graduação dos alunos, e é verdade, era a crítica, eu recebi algumas vezes associações de estudantes” - conforme afirma o então Reitor da Universidade de Cabo Verde, António Correia e Silva (2016).

Correia e Silva (2016) ainda constatou que era necessário para “a Universidade resolver de vez este ‘dilema camponês’ quando não sabe se põe o grão de milho na terra ou na panela, se puser na panela come hoje, mas compromete o amanhã, mas se puser na terra tem de passar fome hoje para ter amanhã”. Assim a universidade no início teve esse dilema com os professores, ou põe os professores a dar aulas atendendo os alunos, ou retira-os em parte para suas próprias formações, para mais tarde os terem melhor capacitados. A gestão deste dilema foi fundamental:

> Considerando que as aulas eram modulares e dependiam dos professores que vinham de fora, principalmente no começo, era necessário preparar os professores, “pois não é com aulas” comprimidas de um professor de mobilidade ou cabo-verdianos que vem entre matar saudade, não, podem vir em outro programa, mas temos que ter corpo docente, então através de Pós-graduação começar a fazer um caminho e responder à crítica, que não tínhamos professores qualificados e que qualquer um poderia dar aulas na universidade (CORREIA E SILVA, 2016).

Este dilema é comum ao início de processos ou etapas na educação. Precisa ser superado ainda como mostra Cunha (1992, p. 173) na experiência brasileira quando do começo da Pós-graduação:

> O mestrado surgiu sob o signo da improvisação. Definido o objetivo de criar um programa, passava-se a buscar os professores que tivessem titulação ou apenas notário (mais do que notório) saber. Depois de escolhidos os professores, definiam-se as disciplinas que eles podiam lecionar, compondo-se o currículo. Um processo Indutivo, portanto. Os professores poderiam pertencer a áreas diferentes da universidade/instituição, já que sempre é possível justificar como "educacionais" quaisquer temas teóricos e/ou práticos, em sentido lato: do teatro à medicina, da administração ao sacerdócio, do treinamento profissional à militância sindical. Já que a tudo se atribuía uma dimensão educacional, nada restava como educação propriamente dita. Assim, a diversidade do corpo docente foi, ao mesmo tempo, um elemento positivo e

> negativo para a nossa Pós-graduação. Positivo, por compensar o isolamento institucional e acadêmico. Negativo, por resultar de um processo de composição inorgânica.

A resolução deste impasse em Cabo Verde passou por duas atitudes correlacionadas, primeiro investir e incentivar a formação em graus superiores da maioria dos docentes que eram licenciados, em segundo lugar ou paralelamente o desenvolvimento da Pós-graduação nacional. Passados dez anos da Uni-CV e algumas instituições parecem ter resolvido este problema conjuntural com a formação de muitos quadros nacionais, e alguns provenientes do exterior.

Boa parte dos docentes fez sacrifícios imensos para poder se formar muitos deles fizeram doutorados na modalidade sanduíche, garantindo 100% dos seus salários e fazendo deslocações periódicas às universidades no exterior, e assim muitos conseguiram, ou tem conseguido concluir os seus projetos. Um sacrifício pessoal, mas também da instituição que concede algumas licenças para temporadas fora do país para estudos, e assume os custos, principalmente em repor os substitutos (NASCIMENTO, 2016).

Judite Nascimento (2016), ainda observa que há docentes que pedem licença sem vencimento para estudar significando um sacrifício muito grande para eles e suas respectivas famílias, mas também para a universidade que assume alguns riscos, pois se um professor sai de licença a universidade garante o reenquadramento, mas enquanto isso contrata outro em tempo parcial e mais caro para substituí-lo. Assim, há casos que são dadas licenças com vencimento, ou com parte do vencimento, isso significa custo muito elevado para a instituição, mas é um investimento com o objetivo de atingir o patamar almejado, ou seja, a autonomia com garantia de qualidade necessária do serviço que a instituição presta.

À medida que as instituições foram crescendo, foram feitos investimentos, para no futuro poderem garantir uma geração de doutores que estando nas universidades como docentes, fizeram o seu doutoramento, quer com licenças para o exterior, ou com apostas em doutoramentos e mestrados no país, e há um terceiro ganho em tudo isto, o surgimento da investigação por via da qualificação de mestrados e doutorados (NASCIMENTO, 2016).

Considerando que a necessidade das instituições, era ter professores melhor qualificados, o investimento na Pós-graduação aumentou consideravelmente o

número de docente com qualificação em nível de mestrado e doutorado, numa escala progressiva a cada ano, como mostra o quadro a seguir:

Quadro 8. Professores por grau acadêmico e ano letivo 2009-2016

ANO LETIVO	MESTRES	DOUTORES	PÓS-DOUTORES
2009/2010	323	57	0
2010/2011	515	175	10
2011/2012	616	111	0
2013/2014	646	156	0
2014/2015	694	171	0
2015/2016	625	186	3

Fonte: Anuários Estatísticos do Ensino Superior de 2009 a 2016.

Este quadro (8) mostra a evolução do número de docentes com graus de mestrado, doutorados e pós-doutorados no sistema de ensino superior cabo-verdiano. É notório o crescimento destes após a oferta dos primeiros cursos, com seus primeiros diplomados, a partir dos anos letivos 2009/2010.

Embora a Pós-graduação não fosse criada com o objetivo primário de desenvolver a produção e publicação do conhecimento, a partir do momento que se formam mestres e doutores há produção de teses e dissertações, conhecimentos produzidos nas universidades de Cabo Verde, sobre o país.

3.3.3. Estrutura para a Produção e Publicação do Conhecimento

Neste âmbito da criação da Universidade de Cabo Verde também se funda uma editora acadêmica à semelhança dos países parceiros como a Press Université na França, as editoras das universidades federais e estaduais do Brasil, embora não seja uma tradição nas instituições portuguesas. Editora essa, não só para publicações de livros e produções a partir de teses e dissertações, mas também de revistas e demais produções acadêmicas e científicas dos congressos e conferências da universidade.

Incentivando a investigação, já que a qualificação é por via da investigação, então este desafio constou na lista das edições da Uni-CV quer em edições impressas

quer *online*. As teses e dissertações de Pós-graduação alimentaram a investigação publicada na Uni-CV, melhorando e constituindo a estrutura das universidades.

A editora universitária para um sistema que aposta na pós-graduação era necessária, pois o objetivo principal com a instalação da pós-graduação era a qualificação, mas após a formação dos primeiros diplomados, a tendência era que a universidade tomasse outros contornos e a produção do conhecimento passasse a ser uma das maiores prioridades.

Considerando também que as instituições em Cabo Verde gozavam de muita cooperação com instituições estrangeiras com esta experiência, e com a mobilidade dos professores que interagiam e produziam, a partir de Cabo Verde, também poderiam produzir conhecimento.

> Encontro colegas de Angola, de São Tomé e dizem, com uma inveja boa suponho, "ah, mas vocês deram um salto, ou estão a dar um salto" e eu digo-os o segredo, alguns segredos: um deles foi a internacionalização, adotamos a universidade em rede, o *slogan* universidade em rede não foi por acaso, que a universidade tem que trabalhar com os outros, a cultura colaborativa sem a qual não era possível fazer a investigação e nem ter pós-graduação aqui em Cabo Verde, nós estávamos a começar, como é, portanto a cultura colaborativa, por outro lado adotamos a iniciativa que a universidade, ela ia por fases, mas desde a primeira fase tinha que sinalizar algumas coisas, uma delas a publicação, por quê? Não só por causa do presente da investigação, mas porque a universidade deve devolver os seus produtos, os seus *outputs* à sociedade, e a investigação é extremamente importante, e foi assim que rapidamente começamos a alargar os títulos na universidade. Enfrentamos muita resistência, riam de nós em outras universidades privadas, dizendo que a universidade não é para publicar coisas é para ensinar, as pessoas tinham de ir à universidade, uma ideia muito 'auleira', muito liceal (CORREIA E SILVA, 2016).

A investigação e a publicação da mesma são fatores importantes para a conjuntura universitária, não só uma editora de publicação acadêmica, mas sim diversificada. Não só de trazer temas científicos, mas os temas que não eram projetos de publicação, não eram temas editáveis na sociedade cabo-verdiana alguns anos atrás, como a biodiversidade marinha, produção agrícola, a filosofia entre outras. Pós-graduação aliada à investigação e publicação na universidade traz uma complexidade na sua missão de ser superior a uma universidade que reproduz o conhecimento adquirido e dá títulos.

Considerando o potencial e a quantidade de alunos em cursos de Pós-Graduação, segundo os dados do Anuário Estatístico (2015-2016) somavam-se 443 alunos em cursos de mestrado e 14 em cursos de doutorado, e a melhoria da estrutura

contribui para melhor produção. Obter recursos para a pesquisa científica em Cabo Verde é um desafio. Com a coparticipação do Estado com rubrica orçamental para investigação, não só recursos internacionais, através de convocatórias, "*call*" da União Europeia, da Fundação para Ciência e Tecnologia (FCT), ou da mobilidade permitida por meio dos fundos da CAPES do Brasil, que devido a conjuntura política e econômica destes países, podem limitar sua colaboração:

> Tem que haver uma política de financiamento do estado para a investigação, e só aí podemos ascender a um patamar. Acho que está aí o grande desafio de nós conseguirmos que estado consiga financiar nem que seja uma percentagem da nossa investigação. Um incentivo ao investigador, que está no seu país, precisa sentir que o país que necessita desta investigação, e não só com fundos internacionais, este é o nosso maior desafio, ter uma agência como a CAPES ou a FCT que também impulsiona a investigação local. Acho que podemos chegar lá, um dia chegaremos lá (VICTÓRIA, 2016).

Torna se um grande desafio para o governo a criação de condições e possibilidades de financiamento não só do ensino superior, mas especialmente para a investigação. Estes incentivos passam não só por bolsas de estudos aos pesquisadores ou alunos de Pós-graduação onde este lócus é maior, mas toda estrutura para a produção e publicação dos resultados das respectivas pesquisas.

O projeto de Iniciação Científica que envia ao Brasil, anualmente, trinta alunos de licenciatura para um período de formação/estágio nesta área (MORAIS, 2015), e apresentação dos seus trabalhos no retorno, mas também a criação das casas da ciência[29] na Praia e em Mindelo mostra algum despertar, ainda incipiente nesta área. Contudo, a maior expectativa está na criação de uma estrutura de financiamento que embora, vem sendo anunciada pelos sucessivos governos, não se efetivou ainda.

3.3.4. Conjuntura Política Educacional

A proliferação de instituições de ensino superior privadas e o desenvolvimento da universidade pública impuseram ao Governo um esforço de regulação que se traduziu, recentemente, na promulgação do Regime Jurídico das Instituições de

[29] "Promover a cultura científica e tecnológica, divulgar a ciência, tornando-a mais próxima do quotidiano do cidadão comum, bem como, imprimir a ligação entre as universidades e a sociedade civil são alguns os objetivos que nortearam a criação da "Casa da Ciência". Disponível em http://governo.cv/index.php/rss/4089-primeiro-ministro-preside-cerimonia-de-inauguracao-da-casa-da-ciencia-da-cidade-da-praia-v15-408. Acesso em 10/03/2017.

Ensino Superior (RJIES) – Decreto-Lei nº 20, de 19 de Julho de 2012 e do Regime Jurídico dos Graus e Diplomas do Ensino Superior – Decreto-Lei nº 22, de 7 de Agosto de 2012 (FORTES, 2012).

Segundo Nascimento (2016), além disso, uma grande vantagem foi a primeira iniciativa de Pós-graduação (1997) que agitou um pouco o sistema, no sentido de desafiá-lo a criar a legislação para as futuras pós-graduações, evitando viesse a acontecer o que ocorreu com essa Pós-graduação não certificada.

O sistema de ensino superior em Cabo Verde, sempre priorizou a formação de quadros e não uma política de mercado e de lucro. Contudo, com as novas tendências internacionais e das imposições do mercado e, principalmente, das iniciativas privadas esta política tende a mudar de direção. A estrutura acadêmica e administrativa das universidades, centros universitários e faculdades privadas passaram a ser gerenciadas na perspectiva do lucro e por uma acentuada mudança na concepção da missão das IES e de suas principais responsabilidades: formação de quadros, produção do conhecimento, elaboração do projeto político-pedagógico soberano de nação e desenvolvimento da ciência e da tecnologia (NASCIMENTO, 2016).

3.4. Implementação da Pós-graduação

A implementação Pós-graduação em Cabo Verde é muito diversificada, isto porque ela não segue um plano de ação ou projeto previamente estabelecido pelas políticas educacionais vigentes ou propostas e nem por uma legislação. A gênese da Pós-Graduação Nacional consiste de iniciativas próprias e isoladas das Instituições de Ensino Superior nacional.

O debate em torno do tema e as decisões não são coletivas e as propostas e a sua implementação não seguem o mesmo caminho e nem seguem juntas nas várias etapas do ciclo da efetivação desta modalidade.

Embora na primeira etapa do ciclo da política conforme Howlett e Ramesh (1990) a identificação do problema e a sua entrada na agenda política, principalmente das instituições, sejam concomitantes, as etapas subsequentes de tomada de decisão, formulação, implementação e avaliação já são diversificadas de instituição para instituição. Considerando que o Ministério do Ensino Superior, como visto anteriormente, não dinamiza nem norteia as etapas do ciclo desta política.

Assim, será necessário conhecer os diferentes percursos e momentos que as instituições tiveram até chegarem as suas propostas e consequente projetos de implementação.

3.4.1 Propostas e Projetos Gerais, Ideais

Esta é a fase em que se buscam soluções ou alternativas para os problemas detectados e definidos como prioritários na agenda do governo ou das instituições de ensino superior. Assim a busca da melhor solução e ação dentre as alternativas e caminhos propostos deve ser encontrada a fim de solucionar eficazmente o problema.

Neste caso em especial, conhecer como a Pós-graduação chegou a ser considerada prioridade da agenda do governo e dos grupos ou atores sociais é importante para a compreensão do momento que surge esta modalidade no país, e que caminhos foram tomados ou não diante da conjuntura nacional.

O ensino superior após a virada do milênio, ainda no começo, pois não havia completado uma década do surgimento das primeiras universidades, sofreu muitas influências, vindas de muitas direções, considerando que muitos países e universidades de países e sistemas de ensino superior diferentes estavam engajados em ajudar Cabo Verde na construção de um ensino superior sólido e com as mínimas condições de um ensino de qualidade tanto no contexto regional como global.

Após os anos 2000, Cabo Verde ainda está na construção e busca de consolidação do ensino superior, sem dúvida sua maior fonte e modelo é o Processo de Bolonha, embora não tendo sido o modelo escolhido, é o que exerce maior influência no desenvolvimento de um sistema de ensino superior nacional e, consequentemente, na Pós-graduação. Por ter acordo de cooperação com outros países é perceptível um pouco de cada um destes sistemas de ensino no projeto de Pós-Graduação em Cabo Verde. Isso o torna um sistema próprio, ou seja, montado de acordo com aquilo que era a necessidade e condições nacionais.

A criação da Pós-graduação no sistema educativo superior em Cabo Verde, não representa uma estabilidade ou consolidação dos graus de níveis anteriores, mas com condições mínimas e necessárias para uma aposta na melhoria deste sistema e na resposta as demandas nacionais.

Contudo, não está fora do tempo o que aconteceu com outros níveis de ensino em Cabo Verde, por exemplo, o ensino fundamental, básico e secundário e graduação foram priorizados e receberam investimentos prioritários em uma década respectivamente. Assim, a Pós-graduação também está nesta mesma sequência, ao ser pensada e projetada, não mais que uma década depois do nível anterior ser concretizado efetiva e definitivamente:

> Pelas circunstâncias e avanços rápidos que teve o ensino superior em Cabo Verde não havia como a legislação da Pós-graduação vir antes. A liberdade acadêmica ela está consagrada no Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior. Quem faz as propostas dos cursos de pós-graduação são as universidades, o governo em algum momento impulsiona, quando tem conveniência numa área ou tipo de curso subsidia, impulsiona e pode trazer parceiros, investe em laboratórios, facilitando, mas a iniciativa da Pós-graduação é da instituição, é claro que a acreditação de um curso passa pelos critérios que o governo põe em lei: a relevância do curso, laboratórios, corpo docente, etc, isso é outra coisa, mas a iniciativa da apresentação da proposta é da academia (CORREIA E SILVA, 2016).

A Pós-graduação na verdade segue a mesma linha e metodologias da criação e efetivação da graduação, basicamente os mesmos modelos, parcerias e financiamentos. Assim, o cenário educativo na virada do milênio não sofre alterações dignas de atenção, pois segue o seu curso linear, simplesmente fez “upgrades” necessários e de maneira a responder positivamente as demandas nacionais, as oportunidades e capacidades já adquiridas. Ou seja, no momento da criação da Pós-Graduação, o fluxo é no mesmo sentido das experiências anteriores.

Após a criação da Universidade de Cabo Verde e demais institutos privados, especialmente na Comissão Instaladora da Universidade de Cabo Verde, o debate focou no desenvolvimento da Pós-Graduação em Cabo Verde, mas a grande questão em volta desta pretensão era com que professores? Embora o país tivesse formado alguns quadros a nível superior, a maioria que se encontrava no país tinha graus de licenciaturas ou bacharéis.

> Quando apareceu a questão da universidade, havia um grupo da qual eu pertencia que dizia, temos que mudar a relação com a pós-graduação, se as pessoas não têm acesso aos mestrados e aos doutoramentos, não é possível desenvolver a universidade. Daí que por volta dos finais dos anos 90 e princípio de 2000 em Cabo Verde, na administração pública cabo-verdiana não havia mais que 5 ou 6 doutorados. Portanto, que quando me convidaram para integrar a comissão instaladora eu defendia que havia uma incompatibilidade entre a pretensão em desenvolver a universidade, e a recusa em investir na pós-graduação (CORREIA E SILVA, 2016).

Conforme asseguram Victória e Nascimento (2016) o primeiro curso de Pós-graduação criado em Cabo Verde foi em 1997, em Métodos e Técnicas de Investigação em Ciências Humanas foi um projeto totalmente financiado pela cooperação austríaca e desenvolvido pelo Instituto Superior de Educação (ISE) na altura. O projeto tinha como objetivo principal a capacitação de professores da Uni-CV, mas para as outras instituições do setor público no que diz respeito aos métodos de investigação, precisamente já com a ideia de criar capital humano para o desenvolvimento do ensino superior e concretamente, já com vistas à criação das universidades em Cabo Verde.

A ideia era começar a capacitar quadros em investigação que pudessem vir a assumir mais tarde não só à docência de unidades de investigação nas futuras universidades, ou na futura Universidade de Cabo Verde, e também pudessem vir a trabalhar os projetos de montagem do ensino superior. Este projeto foi financiado pela Cooperação Austríaca, tinha como objetivo elevar o grau dos docentes do Instituto Superior de Educação, e técnicos de várias instituições públicas que participaram, principalmente do Ministério da Educação, de Ornamento de Território. Esta foi a primeira iniciativa ou tentativa de Pós-graduação em Cabo Verde. Contudo ao final do curso, os alunos não obtiveram o grau por parte do Ministério da Educação, pois ainda não havia legislação para este nível de ensino superior no país.

A partir desta necessidade e determinação dos atores e do governo de Cabo Verde, começou-se a pensar e articular os primeiros cursos de Pós-graduação em Cabo Verde. Assim surgiram os primeiros projetos e iniciativas nacionais:

> Portanto a ideia é precisamente criar condições para a sustentabilidade e retroalimentação do sistema, ou seja, que os quadros se formam em Cabo Verde, para Cabo Verde é claro com a cooperação internacional. Então uma das apostas que se fez foi começar a fazer pós-graduações em Cabo verde permitindo os quadros das universidades se formarem em Cabo Verde e adquirirem o grau de doutoramento aqui no país, com a mesma qualidade oferecida lá fora, mas sem os custos associados a uma deslocação a uma mobilidade internacional (NASCIMENTO, 2016).

> Trazíamos os professores, que vinham destas universidades em regime de mobilidade. Professores Portugueses, Brasileiros, Franceses, Espanhóis que vinham a Cabo Verde e ministravam aulas em regime modular e depois regressavam, uma ou outra aula eram por videoconferência, pois pouco tempo depois, instalamos um sistema de videoconferência, isso num quadro de parcerias que nós estabelecemos com essas universidades parceiras. Vinham cá professores estavam cá uma semana, quinze dias, um mês dependendo da duração do módulo, da disciplina e voltava. Pelo menos na fase inicial foi assim (MONTEIRO, 2016).

Embora se começasse a oferecer alguns cursos de Pós-Graduação em Cabo Verde, o projeto de Pós-graduação fora do país por meio dos programas e convênios anteriores se manteve, paralelamente continuou-se a enviar alunos para o exterior para fazer também suas Pós-graduações lá, ou seja, agora havia um programa interno, mas também muitos alunos continuavam a ir para o exterior todos os anos, a frequentar programas de Pós-Graduação em outros países.

Portanto, tanto os que se formavam no país quanto os que se formavam fora, depois no final de cada ano, ou algum tempo depois concluindo os estudos, começaram a assumir muitas cadeiras nas universidades, pois terminaram seus mestrados e doutoramentos e regressaram ao país. Até hoje, continua-se a ter mobilidade, também se mantém o fluxo de profissionais que vem do exterior para lecionar, mas muito menos que no início, em 2007.

Esses primeiros cursos cabo-verdianos, os mestrados, por exemplo, eram da Universidade de Cabo Verde. Por ser nova essa modalidade, não havia na universidade muita experiência neste tipo de programa, os currículos e demais demandas foram trabalhados e discutidos com outros que já tinham experiência nesta área. Já que havia pouca experiência nacional, esses professores vindos de suas universidades com melhores condições naquilo que faziam, sendo natural que isso repercutisse do ponto de vista pedagógico e nos demais eixos do programa.

Não há como excluir a cooperação, os meios permitem e exigem que haja cooperação na busca do conhecimento. Assim, as influências acabam por acontecer. Contudo, a influência nem sempre é num único sentido, o inverso deveria ter acontecido com eles, adquiriram mais experiências e conhecimentos deste novo e emergente subsistema. Neste caso, os cursos eram de Cabo Verde e os professores vinham para ministrar os cursos e regressarem, assim que não eram cursos com dupla titulação:

> As universidades estrangeiras, no começo, propunham os cursos e enviava professores para virem implementá-las, mas depois fomos tomando nossas próprias iniciativas. Neste momento quase 100% das Pós-graduações, com algumas exceções são iniciativas próprias. Nós temos algumas que mesmo não sendo iniciativa própria, neste momento têm uma participação muito forte da universidade, ou seja, mesmo que a ideia tenha surgido fora, a montagem do projeto e a execução são feitos com uma participação muito forte da universidade. Já não temos cursos que funcionam na modalidade anterior, ou seja, cursos que são certificados por outras universidades, mas que funcionam na Universidade de Cabo Verde, neste momento os cursos da

> Universidade de Cabo Verde, são da Universidade de Cabo Verde em parceria com outras universidades (NASCIMENTO, 2016).

Constata-se assim, que as primeiras Pós-graduações já vinham prontas, com os planos de estudos prontos, conforme os modelos portugueses ou brasileiros, depois adaptados ao modelo cabo-verdiano em construção e à legislação cabo-verdiana. No início do sistema, da estrutura, das demandas e com pouca experiência, sentiu-se a necessidade de recorrer ao apoio internacional. Não tendo experiência, nem quadros necessários, não se tem os recursos suficientes, assim "a cooperação se apresentou como a melhor das opções, principalmente quando os parceiros estão interessados e dispostos" (VICTORIA, 2016).

Muitos cursos de Pós-graduação eram criados também despertavam o interesse do Estado e dos seus órgãos, não eram motivados só pelas iniciativas da universidade ou propostas dos parceiros internacionais, mas às vezes também eram solicitações do ministério da saúde, das finanças, entre outras, isso mostra que havia sempre um jogo de vários fatores que impulsionavam a criação programas de Pós-graduações:

> Muitas Pós-graduações são nossas iniciativas, mas alguns vêm por solicitação dos ministérios, pela necessidade de qualificação dos seus quadros, com a necessidade de os quadros nacionais aprofundarem seus saberes. Por exemplo, o curso de Gestão e Economia da Saúde, também foi uma solicitação do ministério da saúde. Não só uma necessidade que a universidade deve ter analisado, mas também as vezes é uma mesa de três pés, o ministério do ensino superior, universidade e depois os ministérios ou instituições parceiras que solicitam (NASCIMENTO, 2016).

Outro fator preponderante na abertura de muitos cursos de Pós-graduação em Cabo Verde foi devido ao senso de oportunidade. O curso no país surge num momento de muita interação, cooperação internacional, de boas condições e disponibilidade em financiar projetos. Segundo Correia e Silva (2016) no período de 2006 a 2010, captaram-se muitos financiamentos e investimentos para Pós-graduação, quer da CAPES por meio de universidades brasileiras parceiras, quer da cooperação portuguesa através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) que financiava e as universidades portuguesas e francesas que cooperavam, com programas multilaterais, que foram importantes:

> Lembro que a União Europeia havia um programa que se chamava EDUMING que financiava a cooperação acadêmica entre a Europa e a ACP

> (África, Caraíba e Pacífico). Havia disponibilidade financeira, e aqui essa disponibilidade potenciava cultura colaborativa assentes na mobilidade, e para nós que estávamos a aprender, era preciso montar uma logística de buscar professores, instalar professores, pôr os professores em contato com os nossos professores, com os alunos. Esses professores uma vez vindos cá, nas suas universidades representarem como uma espécie de embaixadores, portanto isso foi vital (CORREIA E SILVA, 2016).

Toda essa conjuntura foi trabalhada para que pudesse efetivar a oferta dos cursos no país e, especialmente, na universidade pública. As primeiras Pós-graduações surgiram com a Universidade de Cabo Verde em 2007:

> Eu lembro neste momento de três pós-graduações: um mestrado em Matemática Aplicada a Engenharia que teve início mais ou menos em 2007, um mestrado em Engenharia Elétrica e Telecomunicações que teve início em 2008, tratando-se de dois cursos que foram fundamentais para a criação de competências para o desenvolvimento de cursos nestas áreas na Universidade de Cabo Verde, porque os atuais professores da universidade alguns deles foram formados através destes dois cursos (NASCIMENTO, 2016).

Depois disso, a Universidade teve mais uma iniciativa, um mestrado em Agronomia e Recursos Naturais que teve início em Janeiro de 2010, e estas iniciativas foram todas financiadas por Portugal, mas além destas tiveram iniciativas financiadas pela CAPES, uma parceria com o Brasil, para o mestrado em Desenho e ordenamento do Território foi feita com a cooperação da Universidade do Rio Grande do Sul e, posteriormente, um mestrado em Saúde Pública, também com a cooperação brasileira, depois proliferaram os programas de pós-graduações na universidade de Cabo Verde.

Estes foram os primeiros projetos criados sempre com a cooperação ou de Portugal ou do Brasil. Outro projeto que marcou a história da universidade foi um doutoramento em Ciências Sociais e Políticas, desenvolvido com a Bélgica no quadro de um programa conhecido como Pig-Bélgica. Portanto, este doutoramento foi realizado entre a Universidade de Cabo Verde e a Universidade de Luvan na Bélgica. Isso permitiu a universidade capacitar com doutoramento pelo menos cinco quadros da própria universidade, sendo de grande mais valia. Este doutoramento já está na terceira edição, embora já esteja sob responsabilidade da universidade, ainda existem professores da Universidade de Luvan que continuam participando deste programa por iniciativa e vontade própria (NASCIMENTO, 2016).

> A universidade de Aveiro, por exemplo, tem três mestrados em cooperação com três Unidades Orgânicas da então Uni-CV, essas unidades orgânicas eram os institutos, era o ISE, o ISECMAR e o Instituto Nacional de Administração e Gestão (INAG). E o ISE foi escolhido para receber a Pós-graduação feita em parceria com Aveiro. Era necessário desenvolver a área das engenharias e evitar que a universidade nascesse apenas ligada às ciências sociais e humanas. Acordado que a Universidade do Rio Grande do Sul iria fazer mais três mestrados; um mestrado em Ciências Sociais, outro mestrado em Desenho Urbano e havia outro mestrado em Administração Pública, esse seria no INAG e os outros dois seriam no ISE, com a cooperação Portuguesa. Depois mais mestrados foram criados: em Ciências do Mar no ISECMAR, outro mestrado em Engenharia Civil no ISECMAR também, e foi criada a primeira oferta de Pós-graduação feita por professores estrangeiros, mas em Cabo Verde (MONTEIRO, 2016).

Após essas primeiras Pós-graduações quase totalmente realizadas por universidades estrangeiras, começam a ter reedições, e por meio disso descobriu-se o caminho. Considerando que se conseguiu o financiamento da CAPES e recursos da Cooperação Portuguesa para trazermos professores para a Pós-graduação, o caminho percebido foi de que também poderia ser montado em Cabo Verde um mecanismo de financiamento local e trazer estas universidades com seus professores. “Este trabalho que começou com ideias, discussões, a partir de 2005 e 2006, e que se concretiza em 2007 de fato com a abertura dos cursos e a partir daí, de certo ficou mais fácil expandir o leque” (MONTEIRO, 2016).

Conclui-se, primeiramente, a Pós-Graduação em Cabo Verde começou com as discussões dos diversos atores, forças ou grupos sociais, que incentivaram, pressionaram, discutiram até o momento em que a Comissão Instaladora de Cabo Verde por aceitação da maioria dos membros desta comissão, aliada ao desejo de dar este passo no ensino superior nacional de terem convencidos os parceiros internacionais, derem início aos primeiros cursos de Pós-Graduação em Cabo Verde, em que a Universidade de Cabo Verde cedia o espaço e as universidades parceiras ficavam responsáveis pelo curso em si, ou seja, os docentes, materiais didáticos, projeto pedagógico e certificação.

Em segundo lugar, com o passar do tempo e com a reedição dos cursos, e os primeiros diplomados nacionais com grau de mestrado ou doutorado, aos poucos a universidade foi tomando a direção da Pós-Graduação nacional. Conforme dados do último Anuário Estatístico (2015-2016) já existem muitos cursos com a maioria de professores nacionais e criados por iniciativa e planejamento da própria universidade, dependendo cada vez menos da cooperação internacional para efetivar os cursos, como foi no começo.

Quadro 9. Pedidos de reconhecimento de graus (Mestrado/Doutoramento) 2000-2016

ANO	MESTRADO	DOUTORAMENTO
2000	19	1
2001	10	0
2002	16	3
2003	25	1
2004	22	2
2005	39	4
2006	57	1
2007	68	7
2008	83	3
2009	101	12
2010	107	5
2011	176	16
2012	220	17
2013	213	15
2014	166	25
2015	153	21
2016	410	38
Total	**1793**	**171**

Fonte: Dados facultados pelo Departamento de Reconhecimento de Diplomas e graus do Ministério da Educação, 2017.

O quadro 9 mostra a evolução da obtenção de graus de mestrado e doutorados em Cabo Verde. Nos primeiros anos, são graus de alunos formados no exterior, pelo menos até 2010. Os cursos que atribuíam estes graus começaram em Cabo Verde em 2007, assim os primeiros diplomados do sistema nacional só aconteceram a partir de 2010, e é quando se percebe o crescimento considerável de ano para ano, muito devido aos cursos de dupla titulação oferecidos no país em parceria com universidades parceiras no exterior, e que carecem de validação ou reconhecimento dos graus pelo Ministério da Educação cabo-verdiano.

Considerando que só existe um curso de doutorado em Cabo Verde com diplomados, então se percebe também a obtenção do grau de doutorado não tem variação considerável ainda, no ano letivo 2015-2016 só existiam efetivamente três

cursos de doutorado no país, assim a maioria dos alunos com grau de doutorado continua vindo do exterior (Anuário Estatístico, 2015-2016).

Em terceiro lugar, entende-se ainda, como já dito anteriormente, que a motivação da criação da Pós-Graduação em Cabo Verde não foi inicialmente intencionada por uma pretensão à investigação e produção do conhecimento, nem foi uma estratégia de mercado ou de cunho econômico, mas com a pretensão primária de capacitar docentes, especialmente os da própria universidade, retroalimentado assim o sistema. Com certeza, a ideia de capacitação para o mercado e formação de quadros para as diversas áreas do desenvolvimento nacional são causas indiretas, mas sem dúvida, não foram a causa ou a motivação primária quando se pensou e se debateu a necessidade da Pós-graduação nacional.

Por último, os modelos implementados eram diversificados, já que ficavam a critério da universidade parceira o modelo a ser implementado em cada curso. Considerando que os parceiros eram de sistemas educativos diferentes, principalmente do Brasil e Portugal, consequentemente, os modelos também eram diversificados. Posto isto, fica claro não ser implementado um único modelo e nem um subsistema legislado para a Pós-Graduação.

Com o passar do tempo e reedições dos cursos principalmente, quando a universidade assume o controle da Pós-Graduação ela então define seu próprio modelo, especialmente após os regimentos jurídicos para o ensino superior. Assim o modelo não é de Bolonha, nem do MERCOSUL, mas um modelo Cabo-verdiano que tem a influência a partir do momento que teve como referência vários modelos dos cooperados.

3.4.2. Projetos reais: grupos e lideranças políticas e acadêmicas

Depois de a Universidade Pública de Cabo Verde ter implantado seus primeiros cursos de Pós-graduação, as instituições privadas também empreenderam seus primeiros cursos, quase da mesma forma que a Uni-CV havia começado, ou seja, trazendo os cursos, projetos e docentes de universidades parceiras ou da mesma universidade em outros países para aquelas, de iniciativas estrangeiras, assim as instituições privadas ofereciam a estrutura e os alunos, a universidade parceira os docentes e todas as demais condições acadêmicas para a efetivação dos cursos.

Por meio do MESCI foram possíveis investimentos globais na Pós-graduação em Cabo Verde, um programa muito importante na valorização e motivação da Pós-graduação nacional foi a criação de um “Cluster” para esta área, o programa de Pós-graduação Ciência para o Desenvolvimento (PGCD), um programa de excelência na área de Ciência da Vida, através de acordo e contrato assinado entre os governos que o financiavam: o governo de Cabo Verde, do Brasil e de Portugal, além de alguns investidores do setor privado.

Aderiram ao consórcio, Uni-CV, Uni-Piaget e a ÚNICA, universidades que tem mais valências na área de Saúde e Ciências da Vida e ambiente para conjuntamente criar um programa de doutoramento feito por módulos, com professores recrutados do mundo inteiro. Um programa de excelência coordenado pelo Instituto Gulbenkian da Ciência, para formar biocientistas em cinco edições de doutoramento, uma nova classe em cada ano, de 2013 a 2017. Portanto, o programa foi lançado em 2013 e a ideia era superar um déficit, porque algumas universidades privadas achavam que quem forma é o Estado:

> Portanto ele como universidade não devia investir na formação do seu pessoal, deviam contratar pessoal avulso, até porque as universidades até eu chegar ao ministério, não tinham muita preocupação de ter pessoal a tempo inteiro, porque era aulas dadas aulas pagas, e porque os professores normalmente eram profissionais que estavam no mercado e que suplementarmente davam umas aulas. Não havia uma classe docente residente na universidade, portanto, isso o regime jurídico das instituições de ensino superior, que foi publicado pelo governo, eu no ministério em 2012, que impôs novas cotas de pessoal docente “*full time*” de tempo integral (CORREIA E SILVA, 2016).

Estas ações e preposições do ministério do Ensino Superior motivaram as universidades, especialmente privadas, a pensar na formação e torná-los quadros da universidade e não só contratados.

Esta condição de não ter muitos professores no quadro da universidade, fez com que os projetos de Pós-Graduação das universidades, limitassem a projetos trazidos e implementados pelas universidades parceiras, ou universidades estrangeiras que estabeleceram polos em Cabo Verde, e traziam os cursos da universidade mãe no exterior.

Esta é a prática da maioria das universidades privadas, terem Pós-Graduações com professores que vêm de universidades estrangeiras ministrarem módulos e regressarem às suas universidades de origem.

Conforme Judite Nascimento (2016), com a implementação dos projetos muitos quadros já foram formados em Cabo Verde e com elevada qualidade, formados na Universidade de Cabo Verde, ou mesmo em outras universidades e com a qualidade que se deseja o que tem respondido às necessidades do sistema. São ambiciosos projetos que vem sendo elaborados e executados ao longo desta década na Pós-graduação em Cabo Verde, exemplo disso é o doutoramento em Gestão e Política Ambientais que envolvem treze universidades, treze instituições de ensino superior de cinco países de língua portuguesa: Brasil, Portugal, Cabo Verde, Moçambique e Angola, com várias universidades destes países envolvidos.

> A qualidade que é oferecida é a mesma que é oferecida lá fora, pois, os professores são os mesmos, só que deslocam para Cabo Verde e aqui dão os cursos com a vantagem de haver participação muito forte de professores da universidade de Cabo Verde, e assim funcionam quase todos os projetos de pós-graduação na nossa universidade (NASCIMENTO, 2016).

Os projetos para a Pós-graduação são cada vez mais ambiciosos. Atualmente está em construção um projeto de características pioneiras que será sediado na Universidade de Cabo Verde, desenvolvido com o Instituto para África Ocidental, o Instituto da Integração Europeia da Universidade de Bonne, que é um mestrado em Integração Regional Africana, em que participarão docentes de várias universidades e de vários países, e estudantes que virão de vários países na nossa região e sub-região africana (NASCIMENTO, 2016).

3.4.3. Prioridades da Agenda política e acadêmica

No processo de criação do ensino superior, implicitamente está a possibilidade da Pós-graduação, mas em nenhum momento ela se configura como tema de debate das agendas políticas e governamentais, ela surge das necessidades das próprias instituições, quanto as suas pretensões acadêmicas e de consolidação enquanto instituições de qualidade.

Sem dúvida que com as possibilidades postas, as posições e os atores sociais e políticos, vão para arena de debate, surgem os jogos de interesses e correlação de forças em torno das opiniões e propostas. Contudo, a questão da Pós-graduação entra na agenda política e acadêmica definitivamente com a criação da Comissão Instaladora da Universidade de Cabo Verde.

Como visto no capítulo anterior, houve algum debate no seio desta organização com os parceiros sociais e internacionais envolvidos trabalharam as ideias e modelos de Pós-graduação para Cabo Verde, especificamente para a Universidade de Cabo Verde.

A Pós-graduação ou sua necessidade era mais um problema das próprias instituições de ensino do que governamentais, de modo dentro da agenda acadêmica esse problema fez eco mais do que na arena política. Já que nas gêneses a motivação da Pós-graduação em Cabo Verde está condicionada a capacitação docente e não necessariamente ao desenvolvimento da pesquisa e melhoria do trabalho.

A Pós-graduação tinha custos elevados, de modo que era necessário buscar parcerias e condições que não havia em Cabo Verde e por meio disso fazer um planejamento para o financiamento da Pós-graduação em Cabo Verde e para a mobilidade dos docentes.

A criação da Pós-graduação entra na agenda por um conjunto de fatores, o grande interesse da universidade, quando do primeiro ano da Universidade de Cabo Verde, pois a equipe reitoral sentiu a necessidade de capacitar seu corpo docente, acreditando que a instituição consolidaria necessariamente por este processo de capacitação. Esta era a necessidade ou problema interno da instituição que motivou todos os debates na busca por políticas e programas que ajudassem a sanar o problema, fato comprobatório disso foram os três primeiros mestrados que viriam a ser oferecidos não tiveram muitos funcionários públicos ou recém graduados, a maioria eram docentes.

> A entrada definitiva do assunto Pós-graduação nas agendas foi fruto deste trabalho que começou com ideias, discussões a partir de 2005 e 2006 e que se concretiza em 2007 de fato com a abertura dos cursos e a partir daí ficou mais fácil. Hoje a universidade tem um leque variado de docentes com mestrados e doutorados, essa percentagem cresceu e muito. Sinto alguma satisfação por ter participado nesse processo na altura, apraz sempre registrar que as coisas malgrados com as resistências e as dificuldades, pouco a pouco as coisas vão caminhando isto é bom (MONTEIRO, 2016).

Embora com alguma resistência de muitas partes, especialmente dos habituais parceiros de Cabo Verde no ensino superior, que no debate entendiam e insistiam na sua posição, que este não era um problema para a agenda cabo-verdiana naquele momento, já que não havia condições mínimas para tal realização. Mas com o avançar dos debates e postas às possibilidades, principalmente com a inversão do fluxo, em

vez de irem os alunos vinham os docentes, acabou-se por achar um caminho, embora débil, mas com condições mínimas para começar e criar uma estrutura nacional ou que viria a acontecer uma década depois, pelo menos para os cursos de mestrado.

CAPITULO IV

Implementação e Avaliação da Pós-Graduação em Cabo Verde

4.1. A Implementação como processo da política de Pós-Graduação

Quando se pensou a Pós-graduação em Cabo Verde, o subsistema ensino superior ainda estava em fase de consolidação, crescendo o número de alunos, cursos e professores, contudo licenciados ou bacharéis. Os dados a seguir demonstram a realidade do subsistema de ensino superior antes dos primeiros diplomados da Pós-graduação.

Figura 6. Matriculados no ensino superior por ano de estudo e segundo as instituições de formação no ano letivo 2008/2009

Instituição	Anos Estudos					Total
	1º	2º	3º	4º	5º	
UNI-CV	1.535	1.177	821	411	106	4.050
UJP-CV	684	520	375	295	6	1.880
IESIG	204	150	110	102	14	580
ISCEE	910	405	207	119	34	1.675
ISCJS	347	234	181	135	-	897
M-EIA	13	10	-	-		23
UL-CV	105	137	90	-	-	332
ÚNICA	99	63	-	-	-	162
US	294	251	-	-	-	545
TOTAL	4.191	2.947	1.784	1.062	160	10.144

Fonte: Anuário Estatístico da Educação 2009/2010

Conforme a Figura 6, no ano letivo 2008/2009 já havia sido criadas todas as instituições de ensino superior existentes no país e com número considerável de alunos. Dados estes que mostram o potencial número de licenciados que a cada ano concluiriam seus estudos e estavam aptos para a continuação dos estudos em nível de Pós-graduação. Pela distribuição dos alunos por ano na respetiva figura percebe-se que conforme o avançar dos anos o número de matriculas vai se aumentando.

Figura 7. Professores por graus acadêmicos, segundo instituição ano letivo 2008/2009

Instituição	Doutorado	Mestrado	Pós-Graduado	Licenciado	Bacharel	Total
UNI-CV	25	117	-	121	-	263
UJP-CV	7	62	-	114	1	184
IESIG	2	12	-	85	-	99
ISCEE	3	63	22	72	-	160
ISCJS	2	17	5	10	-	34
M-EIA	4	2	-	10	-	16
UL-CV	5	13	-	50	-	68
ÚNICA	4	10	-	29	-	43
US	5	27	9	18	-	59
TOTAL	57	323	36	509	1	926

Fonte: Anuário Estatístico da Educação 2009/2010

No ano letivo em que o subsistema de ensino superior nacional produzia seus primeiros graduados em nível de mestrado e doutorado (2009/2010), as estatísticas da figura 7 mostram o número de professores com os graus de mestre e doutores sendo cerca de um terço dos docentes no ensino superior, uma média muito baixa do proposto para o ensino superior.

Assim, estes dados desmontam o cenário e a demanda do número elevado de alunos licenciados e não tinham opções de continuidade de estudo, em contrapartida o número deficitário de graus dos docentes que garantiam melhores ofertas e acima de tudo com qualidade. Desta forma era necessário entender aquela conjuntura e dar resposta positiva a ela. Teria que aumentar consideravelmente o número de bolsas e vagas para o exterior, o que era proposta dos parceiros, ou então pensar numa resposta nacional.

Quando do debate sobre a Pós-graduação em Cabo Verde, o grande obstáculo que se colocava para sua efetivação, estava no fato de não existir um corpo docente que permitisse assegurar as aulas, não havia corpo docente suficiente, existia poucos mestres e doutores, e principalmente, quase inexistência de doutores no país, como mencionado anteriormente, devido a fuga de cérebros. Assim boa parte do curso ficava sob responsabilidade das universidades estrangeiras parceiras em que os docentes viriam destas em regime de mobilidade.

Para que a Pós-graduação nacional se tornasse possível era necessário a vinda de docentes portugueses, brasileiros, franceses, espanhóis que viriam para ministrar as aulas em regime modular e depois regressarem à universidade de origem. Os docentes permaneciam em Cabo Verde por uma semana, quinze dias ou um mês e ministravam o módulo ou parte dele e depois voltavam para seus países de origem. Algumas aulas eram por videoconferência, sistema este que se tornou algo imprescindível para o exercício desta modalidade de implementação.

Essas cooperações não foram substitutas das existentes entre os países e suas instituições, mas foi um *upgrade* na parceria, pois além da nova modalidade de enviar docentes para os cursos de mestrado recém-oferecidos em Cabo Verde, as vagas e bolsas de estudos para alunos cabo-verdianos nos programas de cooperação continuaram, como por exemplo, o Programa Estudante Convênio (PEC-PG), via CAPES, e o Programa de Iniciação Científica com o Brasil, e da mesma forma com outros parceiros.

Portanto, tanto os que se formavam no país quanto os que realizavam seus estudos no exterior, depois de algum tempo começaram a assumir muitas disciplinas na instituição. Terminaram seus mestrados e doutorados, regressaram ao país. Atualmente continua a ter mobilidade entre docentes que vêm do exterior, mas muito menos que no início, em 2007 (MONTEIRO, 2016).

Quanto aos cursos implementados, os primeiros mestrados, por exemplo, eram das instituições parceiras que tinham experiência neste tipo de programa, os currículos e demais questões pedagógicas foram trabalhadas e discutidas como os que vinham, já com experiência nesta matéria. Os cursos eram das instituições cabo-verdianas, os docentes vinham para ministrar os cursos e regressarem. Não eram cursos com dupla titulação, pelo menos nestas duas instituições, já que, por exemplo, na Universidade do Mindelo os primeiros mestrados eram de dupla titulação.

> Mas confesso que sim, sofremos muita influência dos parceiros, já que nós não tínhamos experiência, esses professores já eram professores em suas universidades de origem então tinham um traquejo naquilo que faziam, é natural que depois isso repercutisse do ponto de vista pedagógico e não só naquilo que nós fazíamos. Não é de excluir, e não há como, e hoje com mundo tão pequeno como está os meios permite que estejamos mais próximos. Assim as influências acabam por acontecer. Creio que não sou influenciado por ninguém, assim acredito que o inverso deve ter acontecido com eles, acredito que se eventualmente pudéssemos conversar com muitos professores que estiveram cá no início, seguramente devem ter levado

> alguma coisa. Acredito que sim que estivemos sujeitos às influências (MONTEIRO, 2016).
>
> Gostaria de fazer aqui uma nota, de que a maioria das pós-graduações funcionou com a cooperação internacional, nós temos sempre uma universidade estrangeira associada ao projeto, uma ou mais. Nós temos aqui cursos de pós-graduação que envolve várias universidades (NASCIMENTO, 2017).

A fase de implementação exigiu em termo organizacional, alguma capacidade de estabelecer parcerias, pois começou a se buscar e garantir parcerias com Portugal, com o Brasil, com a França e outros países, e em função disso foi possível montar as primeiras ações em Cabo Verde, que tem lugar de fato em 2007, quando da realização dos primeiros cursos realizados na Praia e em São Vicente, em parcerias com instituições europeias e brasileiras.

Os três primeiros cursos foram oferecidos na universidade pública (Uni-CV), a primeira em parceria com a Universidade de Aveiro e com a Universidade de Algarve, logo em seguida mais três cursos: em São Vicente, Energia, Mecânica e Gestão de Recursos, e na Praia os de Matemática Aplicada, Eletrônica e Telecomunicações, logo em seguida em parceria com a Universidade do Rio Grande do Sul, Brasil o curso de Ciências Sociais que teve esta primeira edição, segunda e terceira. Atualmente neste curso já se oferece o doutoramento, considerando que a maioria dos cursos normalmente não é oferecida todos os anos ou não se abre novas turmas, para o mesmo curso, antes do egresso dos que estão em curso, por motivos já mencionados. Assim, a ideia de edições, a partir destes primeiros foi se aumentando a oferta de novos cursos, totalizando dezenove no ano letivo 2016/2017 (MONTEIRO, 2016).

Segundo Sonia Victória (2016) Pró-Reitora de Pós-graduação da Universidade de Cabo Verde havia muita expectativa em torno daqueles três primeiros cursos de Pós-graduação na Uni-CV, e isso ficou patente com a procura:

> As três Pós-graduações que estavam a serem trabalhadas em cooperação com Portugal e com o Brasil, criou uma grande expectativa no seio acadêmico. Tanto para os docentes como para os discentes, houve muita procura, como por exemplo, no de Ciências sociais, Ornamento e Desenho de Território. Neste curso fui júri pela afinidade com a minha área, lembro que foi uma turma de cerca de 20 estudantes. Acredito que tudo isso permitiu a universidade dar um grande salto em altura, e proporcionamos a definição de novas áreas científicas dentro da universidade, através da Pós-graduação, começamos a fazer balizas e linhas de investigação concretas. É mais ou menos aquilo que eu acredito que era a expectativa naquela época, e começamos a definir o que é realmente a investigação na universidade de Cabo Verde (VICTÓRIA, 2016).

Após estes quatro primeiros cursos, foram oferecidos novos cursos em 2008, em 2009 foram seis novas ofertas, em 2010 mais três, em 2011 outros quatro, em 2012 acrescentaram-se mais dois e em 2013 mais quatro, incluindo reedições.

Embora a pretensão e motivação primária quando da criação da Pós-Graduação em Cabo Verde visava, no entender dos atores, a retroalimentação do sistema educativo com docentes mais capacitados, e não com fins de investigação ou para o mercado, uma década depois a Pós-graduação começa a se consolidada a nível docente, e já pode responder aos anseios da investigação, mas também às demandas do mercado e em respostas às aspirações, projetos e políticas do próprio governo, considerando seu plano de desenvolvimento "Muitas vezes nós abrimos Pós-graduações não é só porque a universidade quer, mas por solicitações do ministério da saúde, de finanças, pois há sempre um jogo de vários fatores que se fazem com que se abra certo curso de Pós-graduações" (VICTORIA, 2016).

4.2. Cenários de sucesso e fracasso

A maioria dos cursos que foram abertos teve boa procura, contudo, alguns cursos ao longo do seu funcionamento tiveram dificuldades e alguns até nem foram concluídos. Os cursos eram montados a partir do estudo das necessidades primeiramente das instituições de ensino superior, mas também considerando as eventuais solicitações dos órgãos governamentais e disposição dos parceiros internacionais.

Na análise de Correia e Silva (2016), os cursos de Pós-graduação que as universidades abriram tiveram uma adesão razoável, embora nunca houvesse uma procura massiva, salvo alguma exceção. A maioria dos cursos oferecidos teve procura, o que ajudou a concretizar os projetos, mas ouve desistências ao longo do curso, conforme mostra o quadro 10, a seguir. Houve cursos que começam com um número considerável de estudantes, mas que não teve muitas defesas, e consequentemente a conclusão, mas isso é tendência generalizada na Pós-Graduação nacional.

Muitos alunos não concluem os estudos com a defesa das suas teses e dissertações, já que conforme previstos no Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior – Decreto-Lei nº 20, de 19 de Julho de 2012 e no Regime Jurídico dos Graus

e Diplomas do Ensino Superior – Decreto-Lei nº 22, de 7 de Agosto de 2012, muitas Pós-graduações acabam por ter maior parte dos participantes a pedir certificados da Pós-graduação *(lato sensu)* já que a legislação da Pós-Graduação nacional permite obter este certificado para os que concluem os créditos e não fazem a defesa da tese ou dissertação. Neste caso é considerada uma especialização, mas não confere os graus de mestre ou doutor, tendência está comprovada pelo quadro a seguir, a título de exemplo:

Quadro 10. Número de Matriculados de Pós-graduações, curso, anos de estudo e Defesas (Uni-CV)

U.O.	Nível formação	Curso	Anos de estudo		Ano de Funcionamento	Nº de Defesas
			1º	2º		
FCT	Mestrado	Desenvolvimento e Meio Ambiente	24	16	11/2014 a 10/2016	6
		Ordenamento do Território	14	11	04/2014 a 03/2016	1
		Ciências e Sistema de Informação Geográfica 4º Edição	17	2	02/2014 a 01/2016	1
		Ciências e Sistema de Informação Geográfica 3º Edição	22	0	09/2010 a 08/2012	0
		Ciências e Sistema de Informação Geográfica 2º Edição	20	5	09/2009 a 08/2011	4
		Ciências e Sistema de Informação Geográfica 1º Edição	19	9	01/2009 a 12/2010	4
		Matemática e Aplicações	23	9	04/2013 a 03/2015	1
		Educação, Especialização em TIC	32	15	04/2013 a 03/2015	14
		Saúde Pública	28	22	09/2011 a 08/2013	20
		Agronomia e Recursos Naturais	14	10	01/2010 a 12/2011	6
		Engenharia Eletrónica e Telecomunicações 2º Edição	15	7	04/2008 a 03/2010	SI
		Engenharia Eletrónica e Telecomunicações 1º Edição	24	9	06/2007 a 05/2009	SI
		Ordenamento e Desenho do Território	25	9	03/2008 a 02/2010	9
		Matemática	12	8	06/2007 a 05/2009	SI
	Total					

Fonte: SAC- Pós-graduação (Uni-CV).

Ainda conforme mostra este quadro boa parte dos alunos parou no primeiro ano de curso e a maioria não chega a defesa da sua dissertação no segundo ou terceiro ano. Esta tendência é motivada, pela oportunidade de pontuação maior em concursos ao candidato que têm uma Pós-Graduação *latos sensu*, dificuldades financeiras ou ausências de financiamento para a pesquisa, insuficiência de fontes bibliográficas, entre outros motivos.

São poucos cursos oferecidos que contrariaram esta tendência; Educação, Especialização em Tecnologias da Informação (TIC) e o de Saúde Pública tiveram defesas consideráveis, rondando os 50% dos alunos a lograr efeito.

Há cursos que pararam no final do primeiro ano como é o caso da terceira edição dos mestrados em Ciências e Sistemas de Informações Geográficas, os demais cursos tiveram pelo menos uma defesa ao final da edição.

Nestes casos, normalmente, o problema reside no fato dos mestrandos e doutorandos serem pessoas que trabalham, acabam por concluir a parte letiva com sucesso e não ter tempo e nem financiamento para a realização da investigação e a conclusão da dissertação ou da tese e acabam por ficar com o certificado de Pós-graduação (*Lato sensu*) (NASCIMENTO, 2016)

Alguns cursos durante seu andamento tiveram disciplinas que não foram possíveis suas realizações no tempo determinado, começa-se a criar alguns constrangimentos em torno do cumprimento do programa. O curso de finanças empresariais, oferecido em 2007-2008, o coordenador não era cabo-verdiano, era professor numa universidade estrangeira e houve problemas, assim poucos alunos terminavam, conforme aponta Monteiro (2016):

> Lembro porque na altura eu era o coordenador de cooperação, e estive em Portugal com uma universidade parceira a tentar desbloquear algumas situações, precisaria confirmar se desse grupo alguém chegou a terminar. Nós lançamos o curso de mecânica, energia e gestão de recursos em São Vicente, um curso de gestão e recursos marinhos me parece que só três ou quatro pessoas acabaram por terminar o curso, mas não se tem conhecimento que alguém o tenha terminado, mas um ou outro teve algumas dificuldades. Lembro-me do curso de administração pública com o Brasil, e havia uma colaboração muito estreita e muito intensa com professores Brasileiros. O curso correu muito bem, mas quando chegou na hora da defesa pública das dissertações, por vezes havia algumas dificuldades de reunir a banca porque um professor está em Paris, outro está em outro lugar, um tinha disponibilidade e outro não, como conciliar para trazê-los, reconhecer essas dificuldades é condição para melhorarmos (MONTEIRO, 2016).

As dificuldades e contratempos fazem parte de projetos que são implementados pela primeira vez. Contudo, a maioria dos cursos teve prosseguimento normal, mesmo com desistências e baixa taxa de defesa. São dificuldades de um processo novo, que demandam maior grau de comprometimento das instituições, professores e alunos, de modo a proporcionar um maior sucesso aos cursos (MONTEIRO, 2016).

Segundo Jorge Brito (2017), na Uni-Piaget não tiveram cursos cancelados até o momento, o que acontece, é que não se abriu um determinado curso em um certo ano por ter alunos insuficientes, foi disponibilizado, mas não concretizado por não haver alunos suficientes. Considerando que o mínimo de alunos para se abrir um curso é de 12 alunos, por questões logísticas e, principalmente, financeiras, pois não é rentável

abrir um curso com menos de dez alunos, considerando a alta taxa de desistência ao longo do curso.

Por sua vez a Reitora da Uni-CV Judite Nascimento (2016), destaca que os cursos de Pós-graduação que a universidade abriu tiveram uma adesão razoável, na verdade nunca tiveram uma procura massiva, salvo uma ou outra exceção, sempre teve procura e na maior parte dos casos foi possível concretizar os projetos. Como já é habitual há muitas desistências ao longo dos cursos:

> Há cursos que começam com um número razoável de estudantes e que depois terminam com poucas defesas, mas isso é generalizado, eu não sei o que passa em outros países, mas sei que, por exemplo, em Portugal muitas Pós-graduações acabam por ter maior parte das pessoas a pedir certificados da pós-graduação e não avançar para o mestrado, por exemplo, com a realização da tese (Dissertação). Eu penso que o problema deve estar no fato dos mestrandos e doutorandos serem pessoas que trabalham, acabam por concluir a parte letiva com sucesso e não ter tempo para a realização da investigação e a conclusão da dissertação ou da tese e acabem por ficar pelo certificado de Pós-graduação que não confere grau acadêmico (NASCIMENTO, 2016)

A realidade dos cursos de Pós-graduação em Cabo Verde é igual para todas as instituições. A maioria começou com programas de cooperação dos cursos, com o passar do tempo foram sendo criadas estruturas acadêmicas e docentes para criar os próprios cursos. Como já mencionado, algumas ofertas formativas têm procura considerável, inicia o curso e ao longo do curso acontecem as desistências, apenas um número reduzido de alunos consegue chegar à defesa. Esta situação exige maiores investimentos da instituição e dos docentes, pelo fato de muitas aulas serem lecionadas com número pequeno de alunos.

4.3. A Efetivação da Pós-graduação

Como mencionado anteriormente, os projetos de Pós-graduação apresentam quase que a mesma modalidade de implementação via cooperação internacional, e seguem o ritmo parecido de crescimento e enfrentam as mesmas dificuldades. Contudo as instituições que já têm mais de uma década de oferta de cursos de Pós-graduação, vão ficando cada vez menos dependentes da cooperação internacional para o exercício dos cursos, e já conseguem criar os próprios programas e contar com

docentes qualificados da própria instituição nos novos cursos que vão sendo oferecidos.

A pretensão aqui é fazer uma análise dos dados da Pós-Graduação nacional, e de maneira específica dos dados das três instituições do país, sendo uma pública, a Universidade de Cabo Verde (Uni-CV) e duas privadas, a Universidade Jean Piaget (Uni-Piaget) e a Universidade do Mindelo (Uni-Mindelo).

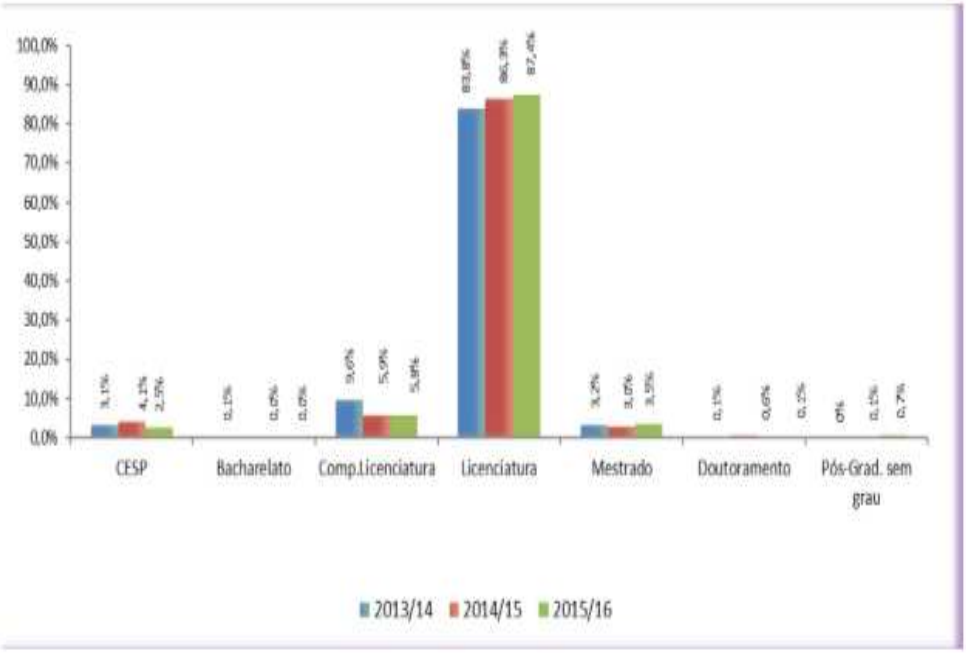
4.3.1. A Pós-graduação Nacional

No sistema de ensino superior em Cabo Verde no ano letivo 2015/2016 nas instituições públicas e privadas havia 12622 alunos, com 84 alunos a mais que no ano letivo anterior, assim neste ano o crescimento foi mais lento do que nos anos anteriores e não passou dos 0,7%.

A estabilidade do Ensino Secundário condiciona que o ensino superior também se estabilize, mas também dada a situação de dificuldade econômica das famílias faz com que muitos não têm a possibilidade de fazer um curso superior, especialmente de Pós-graduação.

Conforme os dados a seguir, na figura 8, pode se observar, comparativamente, a realidade das ofertas de curso em Cabo Verde nos últimos anos. Enquanto que três quartos dos estudantes (87,4%) estão matriculados em cursos de licenciatura (um aumento de 1,6% em 2015/16 com relação ao ano precedente), os cursos de complemento de licenciatura 5,8%, já mestrados contemplam os e 3,5% e o nível de doutoramento, ainda incipiente, não passa dos 0,1%. Isto mostra o numero elevado de alunos que frequentam as licenciaturas e não continuem os estudos em nível de mestrado e doutorados.

Figura 8. Alunos matriculados segundo nível de formação (2012/13 – 2015/16)



Fonte: Anuário Estatístico do Ensino Superior 2015/16

A figura a seguir (9) mostra a percentagem de alunos matriculados nas instituições públicas e privadas segundo ilha de proveniência. A densidade populacional e fatores econômicos influenciam circunstancialmente de modo que as instituições estejam nestas duas maiores cidades do país, consequentemente os alunos destas duas ilhas têm menores gastos para financiar seus estudos, já que não precisam de custos de alojamento, alimentação e transporte, e ainda conseguem residir junto das famílias, já os alunos provenientes de outras ilhas tem os gastos acrescidos por causa destes fatores e ainda o isolamento da família.

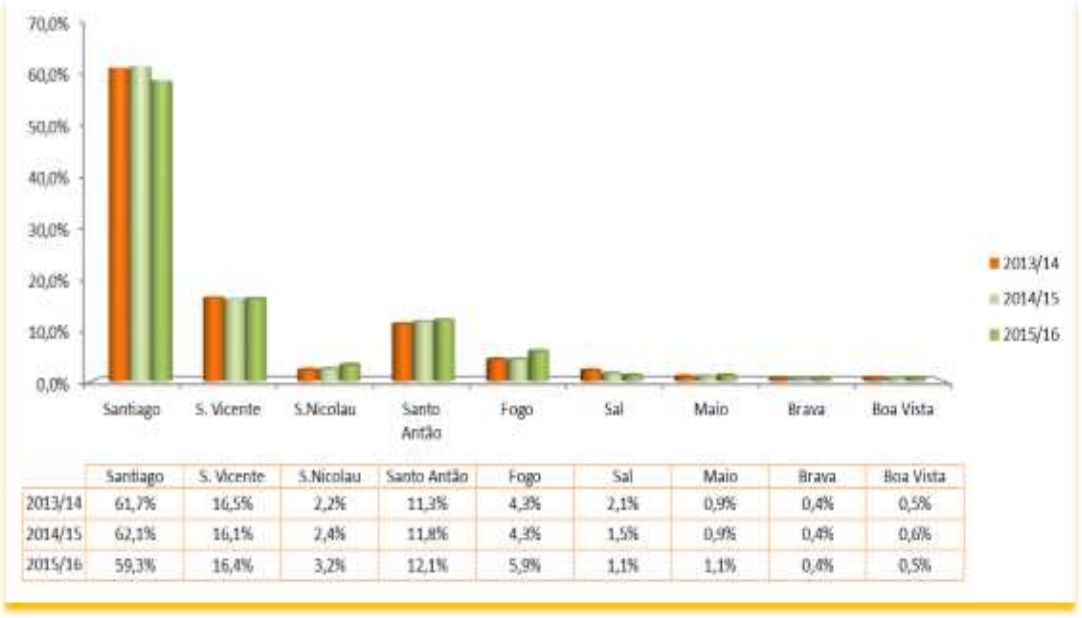
Isso causa um desequilíbrio na distribuição dos estudantes do Ensino Superior, em que 66,7% dos estudantes são provenientes das ilhas de Sotavento, sendo que 59,3% são da ilha de Santiago. As ilhas do Fogo, Maio e Brava rondam os 7,4% desses estudantes.

Ainda conforme figura 9 e possível ver que os estudantes de Barlavento são de 33,3% dos matriculados no ensino superior, em que a ilha de São Vicente tem maior percentual com 16,9% dos estudantes. As demais ilhas de Barlavento juntas chegam a 16,9% do total dos matriculados. Pela acessibilidade e ligação diária e de baixo

custo a São Vicente, a ilha de Santo Antão acaba por ter uma relevante percentagem (12,1%).

A insularidade em Cabo Verde condiciona muito os ingressos, que estando em ilhas que não existem ainda polos universitários, tem maiores dificuldades no acesso ao ensino superior. Isso devido ao elevado custo de se estudar fora da ilha natal e longe da família, que não tem as melhores condições de financiar os estudos, e um país onde o desemprego é elevado, especialmente na idade juvenil.

Figura 9. Distribuição de alunos segundo ilhas de proveniência



	Santiago	S. Vicente	S.Nicolau	Santo Antão	Fogo	Sal	Maio	Brava	Boa Vista
2013/14	61,7%	16,5%	2,2%	11,3%	4,3%	2,1%	0,9%	0,4%	0,5%
2014/15	62,1%	16,1%	2,4%	11,8%	4,3%	1,5%	0,9%	0,4%	0,6%
2015/16	59,3%	16,4%	3,2%	12,1%	5,9%	1,1%	1,1%	0,4%	0,5%

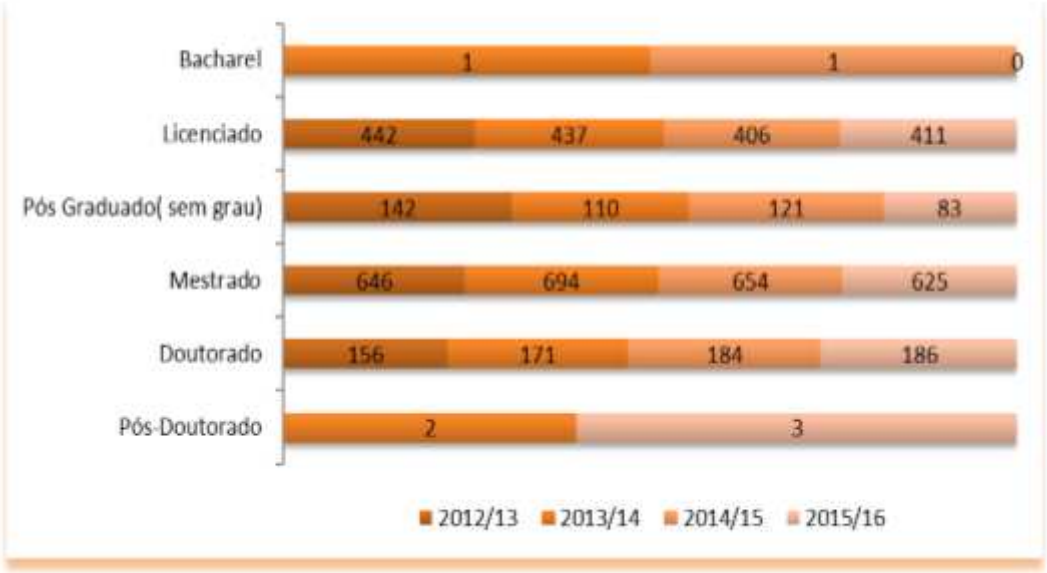
Fonte: Anuário Estatístico do Ensino Superior 2015/16

Quanto ao número de docentes no ensino superior nacional, no ano letivo 2015/16 havia no ensino superior 1308 docentes, 763 no ensino privado e 545 no público. Os docentes com grau de Pós-graduação (mestrado, doutoramento ou pós-doutoramento) constituem 62,2% dos efetivos, enquanto os licenciados ou pós-graduados (*lato sensu)* representaram 37,8% deste universo.

Conforme os dados dos anos anteriores, segundo a figura 10, o número de docentes com Pós-graduação aumentou ligeiramente de 184 no ano antecedente para 186 em 2015/16. Assim fica distribuído os efetivos com grau de doutor 17,1% nas instituições públicas e 12,6% nas privadas, enquanto que os mestres são distribuídos em 53,2% nas instituições públicas e 43,9% nas instituições privadas.

Assim, se constata que ao longo dos últimos anos vem aumentando consideravelmente a quantidade de professores Pós-graduados, especialmente depois que este grau de ensino passou a ser oferecido em Cabo Verde.

Figura 10. Evolução de professores segundo grau acadêmico 2012-2016

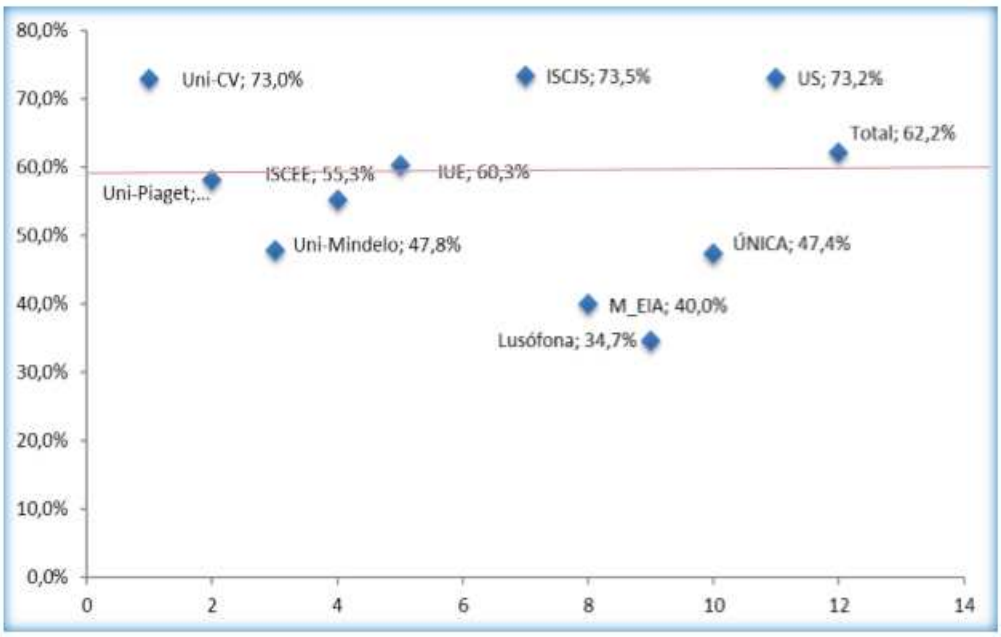


Fonte: Anuário Estatístico do Ensino Superior 2015/16

Embora a distribuição entre pública e privada são relativamente equiparadas, entre as instituições a variação é notável. De acordo com a figura 11, no ano letivo 2015/16 a Uni-CV, a US, e o ISCJS foram as três instituições com o número de pós-graduados (mestrado, doutoramento e pós-doutoramento) acima da média nacional (62,2%), enquanto as demais estão abaixo desta média.

O ideal é que as instituições chegam pelo menos a 100% do seu corpo docente de mestre e doutores, não é tarefa facial e nem de curto prazo, mas é possível. Assim cabe a cada uma delas a continuidade dos investimentos e incentivos de modo que seus corpos docentes se qualifiquem, a fim de alcançarem o patamar desejado.

Figura 11. Percentagem de Professores Mestres/Doutores segundo Instituição (2015/16)

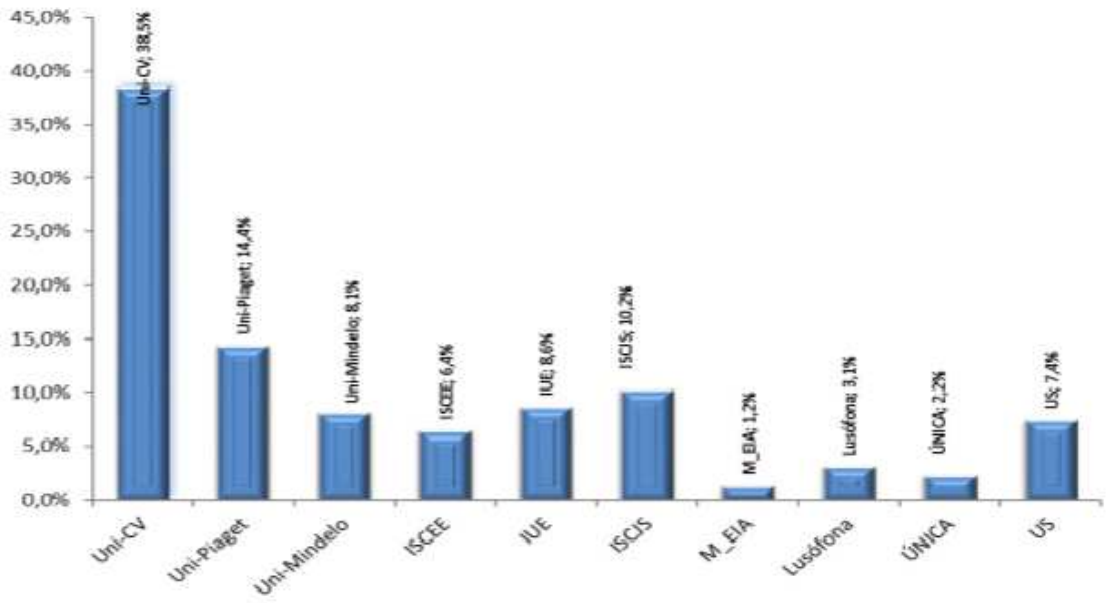


Fonte: Anuário Estatístico do Ensino Superior 2015/16

A figura 12 traz os dados comparativos entre as instituições, que demostram a percentagem de docentes pós-graduados por instituição no universo nacional, em que a na Uni-CV detém 38,5% dos efetivos, 14,4% estão na Uni-Piaget, 10,2% no ISCJS, 8,6% no IUE e as demais instituições ficam com o restante dos pós-graduados.

Fica patente a supremacia da Universidade pública em relação ás privadas nesta questão, enquanto isso algumas instituições ainda têm muita carência no numero de professores pós-graduados no seu corpo docente.

Figura 12. Percentagem que cada instituição detém no Universo de Professores Pós-graduados (mestres e doutores)



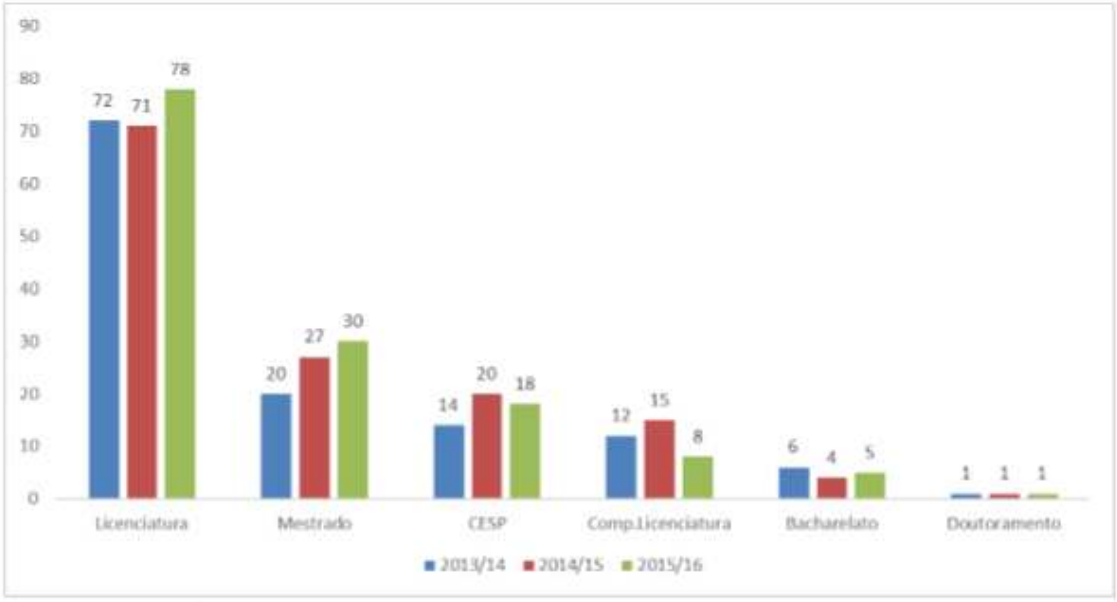
Fonte: Anuário Estatístico do Ensino Superior 2015/16

No ano letivo 2015/16 houve aumento das ofertas formativas para os cursos de mestrado enquanto que os cursos de doutorados continuem inalteráveis em relação às poucas ofertas dos últimos anos. Neste ano letivo foi oferecido número considerável de cursos de mestrado (30) e número irrisório de curso de doutoramento (1).

Em nível de ofertas a nível de mestrado, a figura 13 mostra que mais de dois terços (70,0%) são nas áreas de Ciências Econômicas, Jurídicas e Políticas e as Ciências Sociais, Humanas, Letras e Línguas, com ligeiro aumento em relação ao ano letivo precedente (2014/15). Enquanto que as áreas das Ciências Exatas, Engenharias e Tecnologias, as das Ciências da vida, ambiente e saúde representam aproximadamente 30% do total das ofertas. Para os cursos de doutoramentos disponíveis, somente um foi oferecido nas áreas das Ciências Sociais, Humanas, Letras e Línguas.

A proporção de ofertas formativas nos diversos níveis é desigual e o desenvolvimento da Pós-Graduação nacional passa necessariamente pera criação de condições que melhore a oferta de cursos neste nível, especialmente doutorados.

Figura 13. Evolução do número de ofertas (cursos) segundo grau entre 2013 e 2015



Fonte: Anuário Estatístico do Ensino Superior 2015/16. * CESP são cursos profissionalizantes.

Todos estes dados acima representam as estatísticas comparativas dos últimos três anos letivos. Demonstram as evoluções das ofertas, matrículas e formação de docentes por instituição e ano letivo. A seguir são apresentados dados relativos ao período letivo 2015/2016.

Comparando ainda o número de ofertas de mestrado e doutorados, a figura 13 ilustra as expressivas ofertas de mestrado, enquanto que os de doutorados ainda são incipientes. Lembrando que pela modalidade de implementação dos cursos de Pós-graduação em Cabo Verde muitos cursos são oferecidos tanto em nível de mestrado e doutorado e não constam nas estatísticas nacionais, pois são de dupla titulação, e oferecidos em parceria com universidades estrangeiras, ou seja, não carecem de autorização do Ministério da Educação de Cabo Verde. Assim estes graus depois de serem obtidos precisam passar pelo processo de equivalência no respectivo ministério em Cabo Verde.

O quadro 11 contempla a lista de cursos de mestrados e doutorados oferecidos no ano letivo 2015/2016 é possível ver todos os cursos de mestrados, nas mais diversas áreas e um único curso de doutorado como mencionado anteriormente na alise da figura 13.

Quadro 11. Cursos ministrados em 2015/16 segundo nível

Mestrado
Ciências Sociais
Jornalismo económico e informação financeira
Desenvolvimento e Meio Ambiente
Medicina (mestrado integrado)
Educação inclusiva
Fiscalidade
Economia e Finanças
Direito
Direito Marítimo e Comercio Internacional
Economia Aplicada
Empreendedorismo e G. de Negócios
Engenharia de Sistemas e Informática
Saúde Pública e Comunitária
Ensino do Francês, Língua Estrangeira
Ética e Filosofia política
Gestão de Informação Agrícola e Agricultura de Precisão
Oceanografia e Gestão de Recursos Humanos
Gestão e Economia de Saúde
Políticas e dinâmicas internacionais
Políticas Públicas e Administração local
Psicologia Clínica e da Saúde
Psicologia da Educação e Desenvolvimento
Segurança Pública
Segurança e higiene do Controlo
Gestão de Recursos Humanos
Enfermagem comunitária
Arquitetura (Mestrado integrado)
Gestão Desenvolvimento e Comércio Internacional
Direito Público
Direito Privado e processo civil
Doutorado
Gestão e Política Ambiental

Fonte: Anuário Estatístico do Ensino Superior 2015/16

Atentando para o quadro 12 percebe-se que a área das Ciências Sociais, Humanas, Letras e Línguas detiveram 100% da oferta formativa de doutorado, do ano letivo 2015/2016, já que só um curso foi oferecido. Já os cursos de mestrado, a maior concentração das ofertas é nas áreas de Ciências Econômicas, Jurídicas e Políticas

(40,7%) seguidas da área de Ciências Sociais, Humanas, Letras e Línguas (25,9%) as outras duas áreas dividem o restante das ofertas.

As ofertas formativas de mestrado são diversificadas em várias árias e linhas de estudo a nível de mestrado, especialmente nas áreas das ciências económicas, jurídicas e políticas, já para cursos de doutorados ainda é deficitária, amplamente constatado neste trabalho.

Quadro 12. Número de ofertas por áreas e nível de formação 2015/16

Mestrado			
Ciências sociais humanas letras e línguas	8	26,7%	25,9%
Ciências da vida, ambiente e saúde	7	23,3%	14,8%
Ciências económicas, jurídicas e políticas	13	43,3%	40,7%
Ciências exatas, engenharias e tecnologias	2	6,7%	18,5%
Total	30		
Doutoramento			
Ciências sociais humanas letras e línguas	1	100,0%	100,0%
Ciências da vida, ambiente e saúde	0	0,0%	0,0%
Ciências económicas, jurídicas e políticas	0	0,0%	0,0%
Ciências exatas, engenharias e tecnologias	0	0,0%	0,0%
Total	1		

Fonte: Anuário Estatístico do Ensino Superior 2015/16

Quanto ao número de matriculados no universo nacional os cursos de mestrado contam com 443 alunos, divididos pelos gêneros, com uma ligeira vantagem para o gênero masculino, enquanto que dos 14 alunos nos cursos de doutoramento somente três são do gênero feminino.

Se nos cursos de licenciatura a predominância é majoritariamente feminina, conforme apresentado na figura 4, já nos cursos de Pós-graduação há uma equiparação, com ligeira vantagem para os homens em nível de mestrado e supremacia em nível de doutorado.

Assim como em nível de licenciaturas é ínfima a percentagem dos que prosseguem para o mestrado, a mesma tendência mantém-se para os egressos de mestrados que não figuram nos ingressos no doutorado.

Quadro 13. Alunos matriculados por gênero segundo o grau de formação 2015/16

Grau	*Sexo*	
	MF	***F***
CESP	315	133
Bacharelato	3	0
Complemento Licenciatura	729	481
Licenciatura	11033	6611
Mestrado	443	210
Pós-Graduação (sem grau)	85	53
Doutoramento	14	3
Total	**12622**	**7491**

Fonte: Anuário Estatístico do Ensino Superior 2015/16.

Quanto aos números de diplomados na Pós-graduação no ano letivo 2015/2016 somente a área de ciências econômicas, jurídicas e políticas teve defesas de dissertação (18), nas demais áreas não se registraram diplomados, nem tão pouco houve diplomados a nível de doutorado no respectivo ano letivo, conforme quadro 14.

Confrontando o quadro 10, da Universidade de Cabo Verde, com o quadro a seguir (14) comprova se o baixo índice de concluintes (defesa de tese e dissertações) dos cursos de Pós-Graduação, quando existe no ano letivo 2016/2017 um universo de 443 alunos nos cursos de mestrados (primeiro e segundo ano) somente 18 fizeram a defesa, e dos 14 em cursos de doutoramento não houve defendido.

Estes dados embasam a ideia, já defendida neste trabalho da pouca cultura de pesquisa na Pós-Graduação nacional, que precisa de investimentos e mudanças conjunturais, estruturais e acadêmicas para mudar esta realidade.

Quadro 14. Alunos diplomados por áreas de formação em Cabo-Verde 2015/16

Áreas	Doutora-mento	Mestrado
Ciências sociais humanas letras e línguas		
Ciências da vida, ambiente e saúde		
Ciências económicas, jurídicas e políticas		18
Ciências exatas, engenharias e tecnologias		
Total		18

Fonte: Anuário Estatístico do Ensino Superior 2015/16

O quadro 15, ilustra a distribuição de docentes (625) pelas instituições no ano letivo 2015/2016 em nível de mestrados, a Uni-CV conta com 228, seguido pela Uni-Piaget com 96 e a IUE com 62, e os demais docentes distribuídos pelas outras sete instituições, em que a ÚNICA conta com 13 docentes e M_EIA com 5, são as menos prestigiadas neste grau.

A Universidade de Cabo Verde pelo numero de matriculas e oferta de curso, tem um quadro docente maior e mais capacitado em grau acadêmico, e sozinha contem mais de um terço do universo de professores no sistema nacional. Contudo considerando a proporcionalidade as instituições de ensino superior privadas ficam bem abaixo da média.

Quadro 15. Docentes por grau acadêmico e gênero segundo as instituições de formação 2015/16

Instituição	Professores																	
	Pós-Doutorado			Doutorado			Mestrado			Pós Graduado			Licenciado			Total		
	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF
Uni-CV				58	27	85	143	85	228	2	7	9	65	42	107	268	161	429
Uni-Piaget				17	4	21	59	37	96	0	0	0	54	30	84	130	71	201
Uni-Mindelo				8	6	14	26	26	52	15	13	28	14	30	44	63	75	138
ISCEE				6	1	7	31	14	45	0	0	0	27	15	42	64	30	94
ISCJS				27	6	33	33	17	50	8	6	14	12	4	16	80	33	113
M_EIA	2	1	3	2	0	2	3	2	5	0	0	0	8	7	15	15	10	25
Lusófona				3	3	6	6	13	19	6	4	10	21	16	37	36	36	72
ÚNICA				3	2	5	7	6	13	1	0	1	9	10	19	20	18	38
US				5	0	5	42	13	55	7	3	10	8	4	12	62	20	82
IUE				4	4	8	32	30	62	6	5	11	16	19	35	58	58	116
Total	2	1	3	133	53	186	382	243	625	45	38	83	234	177	411	796	512	1308

Fonte: Anuário Estatístico do Ensino Superior 2015/16

Ainda segundo o quadro 15, em nível de docentes com grau de doutorados (186) a Uni-CV detém a maioria (85) seguida pelo ISCJS (33) e a Uni-Piaget (21), e as demais instituições dividem os restantes egressos, sendo que os menos privilegiados continuam sendo a ÚNICA (5) e M_EIA (2).

Embora a M_EIA seja a que tem menos docentes com graus de mestre e doutores no universo nacional, relativo ao número baixo de alunos na instituição, é a única no universo nacional que possui no seu corpo docente pós-doutores (3).

4.3.2. O caso da Universidade de Cabo Verde (Pioneira na Pós-graduação)

Como já mencionado anteriormente, a criação da Universidade de Cabo Verde vem de um longo processo. Em 1995 as então escolas de formação são transformadas em institutos: a Escola de Formação de Professores (EFP) passou a ser Instituto Superior de Educação (ISE), o Centro de Formação e Aperfeiçoamento Administrativo (CENFA) que passou a ser Instituto Nacional de Administração e Gestão (INAG), foi criado o Instituto nacional de Investigação e desenvolvimento

Agrário, em São Vicente e a restruturação do Centro de Formação Náutica (CFN) levou ao Instituto Superior de Engenharias e Ciências do Mar (ISECMAR).

Estes institutos são integrados ao projeto que viria a ser em 2006 a primeira Universidade Pública de Cabo Verde (Uni-CV), com isso são extintos estes institutos. A Universidade de Cabo Verde, embora muito nova nesta nova modalidade, seria a primeira a criar programas de Pós-graduação, um ano depois da sua criação, em 2007, enquanto universidade.

Aquela primeira iniciativa de Pós-graduação em 1997, do ainda Instituto Superior de Educação (ISE), embora não tenha sido reconhecido o grau pelo Ministério da Educação, ela aconteceu efetivamente e foi concluído, este fato não pode ser ignorado e faz parte deste processo muito influenciado pela conjuntura nacional. No entender dos técnicos, talvez naquela altura, tenha sido mesmo uma precipitação, embora existisse condições e requisitos acadêmicos mínimos para tal, mas entende-se que não havia uma conjuntura política, social e, principalmente, econômica para a realização da mesma, como sugere Nascimento (2016):

> Criou-se a Pós-graduação e depois se refletiu sobre a legislação que poderia enquadrar, digamos assim, esse projeto. Tratava-se de um projeto que foi financiado pela cooperação austríaca, e cujos formandos eram na maioria professores do Instituto Superior de Educação, mas tínhamos também técnicos de várias instituições públicas inscritos, e sobretudo do Ministério da Educação, de Ornamento de Território, entre outros. Foi uma experiência que foi útil, por um lado por permitir criar competência nas pessoas que participaram do programa, mas por outro lado, reforçou um pouco a internacionalização do Instituto Superior da Educação, porque permitiu contato com universidades Brasileiras, sobretudo austríacas.

Num segundo momento (2007), passados uma década daquela primeira tentativa não bem-sucedida, foram criados três cursos de Pós-graduação, todos por meio de cooperação interuniversitária, como engenharia de informática, Matemática, História da África, também nas questões do Ornamento e Desenho de Território trabalhadas em cooperação com Portugal e com o Brasil, momento este que criou uma grande expectativa no seio acadêmico, tanto para os professores como para os discentes. Houve muita procura, como, por exemplo, no de Ciências Sociais, Ornamento e Desenho de Território que começou com uma turma de cerca de 20 estudantes (NASCIMENTO, 2016).

Neste momento, a universidade dava um grande salto com a criação destes cursos proporcionando a definição de novas áreas científicas dentro da universidade,

por meio da Pós-graduação começou-se a fazer as delimitações da investigação de modo concreto, e a definir o que é realmente a investigação na universidade cabo-verdiana.

Por último era necessário a consolidação destes cursos inicialmente criados, com uma dependência menor da cooperação internacional, a criação de novos cursos e novas áreas e o desenvolvimento das pesquisas e produção científica.

Passado o primeiro momento, a universidade pode criar mais cursos de Pós-graduação, em áreas específicas da realidade cabo-verdiana que atende as necessidades da sua sociedade e demandas do seu mercado em franco crescimento.

Além disso, as universidades passaram a ter capacidade de projetar e implementar cursos de Pós-graduação genuinamente cabo-verdianos, com estrutura, currículo e docentes nacionais, sem depender da ajuda e cooperação externa para tal, ou seja, neste segundo momento, as universidades buscam cooperações internacionais no sentido de intercâmbio e troca de experiência, e não obrigatoriamente como garantia ou suporte na criação e manutenção dos seus cursos.

Quadro 16. Cursos de Pós-Graduação oferecidos pela Uni-CV 2016/2017

Curso
Gestão e Políticas Ambientais
Ciências Sociais
Ensino da Língua Portuguesa, Língua 2ª, Língua Estrangeira
Ética e Filosofia Política
Segurança Pública
Ensino da Língua Portuguesa, Língua 2ª, Língua Estrangeira
Ensino do Francês, Lingua Estrangeira
Educação Para o Desenvolvimento Sustentável
Ciências Sociais
Jornalismo Económico e Informação Financeira
Desenvolvimento e Meio Ambiente
Ordenamento do Território
Gestão e Economia da Saúde
Economia e Finanças
Integração Regional Africana
Gestão e Economia da Saúde
Economia e Finanças
Gestão de Informação Agrícola e Agricultura de Precisão
Oceanografia e Gestão de Recursos Marinhos

Fonte: Departamento de Pós-Graduação da Uni-CV, 2017

Estes 19 cursos são de Pós-Graduação que até o ano de 2017 foram oferecidos na Uni-CV, contudo, nem todos abrem novas turmas a cada ano, alguns só foram oferecidos uma única vez, em outros não houve oferta, devido a insuficiência de candidatos que justificasse a abertura de novas classes. O Curso de Gestão e Políticas Ambientais, por exemplo, já teve reedições e foi a única oferta de doutorado nesta instituição a abrir matrículas no ano letivo 2015/2016, como mostra o quadro a seguir:

Quadro 17. Matrículas na Pós-Graduação da Uni-CV 2015/2016 (Uni-CV)

Grau	Cursos	Alunos								
		1º			2º			Total		
		F	M	MF	F	M	MF	F	M	MF
Mestrado	Gestão de Informação Agrícola e Agricultura de Precisão	0	3	3	1	5	6	1	8	9
	Economia e Finanças	14	29	43	0	0	0	14	29	43
	Desenvolvimento e Meio Ambiente	0	0	0	11	13	24	11	13	24
	Jornalismo Económico e Informação Financeira	8	4	12	0	10	0	8	10	12
	Medicina	22	7	29	0	0	0	22	7	29
	Gestão e Economia da Saúde	18	11	29	0	0	0	18	11	29
	Ética e Filosofia Política	0	0	0	4	12	16	4	12	16
	Segurança Pública	0	0	0	4	9	13	4	9	13
	Ensino do Francês, Língua Estrangeira	7	6	13	0	0	0	7	6	13
	Oceanografia egestão de Recursos Humanos	1	3	4	0	0	0	1	3	4
	Ciências Sociais	7	6	13	0	0	0	7	6	13
Total UNI_CV (5)		**77**	**69**	**146**	**20**	**49**	**59**	**97**	**114**	**205**

Grau	Cursos	Alunos																		
		1º			2º			3º			4º			5º			Total		
		F	M	MF	F	M	MF	F	M	MF	F	M	MF	F	M	MF	F	M	MF
Doutoramento	Gestão e Política Ambiental	3	11	14													3	11	14
Sub - Total UNI_CV (6)		3	11	14													3	**11**	14

Fonte: Anuário Estatístico do Ensino Superior 2015/16

Conforme o quadro acima (16), os cursos com maior procura na Uni-CV no ano letivo 2015/16 que registraram maior número de matrículas são os de Economia e Finanças, com 43 matriculados, em segundo os cursos de Gestão da Economia da Saúde e Medicina, ambos com 29 matriculados, seguidos dos cursos de Desenvolvimento e Meio Ambiente com 24 matriculados. Este interesse maior está nos cursos ligados à saúde e economia, muito pelo fato das ofertas destes cursos serem recentes.

Considerando que em Cabo Verde antes da virada do milênio não havia no país mais que cinco doutores, os que conseguiam esse grau no exterior, sempre acabavam por ficar no país da formação, considerando que em Cabo Verde não havia mercado pare eles, principalmente na área da educação, mas ao se criar o ensino superior nacional, esse número foi aumentando, e com a criação da Pós-graduação uma década atrás esse número vem aumentando, tanto pela formação nacional como

também pela motivação em retornar ao país dos que residiam no exterior e que possuíam este grau, como dos recém formados (CORREIA E SILVA, 2016) .

Obviamente que o ritmo maior de crescimento é do grau de mestre, mas também é notável o crescimento de doutores, assim o sistema educativo nacional vai colmatando suas necessidades, melhorando o nível acadêmico dos seus docentes e, consequentemente, evitando a habitual fuga de cérebros, assim vai se construindo um ensino de melhor qualidade, como mostra o quadro a seguir.

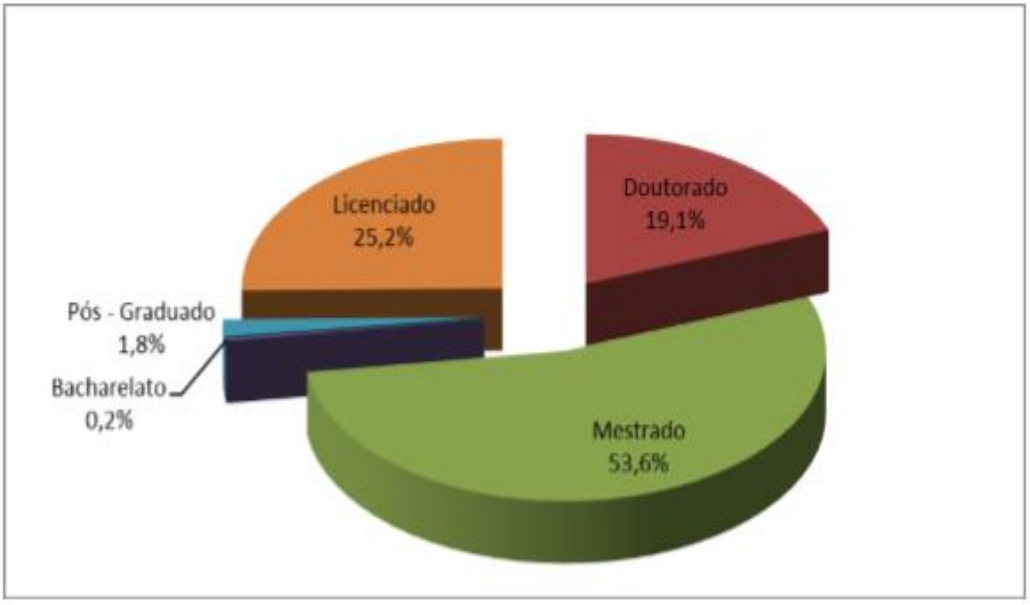
Quadro 18. Professores por grau de formação, segundo a instituição de formação (Uni-CV)

Instituição	Nível de Formação						
	Pós - Doutorado	Doutorado	Mestrado	Bacharel	Pós - Graduado	Licenciado	Total
Universidade Pública de Cabo Verde		85	238	1	8	122	444

Fonte: Anuário Estatístico do Ensino Superior 2015/1. *Pós-graduado *latos sensu*

Com a realização dos cursos de Pós-graduação a universidade vai equiparando o quadro de docentes com aquilo que são as exigências atuais, de quadros formados nos níveis maiores de ensino, mestrados e doutorados, contrariando a tendência do começo desta instituição em que a maioria dos professores era licenciados. Atualmente o número de mestres e doutores é consideravelmente maior, especialmente mestrados que representa o nível de mais da metade dos docentes desta instituição (53,6%), como pode se observar no quadro acima, e na representação gráfica a seguir:

Figura 14. Distribuição de professores por grau de formação (Uni-CV)



Fonte: Anuário Estatístico do Ensino Superior 2015/16

Por último, no ano letivo 2015/16 houve número considerável de formandos que obtiveram o grau de mestre e doutor em alguns cursos, com maior incidência nos cursos de saúde pública, Ciências Sociais e TIC em Educação, e em doutoramento em Ciências sociais. Nos cursos de mestrados há uma igualdade técnica entre os gêneros, com ligeira vantagem dos homens, mas já nos doutorados dos seis que obtiveram esse grau na Uni-CV cinco eram mulheres.

Quadro 19. Diplomados por Curso e Gênero 2015/16 (Uni-CV)

			Total	F
Mestrado	Ciências Sociais		5	3
	Tic Educação		6	3
	Património Turismo e Desenvolvimento		2	1
	Saúde Pública		8	5
	Ordenamento e Desenho do Território		3	0
	Ciência e Sistema de Informação Geográfica		1	0
	Segurança Pública		4	0
	Agronomia e Recursos Naturais		1	0
Total 4			30	12
Doutoramento	Ciências Sociais	5		4
	História	1		1

Fonte: Anuário Estatístico do Ensino Superior 2015/16

Assim, fica claro que a proposta da Pós-graduação em Cabo Verde foi uma iniciativa das instituições, neste caso específico, primariamente, da Universidade de Cabo Verde, que tentando retroalimentar-se, e impulsionada pela oferta de cooperação, financiamento e mobilidade das instituições parceiras, aventurou-se na efetivação da Pós-graduação. Embora naquele começo as IES cabo-verdianas limitavam-se a ceder sua estrutura para que as universidades parceiras realizassem os cursos que podiam ou entendiam ser possíveis oferecer.

Não foi uma proposta ou política do Ministério da Educação, nem tão pouco uma abertura intencional às instituições, antes pelo contrário, elas que fizeram seu caminho e acharam neste órgão público uma parceria política, essencialmente na representação e efetivação de acordos de cooperação. Contrariamente, por exemplo, ao Brasil que teve um Projeto Nacional para a criação de cursos, regulamentado pelo Parecer 977 de 1965, conhecido como Parecer Sucupira, em função de seu relator.

Mais tarde com a necessidade de regulação e regulamentação, o Ministério então, entra em ação, e assume o curso deste subsistema, principalmente com a criação do agora extinto Ministério do Ensino Superior. Contudo, embora já haja

legislação para enquadramento legal dos cursos, todavia ainda não existe, um "Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior" (MORAIS, 2015).

Como a legislação só viria a sair depois dos primeiros diplomados da Pós-graduação, as instituições enquanto, instituições de ensino superior autônomas tiveram a iniciativa e todo o trabalho de articular a Pós-graduação nacional. Não se pode acusar indiferença do Ministério da Educação no processo, mas certo é que não se pode atribuir tal feito a ele também.

A sequência de acontecimentos no campo educacional demonstra que a conjuntura política era favorável naquele momento, com a criação da comissão instaladora da Uni-CV em 2004, e a partir do trabalho desta comissão, em Novembro de 2006, cria-se a primeira universidade pública do país. Durante este momento, não há nenhum registro de instabilidade a nível político, já que as eleições ocorreram no começo de 2006 e o partido eleito, venceu com maioria absoluta. A análise deste período histórico,

> além de aprimorar uma disciplina de estudo e a capacidade de observar a realidade, pouco a pouco, vai ajudar a perceber como cada elemento da conjuntura é, ao mesmo tempo, o resultado do desenvolvimento do período histórico e das estruturas e um agente que contribui para atualizar e fazer progredir este ambiente que o produziu" (GENNARI, 2015, p. 17).

O país até aventurou num programa de bolsa empréstimo do governo, uma tentativa de resolver o problema de pré-criação da Pós-graduação nacional. As pessoas recorriam ao empréstimo e depois pagavam nos anos seguintes, após o término dos estudos, mas este programa também tinha limites e condições que não respondiam a procura. É nesta conjuntura que a solução mais barata, e que permitisse a todos realizarem seus desejos pessoais e nacionais, que é desejo legítimo, seria a Pós-graduação nacional, mas com que recursos, com que docentes, com que estrutura? Se a conjuntura nacional não permite enviar e nem realizar no território nacional, a opção é apostar e buscar condições mínimas e parcerias para realizar a opção de melhor custo benefício.

> Em termos sociais a mim me parece mais uma pressão, já que as populações estando cada vez mais esclarecidas, e em Cabo Verde vejo isso como um ponto forte, as famílias acreditam muito no ensino superior como via para saírem da pobreza. Isso parece uma coisa boa, as pessoas acreditam que indo para a escola, e conseguindo chegar a níveis maiores têm mais possibilidades de saírem da situação da pobreza, com mais informação, com

> mais esclarecimentos as pessoas começaram a exigir mais o que é natural. Talvez essa pressão associada ao fato de o país não conseguirem enviar muita gente para fora, já que os parceiros já não faziam como antes, garantindo tudo para os alunos estudar lá fora, o país não gastava em termos financeiros porque iam para lá com bolsa, mas nos anos noventa isso termina (MONTEIRO, 2016).

Estas variáveis acabaram por despertar o país para esta solução da criação da Pós-graduação, de modo mais acessível e econômico além de permitir que as pessoas possam realizar os seus desejos pessoais, mesmo o país tendo uma agenda, as pessoas desejam aumentar o seu nível de grau acadêmico, e o estado tem o direito e o dever de fazer com que isso aconteça.

Enquanto política pública, tem que se fazer opções, “se alguém quer fazer um mestrado ou doutoramento numa área porque quer tudo bem, mas eu enquanto país não sendo uma área prioritária e tendo poucos recursos tenho que fazer opções, aí é necessário conciliar essas coisas, a ajuda não é fácil, mas é possível” (MONTEIRO, 2016).

4.3.3 O Caso da Universidade Jean Piaget

Com a abertura do governo de Cabo Verde para o setor privado, a entidade portuguesa Instituto Piaget, abriu em Cabo Verde a primeira instituição privada na área de ensino superior na capital do país (Praia), e anos depois abriu um segundo polo na Ilha de São Vicente.

Falando da Pós-graduação nesta instituição, embora ela tenha sido a primeira institucionalizada enquanto universidade, isto não quer dizer que foi a primeira a ter Pós-Graduação, mas a universidade pública foi quem deu esse passo primeiro. Contudo, a Universidade Jean Piaget ofereceu seu primeiro curso de Pós-graduação logo em seguida, praticamente no mesmo ano.

Em 2007 engendrou os primeiros mestrados. Segundo Jorge Brito, então reitor daquela universidade na altura, fizeram uma preparação em número de professores doutores, áreas e afins. Abriram três cursos de mestrado, que ainda existem e estão sendo proporcionados ao público todos os anos. Recentemente ofereceram um mestrado que está completando seu terceiro ano de existência, em Saúde Pública.

Ainda segundo Jorge Brito (2017), os motivos para a criação dos cursos de mestrados naquela universidade são variados:

> Em primeiro lugar já tínhamos vários licenciados que gostariam de continuar os estudos, então tínhamos uma massa crítica que pediam, ou melhor insistiam que queriam continuar o curso, e porque não ter mestrados. Portanto haviam demandas e pedidos. Em segundo lugar uma universidade que se preze, e nós sempre tivemos orgulho da nossa universidade como melhor opção, era evidente, como sabe as Pós-Graduações estão associadas à investigação, já tínhamos aqui professores doutores num número muito interessante, muito superior à cota exigida, tínhamos já cerca de 25 professores doutores naquela altura para 1500 alunos, então tínhamos que aproveitar a massa crítica de professores que faziam investigação universitária em várias áreas. Então as coisas conjugam-se e colocamos de pé estas Pós-Graduações. Por outro lado, também é uma questão de sustentabilidade quer financeira, quer acadêmica pois nós íamos formar pessoas que muitas delas viriam a ser nossos quadros.

Ao contrário das outras instituições de ensino superior que ao criarem os seus primeiros cursos, recorreram ou aceitaram as propostas e ofertas das universidades parceiras de outros países, a Universidade Jean Piaget recorre a um modelo parecido, mas com alguma diferença, todos os docentes eram da própria universidade, já que o Instituto Piaget está em vários países, como por exemplo, Portugal e Brasil, e é habitual os institutos do grupo compartilharem entre si docentes. Os docentes do Instituto Piaget fomos transferidos para Cabo Verde, passaram a residir em Cabo Verde para lecionar nos cursos de mestrado, assim de algum modo eram professores locais, e não de mobilidade, que vinham e lecionavam uma disciplina e voltavam à universidade parceira, como nas outras instituições nacionais. Deste modo, os docentes passavam a ser quadros fixos e exclusivos da Universidade Jean Piaget de Cabo Verde.

Salvo algumas exceções, onde se buscou alguma parceria complementar, como por exemplo, o mestrado em parceria com a Universidade de Évora, em Tecnologias de Informação, pois para este curso não havia docentes doutores suficientes, inclusive algumas disciplinas foram dadas à distância por videoconferência, faz todo sentido, considerando que era em tecnologia de informação, e para a orientação os docentes então se deslocavam para Cabo Verde.

Quanto aos cursos de doutoramento, naquela altura por meio de cooperação, a instituição tinha um programa de formação de professores doutores com a Universidade de Santiago de Compostela, com valências na Espanha. A ideia era formar doutores e com isso estabelecer linhas de investigação consolidadas, laboratórios e centros de investigação, estrutura essa que permitiria à instituição partir para a oferta de cursos de doutoramento. Conscientes da qualidade da Pós-

graduação, esta instituição tinha o propósito de oferecer doutoramentos quando tivesse consolidadas as linhas de investigação e com docentes experientes e capacitados, de modo que não fossem doutoramentos só por ter, mas que dessem garantias a esse nível.

A instituição, enquanto organização internacional, com vasta experiência e consolidada em outros países teve a proposta de criar cursos de doutoramento com docentes de outras universidades do grupo, mas entendeu-se que não daria garantias e perderia a originalidade optando por esta modalidade nos cursos de doutorado, modelo este que havia adotado nos cursos de mestrado por necessidade e conveniência, mas para cursos de doutoramento entenderam não ser o modelo adequado, conforme explica Jorge Brito (2017), e até esta data a instituição não oferece cursos de doutoramento, pois ao seu ver não estão reunidas as condições predeterminadas para a oferta, ao contrário de outras universidades que arriscaram esta oferta, inclusive oferecendo graus de doutoramentos *Honoris Causas* mesmo quando ainda não ofereciam este nível de grau acadêmico, o que ele contesta veemente.

Com a proposta de consolidar as linhas de investigação e ganhar experiência com os cursos de mestrados, o que naquele começo era incipiente e prematuro dar passos tão grandes. Depois de uma década de experiência com os cursos de mestrado, a instituição pode a qualquer momento oferecer os seus primeiros cursos de doutoramento, contudo isso ainda não se efetivou.

Passados uma década desde o primeiro curso de mestrado oferecido, a instituição vai se consolidando e ganhando experiência nas ofertas deste grau acadêmico com expressivo número de matrículas no ano letivo 2015/16 em vários cursos:

Quadro 20. Alunos por ano de estudos e gênero segundo o curso 2015/16 (Uni- Piaget)

Grau	Cursos	Alunos								
		1º			2º			Total		
		F	M	MF	F	M	MF	F	M	MF
Mestrado	Economia Aplicada	1	0	1	0	5	5	1	5	6
	Engenharia de Sistemas e Informática	0	0	0	0	2	2	0	2	2
	Empreendedorismo e G. de Negócios	5	13	18	6	8	14	11	21	32
	Gestão de Recursos Humanos	17	7	24	6	1	7	23	8	31
	Políticas Públicas e Admin. Local	1	0	1	2	4	6	3	4	7
	Psicologia Clínica e da Saúde	2	1	3		0		2	1	3
	Educação Inclusiva	0	1	1	0	0	0	0	1	1
	Saúde Pública e Comunitária	11	6	17	0	0	0	11	6	17
	Psicologia da Educação e Desenvolvimento	1	0	1	7	1	8	8	1	9
	Segurança e Higiene do Trabalho	1	2	3	0	0	0	1	2	3
Total Jean Piaget (2)		39	30	69	21	21	42	60	51	111

Fonte: Anuário Estatístico do Ensino Superior 2015/16

Os cursos de maior procura nesta instituição no ano letivo 2015/16, foram em primeiro lugar, o curso de Empreendedorismo e Gestão de Negócios com 32 matrículas, seguido de Gestão de Recursos Humanos com 31 matrículas, e em terceiro os cursos de Saúde Pública e Comunitária, os demais 7 cursos apresentaram matrículas reduzidas neste ano letivo.

Esta instituição não possui cursos de doutorado reconhecido pelo Ministério da Educação de Cabo Verde, contudo em parceria com universidades parceiras de Cuba, oferece doutorados de dupla titulação, que depois tem o reconhecimento do diploma e grau por aquele órgão governamental.

Quanto ao número de docentes na Instituição, a maioria são mestres (84), mas com bom número de doutores (21), dado significativo comparando ao número de alunos desta instituição.

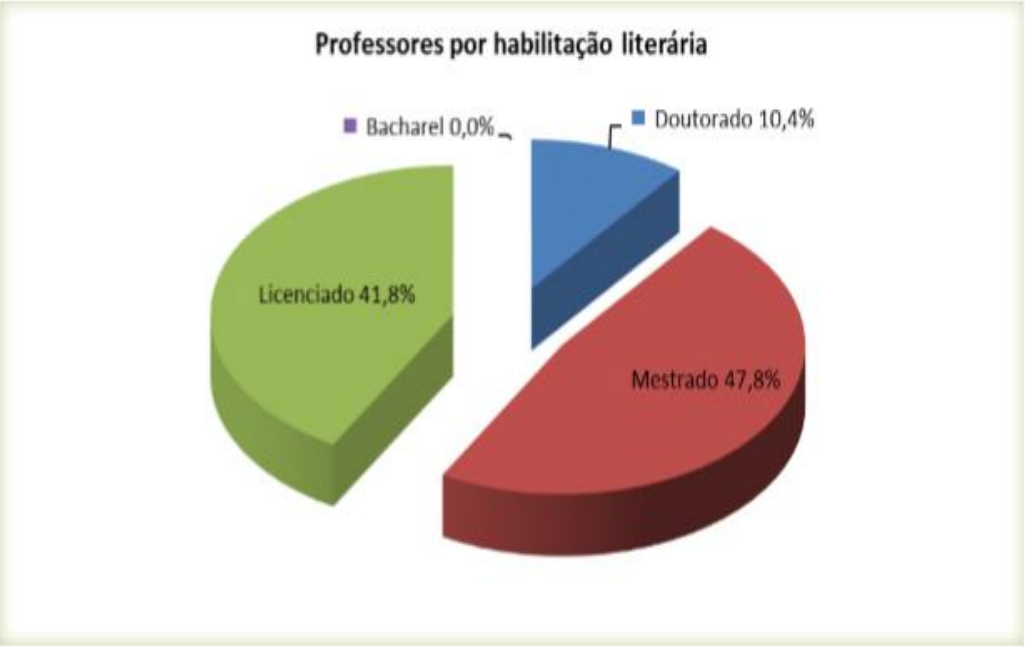
Quadro 21. Professores por grau acadêmico (Uni- Piaget)

Instituição	*Nível de Formação*					
	Doutorado	*Mestrado*	*Pós-Graduado*	*Licenciado*	*Bacharel*	*Total*
Universidade Jean Piaget de Cabo Verde	21	96		84		**201**

Fonte: Anuário Estatístico do Ensino Superior 2015/16

Pela figura 14 percebe-se que a distribuição percentual dos docentes nesta instituição são 47,8% de mestres, 10,4% de doutores e 41,8% de licenciados, com a graduação de novos alunos a instituição a cada ano vai recrutando estes formandos de modo a melhorar o percentual de docentes com melhores níveis acadêmicos, pois este foi um dos objetivos basilares quando se fez a opção por cursos de mestrado na instituição. Com efeito, fica visível a necessidade desta instituição de inverter a tendência entre doutores e licenciados.

Figura 15. Distribuição percentual de Professores por grau acadêmico (Uni-Piaget)



Fonte: Anuário Estatístico do Ensino Superior 2015/16

Dos 10 cursos de mestrados oferecidos nesta instituição com as matrículas anuais rondando uma centena de alunos, somente 2% destes (2 mestrandos) se

formaram no ano letivo 2015/16 nos cursos de Empreendedorismo e Gestão de Negócios e Gestão de Recursos Humanos, considerando ser os dois cursos de maior procura.

Quadro 22. Diplomados por Curso e Gênero (Uni- Piaget)

Mestrado		
	Total	Feminino
Empreendedorismo e Gestão de Negócios	1	0
Gestão de Recursos Humanos	1	1
Total 2	2	1

Fonte: Anuário Estatístico do Ensino Superior 2015/16

O fato desta baixa taxa de diplomados considerando os ingressos se deve primeiramente à alta desistência dos alunos, e trancamentos por motivos financeiros e profissionais, mas também pela legislação permitir que os alunos que concluam os 120 créditos exigidos obtenham o diploma de Pós-graduação que não confere grau (*lato sensu*), o que acaba por ser a opção de muitos formandos.

> Bom, neste momento tenho três orientandos no curso de Saúde Pública, houve alunos destes cursos que hoje são docentes aqui, é claro que não são em número que nós gostaríamos, pois muitos ficam pela Pós-Graduação, pois são mestrados de duas etapas, são 120 créditos para Pós-Graduação (*lato sensu*) e depois mais sessenta créditos para fazer o mestrado. Falando em Pós-graduação que não conferem grau, tivemos antes de 2006 com as Canárias, desde o início. Em 2002 já tínhamos MBIs com uma escola de negócios das Canárias, isso foi o primeiro passo. Quando falamos de Pós-Graduação a ideia é logo mestrados e doutorados, mas se abrirmos para os que não conferem graus, temos desde o início aqui. Esses sim não foram 100% nossos, era misto, um projeto conjunto (BRITO, 2017).

A Universidade Jean Piaget para o processo de implementação da Pós-graduação (mestrado e doutorado) contou com a sua própria experiência, advinda dos seus institutos em outros países, dos cursos de Pós-Graduação e de algumas parcerias pontuais com outras universidades estrangeiras.

4.3.4 O Caso da Universidade do Mindelo

A criação do Instituto Superior Isidoro da Graça (IESIG) se deu em 11 de Outubro de 2002, com cerca de 250 estudantes em sete cursos de licenciaturas. Foi uma

iniciativa privada, de um grupo de promotores cabo-verdianos, especialmente da ilha de São Vicente, advindos de vários setores da sociedade, especialmente da educação. Desde o seu começo o instituto teve sua autonomia administrativa, financeira e patrimonial. Cumprido as exigências do Ministério da Educação de Cabo Verde, para se tornar uma universidade, a IESIG em 2010 passou a ser Universidade do Mindelo (Uni-Mindelo), depois de 8 anos de existência com muitos diplomados a nível de graduação e com os primeiros mestrados concluídos (GRAÇA, 2012).

Quanto à Pós-Graduação começou quase que simultaneamente com a Uni-CV e Uni-Piaget. Como não possuía docentes na instituição e nem em Cabo Verde, então foi necessário recorrer à cooperação com universidades estrangeiras.

> A Pós-graduação passa a ser cogitado em Cabo Verde e especificamente na Universidade do Mindelo, já disse, e por que razões, não para o mercado, não porque o mercado precisava, mas porque nós entendemos que era necessário criar competências em Cabo Verde porque não tínhamos na altura (GRAÇA, 2018).

Assim no início da Pós-graduação, normalmente os professores vinham, mas por vezes o aluno tinha que ir na universidade parceira no exterior, para temporadas de pesquisas, orientações e intercâmbios. Isso para os cursos de mestrados, já os de doutorado quase sempre são os alunos que vão, é necessário que os alunos passem algum tempo lá em contato com as bibliotecas, com os orientadores, pois os orientadores são sempre dessas universidades parceiras. No começo os docentes vêm uma ou duas vezes, mas depois são os alunos que têm que ir pela necessidade de estreitar os contatos e os laços para que haja maior entendimento e orientação (GRAÇA, 2018).

O Primeiro curso de mestrado oferecido foi em parceria com a Universidade Moderna de Portugal, com o curso de Gestão do Desenvolvimento da Cooperação Internacional, e com a Universidade da Beira Interior de Portugal o curso de mestrado em Engenharia Informática, foram com estes dois cursos que esta instituição começou.

Para começar optou-se por estes dois cursos de Gestão do Desenvolvimento da Cooperação Internacional, um curso transversal a muitas áreas, e o curso de Engenharia Informática. Evidentemente um ou dois cursos não eram a solução, fazia se necessário mais mestrados e doutoramento. No ano seguinte foi oferecido o primeiro curso de doutoramento 2008-2009 com a Universidade de Havana, Santiago

do Cuba, mas que teve colaboração de outras universidades de Cuba, as aulas aconteciam em Cabo Verde e os professores vinham de Cuba, lecionavam a disciplina e voltavam. Depois ofereceram um terceiro mestrado na área da saúde em parceria com a Universidade de Enfermagem de Lisboa. Com isso vieram outros cursos de mestrado como Direito Científico com a faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Direito Marítimo e Comércio Internacional com a Universidade de Valodolid da Espanha, também um mestrado em Psicologia e Supervisão Pedagógica com a Universidade da Beira Interior. Recentemente iniciaram o doutorado com a Universidade de Valodolid.

> Nós consideramos que ainda em Cabo Verde não temos suficiente massa crítica para fazermos autonomamente um mestrado, neste momento eu acho que já podíamos fazer um mestrado em Gestão, ou em Supervisão Pedagógica porque já temos alguma capacidade, mas não seria com folga digamos assim, seria um tanto apertado para fazermos um mestrado nas áreas de Gestão ou Pedagogia, mesmo numa área social, mas não com folga. Mas acredito que na próxima leva de doutorados que nós vamos ter daqui a um ano e meio estaremos à vontade para fazer mestrados em várias áreas (GRAÇA, 2018).

Assim a Universidade do Mindelo, continua buscando a consolidação da Pós-graduação, principalmente em alcançar o objetivo de ter os seus docentes capacitados com graus de mestres e doutores, que foi a maior motivação para a implementação dos cursos, mas também avançar com estruturas e condições para alargamento da investigação, expansão universitária e internacionalização.

Quadro 23. Alunos por ano de estudos e Gênero segundo o curso e grau acadêmico (Uni-Mindelo)

Grau	Cursos	Alunos								
		1º			2º			Total		
		F	M	MF	F	M	MF	F	M	MF
Mestrado	Direito	0	0	0	3	4	7	3	4	7
	Direito Marítimo e Comercio Internacional	0	0	0	2	7	9	2	7	9
	Enfermagem Comunitária	13	4	17	0	0	0	13	4	17
	Gestão Desenvolvimento e Comércio Internacional				2	1	3	2	1	3
Total 2		13	4	17	7	12	19	20	16	36

Fonte: Anuário Estatístico do Ensino Superior 2015/16

No ano letivo 2015/16 havia matrículas em quatro cursos de mestrado, sendo que só o curso de Enfermagem Comunitária foi oferecido naquele ano, e com a maior parte dos alunos neste nível de ensino na instituição, já os outros três cursos estavam no seu segundo ano com nove alunos no curso de Direito Marítimo e Comércio Internacional, sete alunos no curso de direito e somente três em Gestão Desenvolvimento e Comércio Internacional.

Nesta instituição a oferta de cursos de mestrado ainda são poucas, e quanto aos cursos de doutorados, não oferece nenhum curso que seja 1005 ofertas da instituição, somente os de dupla titulação em parcerias com outras universidades no exterior.

Quadro 24. Professores por grau acadêmico segundo a instituição de formação (Uni-Mindelo)

Instituição	*Nível de Formação*					
	Doutorado	*Mestrado*	*Pós-Graduado*	*Licenciado*	*Bacharel*	*Total*
Universidade do Mindelo	14	52	28	44		138

Fonte: Anuário Estatístico do Ensino Superior 2015/16

A instituição conta com quatorze doutores e cinquenta e dois mestres, um número bastante considerável que responde as demandas da instituição, que oferece os cursos com a pretensão primária de capacitar e melhorar o grau acadêmico dos seus docentes.

Figura 16. Distribuição percentual de Professores por grau acadêmico (Uni-Mindelo)

Fonte: Anuário Estatístico do Ensino Superior 2015/16

Pela figura acima percebe-se que a instituição conta no seu quadro docente com 37,7% de mestres, 10,1% de doutores e 20,3% de Pós-graduação *lato sensu*. Nesta instituição o número de pós-graduados (latos sensu) é expressivo e existem muitos licenciados como docente, no entanto o número de doutores fica aquém, precisando ainda ser equiparado à média nacional. Não considerando os licenciados que não lecionam na Pós-graduação.

Quadro 25. Diplomados por Curso e Gênero (Uni-Mindelo)

Grau	*Cursos*	*Alunos*	
		Total	*F*
Mestrado	Ciências politicas relações internacionais	4	2
	Psicologia	9	2
	Sociologia	3	2
Total 2		**16**	**6**

Fonte: Anuário Estatístico do Ensino Superior 2015/16

Quanto aos diplomados pela instituição, o curso de Psicologia teve a maioria dos diplomados (9), seguido de Ciências Políticas e Relações Internacionais (4) e Sociologia com apenas 3 concluintes. À semelhança da tendência nacional, são poucos o numero de egressos, considerando as matriculas.

4.4 Avaliação da Pós-Graduação em Cabo Verde

Fazer uma avaliação do sistema educativo e, principalmente, da Pós-graduação em Cabo Verde é tarefa ousada, considerando que não existe efetivamente um "Sistema de Avaliação do Ensino Superior" (MORAIS, 2015) devidamente instalado, a não ser o que cabe à Direção Geral do Ensino Superior enquanto órgão do Ministério da Educação responsável pelo setor. Contudo, efetivamente não existem regulamentação e regulação específica para a avaliação deste subsistema de ensino, a não ser os Regimes Jurídicos do Ensino Superior e o de Graus Acadêmicos.

Já foi realizada na década passada uma avaliação externa[30] nas duas universidades mais antigas de Cabo Verde, os então Instituto Jean Piaget (atual Universidade Jean Piaget) e o Instituto de Ensino Superior Isidoro da Graça (atual Universidade do Mindelo), mediante o Despacho 05/2009 de 16 de Abril de 2009 (Apêndice 8.4). Esta primeira avaliação tinha por objetivo conhecer estas instituições que haviam colocado no mercado os primeiros diplomados, e saber das suas práticas internas.

> Bem consciente da responsabilidade que lhe incumbe no exercício da fiscalização da qualidade dessas instituições de ensino superior privado, o Ministério da Educação e do Ensino Superior sentiu que seria oportuno proceder a um primeiro exercício de avaliação das referidas instituições, começando logicamente por aquelas que, em razão do seu tempo de vida, dispunham já de uma ou mais edições de diplomados (IPAD - Instituto Português para o Desenvolvimento, 2010, p. 7).

Depois disso, mais duas tentativas de avaliação foram projetadas, contudo nenhuma chegou a se efetivar. A primeira foi um acordo entre Cabo Verde e o Brasil, representados pelo Ministério da Educação e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) (INEP, 2012). Acordo este que

[30] O Instituto Português para o Desenvolvimento (IPAD) apoiou a criação e o trabalho desenvolvido pela Comissão de Avaliação Externa, incumbida de executar o previsto no Despacho nº 05/2009 de 15 de abril de Sua Excelência a Ministra da Educação e Ensino Superior de Cabo Verde.

consistia num “Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde para a implementação do projeto: Qualidade do Ensino Superior - Criação do sistema de avaliação em Cabo Verde”, assinado em 23 de julho de 2012.

Um acordo de vinte e quatro meses celebrado em meados de 2012. Com as primeiras ações em Fevereiro de 2013, com a visita de técnicos Brasileiros a Cabo Verde para se inteirarem da situação. Contudo, com as mudanças políticas em Cabo Verde, resultado das mudanças de Governo e o subsistema educativo nacional ser fortemente influenciado pelo Processo de Bolonha fez com que este projeto não lograsse o efeito desejado e nem produzir um sistema nacional institucionalizado e, consequentemente, nenhuma avaliação proveniente disso (MORAIS, 2015).

A segunda iniciativa de avaliação é o projeto Agência Nacional de Avaliação do Ensino Superior, a partir de uma comissão instaladora e que trabalhou na criação do estatuto, este já aprovado pelo conselho de ministros, contudo vai se postergando a efetivação da eminente agência e a tomada de posse da direção, após a conclusão e cessado os trabalhos da comissão instaladora. “Ainda não temos um sistema implementado da avaliação dos professores, estamos em processo, o sistema já está montado, agora estamos na fase da socialização e capacitação das pessoas para utilizarem o sistema, prevendo a avaliação já no fim do ano 2016/2017”, perspectiva a Reitora da Universidade de Cabo Verde, Judite Nascimento (2016).

Para seguir de perto e ter parâmetros para o funcionamento das instituições, suas ofertas formativas e práticas são regidas pelo Despacho 27/14 – Regulamento da Avaliação do Ensino Superior, emitido pelo Ministério do Ensino Superior Ciência e Inovação de Cabo Verde em 3 de Outubro de 2014, e pelos Regimentos Jurídicos.

Posto isso, qualquer avaliação é fundamentada nas estatísticas e pesquisas junto das instituições de ensino superior. Para a maioria dos técnicos ligados ao Ministério da Educação e das instituições de ensino superior (ministros, diretores gerais, reitores, pró-reitores e coordenadores) este subsistema está se consolidando e atingindo os índices desejados, ao menos nas graduações (licenciaturas), quanto à Pós-graduação o caminho está sendo feito com este objetivo.

> Eu não diria já consolidada, mas acredito em fase de consolidação. A Universidade de Cabo verde tem 10 anos, parece que não, mas ainda é muito

> jovem e não podemos falar de uma instituição já consolidada, mas podemos dizer que muitos avanços já foram conseguidos. É uma instituição que cresce permanentemente, uma instituição que aposta sempre na melhoria dos processos e que acredita que cada pós-graduação que é aberta é coma a intenção de ser melhor ainda que a anterior. É um processo de crescimento positivo e continuo. Não somos ainda a universidade consolidada que gostaríamos, estamos no processo de consolidação, e a nível das pós-graduações é a mesma coisa. Nós vamos abrindo os cursos e eles têm o sucesso que têm, a maior parte dos técnicos que fazem estas pós-graduações depois provocam um impacto a nível dos sistemas onde atuam. Não há nenhum estudo que faça a avaliação deste impacto, por isso o que estou a dizer é baseado na percepção que tenho, no que diz respeito à Universidade de Cabo Verde, os professores que formaram nestes cursos e que estão na universidade mostraram realmente que sua prática melhorou após, mas estou a basear numa percepção visto mesmo a nível da Universidade de Cabo Verde (NASCIMENTO, 2016).

Assim só com um sistema devidamente instalado será possível uma avaliação contundente e dos verdadeiros impactos na sociedade cabo-verdiana e, consequente, melhorias no setor.

No entender de Correia e Silva (2016), quando se olha para trás “percebe-se que quando da oficialização da Universidade de Cabo Verde havia menos de 3% de doutores, em menos de 10 anos ultrapassou 20% de doutores e 50% de mestres na classe docente”. Isso não seria possível sem uma aposta forte na Pós-graduação. Não somente o aumento da qualificação docente, mas as publicações que estão distribuídas nas bibliotecas, os projetos de investigação internacionais, que as universidades cabo-verdianas fazem parte, seja com a União Europeia, ou com o Brasil, e se depois de uma década existe em Cabo Verde mestre e doutores líderes de pesquisa é porque houve investimento na Pós-graduação.

Os centros de pesquisa ainda não lograram os objetivos idealizados, mas já existem! Isso fica a dever a aposta que foi há dez anos a Pós-graduação:

> Está satisfeito? Claro que não, o caminho é muito mais à frente, mas estamos lançados, estamos na direção certa, aumentar a Pós-graduação. No ministério eu quis fazer é apoiar as universidades para trazerem parceiros e para criarem aqui programas de Pós-graduação acelerado. Como eu disse o PGSD era um programa, outro que a esta hora deve estar em desenvolvimento o Instituto Superior Técnico para criar programas de formação de engenheiros, programas doutorais, exatamente diversificando áreas. Neste momento está a decorrer em São Vicente um doutoramento em Oceanografia dentro de um cluster que entramos um consórcio que entramos em que a Universidade de Oviedo, Santiago de Compostela, e também a Universidade dos Açores são parceiros (CORREIA E SILVA, 2016).

Segundo Graça (2018) “é necessário conhecer os percursos, e o percurso faz se percorrendo, tem que se caminhar para fazer o caminho”. Ainda para Graça (2018)

a Pós-graduação caminha em Cabo Verde e sem dúvida na avaliação que se faz, o mais deficitário é a investigação e consequente produção e publicação científica. Não só a produção e defesa de um documento acadêmico para obtenção de graus, mas pesquisas que resultem na produção de conhecimentos que resolvam ou que norteiam o país na busca de soluções dos seus problemas conjunturais.

> Continuem a dizer que o ensino não tem qualidade, mas agora já não dizem por que, na altura nós éramos licenciados, mas agora somos doutores, eram as bibliotecas que não tinham livros e hoje as bibliotecas estão recheadas de livros e não há onde colocarmos mais, era a estrutura que nós não tínhamos e hoje temos, não haviam computadores e agora nem falamos de computadores. Continuam a dizer que não há qualidade porque nós não fazemos investigação de ponta, porque as pessoas não consideram a investigação básica (GRAÇA, 2018).

A pesquisa em nível de ciências sociais está bem avançada e com grandes produções, e nesta área vai se conhecendo cada vez melhor a realidade cabo-verdiana, mas é uma área que não traz desenvolvimento econômico, nem aumenta o emprego ou mais riqueza do PIB. Por exemplo, o autor Germano Almeida tem produções sobre literatura cabo-verdianas renomadas e usadas em muitas instituições de outros países, inclusive vencedora do Prêmio Camões 2018.

Depois de uma década de realizações, as instituições acumularam experiência que as permite criar seus próprios cursos, a partir dos estudos, demandas e necessidades da sociedade cabo-verdiana.

As cooperações são benéficas e necessárias no mundo globalizado, mas com professores bem capacitados, mestre e doutores já com experiências de implementação e conclusão de cursos de mestrado, a cooperação internacional acaba por ser uma colaboração em nível de troca de experiências e conhecimentos e não necessariamente uma dependência como era no começo.

Segundo Sonia Victória as instituições formaram seus professores com grau de mestre e recentemente doutores, tanto no país por meio de formação em exercício ou com licenças para estudo no exterior, ou ainda captando de outros setores sociais técnicos com graus de mestrado e doutorado que tivessem interesse e aptidão para a docência.

Estas ações permitiram que em menos de uma década as instituições ficassem menos dependentes da cooperação para efetivação das suas ofertas, em nível de mestrado e caminha-se para este fim nos cursos de doutorado. Mas a pretensão

nunca é tornar os cursos 100% cabo-verdianos, desde o seu projeto, oferta e docentes, mas manter a porta aberta a cooperações com docentes e instituições de outros países, isso é enriquecedor:

> As coisas nunca podem ser 100% cabo-verdianas, ter um produto 100% cabo-verdiano principalmente quando se fala de capacitar pessoas, não vejo as coisas como tendo que ser puramente endógenos. O que vejo é que cada vez que vamos tendo mais professores a capacitar, pois antes de fazer Pós-graduações endógenas com produto cabo-verdiano temos que formar os nossos professores, e paulatinamente estamos a formar professores em termos de mestrados e doutoramentos vão subindo patamar, a título de exemplo, só num doutoramento nós temos 11 professores doutores cabo-verdianos, e alguns de cooperação isso é um grande ganho. Há 10 anos não teria, não teria essa possibilidade, e quando nós não temos na Universidade de Cabo Verde podemos não só no exterior, mas em outros setores da sociedade do estado, ou nas privadas professores doutorados, que também podem servir de colaboradores (VICTÓRIA, 2016).

A Pós-graduação nacional, apesar dos seus desafios e das limitações da conjuntura nacional, já possui a sua identidade, faz as suas opções e oferece seus cursos com garantias que antes não lhe eram possíveis. Contudo, ainda precisa superar os desafios impostos pela conjuntura nacional, principalmente na questão do financiamento do ensino superior e mais concretamente da pesquisa, da produção e da publicação científica.

Conclui-se que a Pós-graduação nacional vai fazendo seu caminho, e buscando alcançar seus objetivos, consolidação e internacionalização. Os desafios a serem vencidos e as debilidades a serem ultrapassadas ainda são muitos. A conjuntura econômica e social, o financiamento, estudo social e político para o perfil de ofertas, a regulação deste subsistema são desafios que superados a Pós-graduação nacional chegará então a sua consolidação e sucesso em todos os programas.

4.4.1. Fragilidades e Fortalezas da Pós-graduação

A Pós-graduação em Cabo Verde tornou-se realidade pela iniciativa das instituições de ensino superior em Cabo Verde, ou seja, cada instituição adotou seu modelo, buscou parceiros e ofereceu cursos conforme suas necessidades e disponibilidade dos parceiros internacionais. Esta forma de implementação apresenta fragilidades enormes, dado ao fato de não haver um modelo a seguir, os debates

foram feitos internamente e as soluções encontradas dentro das possibilidades de cada instituição.

Sem um plano de desenvolvimento da Pós-graduação, uma legislação própria e um órgão diretor e regulador a credibilidade da Pós-graduação esteve em causa. Isso porque oferecer cursos pela primeira vez sob propostas ou respostas das instituições parceiras num país e realidade que pouco conheciam, e na qual as instituições nacionais não tinham nenhuma experiência, não era de se estranhar que houvesse e ainda existem muitas dificuldades na execução dos cursos, mobilidade de docentes, orientações de teses e dissertações.

> O intercâmbio com especialistas em educação de outros países, um importante canal de renovação de ideias e práticas, não existiria sem a Pós-graduação em educação, já que a graduação e a licenciatura (enquanto cursos) e seus professores (enquanto profissionais) têm mostrado que se contentam, em reproduzir o conhecimento e os procedimentos que consideram corretos ou convenientes, sem maiores precauções em buscar o desconhecido, nem cortejar suas certezas com possíveis críticas (CUNHA, 1991, pg. 63).

Sem duvida a mobilidade ou intercambio de quadros estrangeiros ajudou muito neste processo e primeiros passos da Pós-graduação cabo-verdiana. Nestas circunstancias, não é de se estranhar que se oferecesse cursos que que se tinha disponível ou que as parcerias possibilitavam.

Como visto anteriormente, muitos cursos foram autorizados, oferecidos, mas não houve candidatos suficientes para efetivar os cursos, assim sendo declinada a oferta no respectivo ano. Isto quer dizer que as instituições oferecem o que têm e nem sempre o que os candidatos ou as demandas sociais daquele momento exigiam. Outra fragilidade é a desistência dos alunos ao longo do curso, em que já no segundo ano boa parte dos alunos param ou desistem, pelos motivos já mencionados neste capítulo e mesmo os que chegam ao final do curso, acabam por solicitar o certificado de Especialização ou Pós-graduação *lato sensu* que não confere grau, pois a quantidade dos que defendem sua dissertação ou tese é ínfima, salvo algumas exceções em que o número de defesa foi considerável.

Outro fator condicionante é a mobilidade dos professores que vinham ministrar disciplinas numa realidade que não conheciam e sob condições de temporário, o que condicionava os cursos a serem muito teóricos em certos casos. Estes professores por vezes não tinham disponibilidade de regressar para dar continuidade as próximas

etapas dos módulos, o que ocasionava a necessidade de substituição ou até cancelamento do módulo gerando constrangimentos.

Haviam ainda casos de professores nacionais que estavam lecionando nestes cursos e ao mesmo tempo fazendo suas Pós-graduações além de professores cabo-verdianos que lecionavam em universidades parceiras e vinham ministrar aulas em Cabo Verde, rever a família e "matar as saudades da terra e da família" fatos estes que eram alvos de reclamações dos alunos por falta de atenção ou dedicação, conforme constatação do então reitor da Universidade de Cabo Verde António Correia e Silva (2016).

Por último, não tendo um sistema de avaliação institucionalizada, e somente pela auto avaliação não é suficiente para medir o sucesso ou insucesso desta modalidade de ensino e nem como corrigir os erros e traçar novos rumos, fazendo com que muitas vezes "os assuntos sejam tratados tacitamente e em cima dos prazos pelos órgãos do Ministério da Educação" como observa Albertino Graça (2018), reitor da Universidade do Mindelo.

Contudo, esta experiência de uma década do ensino superior não se resume em fragilidades e desafios do seu planejamento e implementação, mas esta modalidade trouxe avultados benefícios ao país e ao sistema educativo, principalmente na questão do *upgrade* e formação de docentes e profissionais melhores capacitados para os órgãos públicos e especialistas para o setor privado.

A oportunidade de ter como parceiros universidades consolidadas na Europa, América do Sul e nas Caraíbas, trouxe muito desta experiência para as recém-criadas instituições cabo-verdianas. Além da experiência muitos destes parceiros colaboraram com financiamento das estruturas acadêmicas em Cabo Verde, como bibliotecas, laboratórios e afins.

Outro fator importante foi a possibilidade de alunos e docentes cabo-verdianos em formação fazerem intercâmbios ou temporadas de estudos em estas instituições parceiras, tendo contato com suas estruturas e condições de modo que estes também pudessem trazer esta bagagem e visão para o país.

Outra vantagem para Cabo Verde foi a possibilidade de formar maior número de alunos sem custos de bolsas de estudo, licença de docentes e sem correr o risco de fuga de cérebros. A proposta era ousada, apresentava fragilidades como já visto, mas trouxe muitas vantagens ao subsistema de ensino superior nacional, fato é que em

dez anos se fez muita coisa em nível de ofertas formativas, capacitação docente e criação de novas estruturas.

5. Futuro da Pós-Graduação em Cabo Verde

A Pós-graduação pode ter um futuro promissor se conjuntamente as instituições e o Ministério da educação e seus respectivos órgãos trabalharem bem a solução dos grandes desafios que se coloca à Pós-graduação nacional. O primeiro desafio transversal à universidade, é a sustentabilidade financeira, pois não é só nas Pós-graduações, isso abarca as graduações e os cursos profissionalizantes. Essencialmente a universidade pública, que como tal, tem associada à sua responsabilidade pública e social praticando mensalidades muito abaixo do custo real dos cursos, no pressuposto de que o estado compensa o remanescente entre aquilo que é a propina paga pelos estudantes e aquilo que é o custo real do curso.

Esta não é tarefa fácil para qualquer instituição de ensino superior funcionar na incerteza ou dependência financeira, o que vem sendo cada vez mais a realidade de algumas instituições no país como observa a Reitora da Universidade de Cabo verde:

> Nós temos reparado que não há esta relação direta, até agora não conseguimos fazer com que o Estado comparticipe na justa medida desta diferença. Isto tem causado alguns constrangimentos que temos estado a gerir, já algum tempo, há alguns anos. Este é o principal desafio, é conseguir realmente atingir o nível em que a diferença entre aquilo que é o custo real do curso e a propina que o estudante pago, que esta diferença seja compensada de alguma maneira pelo próprio Estado, como forma de incentivar a realização deste tipo de curso, a realização destes graus para a retroalimentação do próprio sistema (NASCIMENTO, 2016).

Assim o grande desafio que precisa ser trabalhado é a autonomização paulatina da universidade pública e estabilidade das demais. Esta autonomia passa não só pela independência financeira do estado para as instituições públicas e de instituições financeiras para as privadas, mas também no que diz respeito a dependência do exterior, portanto em algumas áreas já estamos muito menos dependentes, mas em outras áreas ainda há muita dependência dos parceiros.

Para um futuro melhor das instituições é necessário que vão autonomizando paulatinamente em diferentes níveis, não só a nível de graduação, em que quase a totalidade dos docentes já são quadros das instituições, mas essa autonomia precisa

chegar na Pós-graduação de modo que não haja mais a necessidade premente e desafiadora de buscar docentes no exterior ou propor contratos parciais a profissionais graduados de outros setores públicos ou privados.

As instituições precisam manter as cooperações internacionais, não como necessárias para garantir a sobrevivência ou qualidade das suas ofertas, mas essencialmente pela oportunidade de internacionalização e troca de experiências e conhecimentos.

> Neste momento os cursos têm saída. O grande constrangimento tem sido com as propinas, os pós-graduandos não são muito cumpridores, digamos assim, dos compromissos que assumimos com a instituição, e realmente nós realmente temos muitos problemas nas cobranças das propinas, apesar de termos as propinas mais baixas e oferecermos um serviço muito mais caro que aquilo que é o valor das propinas que cobramos pelo serviço prestado, visto que trazemos professores de todas as instituições parceiras (JUDITE, 2016).

As instituições de ensino superior também precisam melhorar as ofertas de cursos de doutorado, que ainda são irrisórios no país. Alguns dos cursos de doutorados, ainda que ministrados em parceria nas instituições cabo-verdianas, continuam sendo de titulação estrangeira à semelhança dos mestrados oferecidos no país. Consolidar os mestrados, ou seja, ter professores melhor qualificados e motivar a determinação dos alunos em prosseguir até sua defesa, mas também alargar as ofertas de doutorado que normalmente tem sido uma oferta formativa por ano que se efetiva.

> Os desafios é continuarmos a abrir pós-graduações, agora em áreas que possam servir melhor o país, existem várias áreas que vamos fazer reedição, nas áreas das TICs, também queremos fazer nas áreas de energia, e queremos apostar muito em pós-graduações voltadas para a área da saúde, porque há uma grande procura por parte do ministério da saúde para pós-graduações na área da saúde. Também no jornalismo, uma área que temos sido muito procurados para capacitação dos nossos jornalistas e também as ciências agrárias. São essas quatro ou cinco áreas chapéu ou chaves que queremos apostar para os próximos anos letivos (VITÓRIA, 2016).

Para um futuro melhor é necessário que a Pós-graduação ofereça cursos em áreas chaves e estratégicas, colocando-se como um setor importante para o desenvolvimento do país. Cabo Verde ao longo das últimas décadas tem sido muito dependente dos parceiros internacionais quer a nível econômico, como em nível de modelos de implementação em vários setores, especialmente na educação. Sendo o

país localizado numa região deficitária do globo, e também por ser país novo com poucas décadas de história, essa postura e opção foi sem dúvida vantajosa, mas hoje o país precisa e pode criar seus próprios modelos a partir do auto-estudo da produção do conhecimento e de respostas endógenas aos problemas, desafios e anseios nacionais. A cooperação é sempre salutar, especialmente num mundo globalizado, mas não pode gerar dependência ou sua manutenção. É tarefa de a Pós-graduação responder a esta situação, e este deve ser o pensamento norteador das ações futuras no país.

Uma cultura de investigação mais forte, não apenas dos docentes e alunos que têm sua investigação como trabalho acadêmico, mas estabelecer linhas de investigação com incentivos fortes para a integração e programas. Investigação para resolver problemas, e não só uma investigação para produzir um documento da melhoria, de uma dissertação ou tese, mas uma investigação voltada para resolução de problemas do país. São necessários mais centros de investigação, assim as Pós-graduações a nível de mestrado seriam a continuidade e participação nesses programas, como também uma motivação e incentivo para os doutorados, é claro que um doutoramento tem por objetivo fundamental fazer avançar a ciência e contribuir para os quadros docentes das universidades (GRAÇA, 2018).

Considerando que já existe número considerável de mestrados no país, há potenciais candidatos suficientes para esta modalidade, quando criadas as condições a nível nacional, financiamento suficiente e corpo docente com qualificação exigida.

A Pós-graduação nacional precisa caminhar na direção da pesquisa científica, já foi o tempo que se perspectivava a retroalimentação do sistema, hoje as Pós-graduações precisam dar respostas às necessidades e os desafios do país em crescimento. A busca do autoconhecimento e de novos conhecimentos é imprescindível como contributo ao desenvolvimento nacional.

A pesquisa científica também precisa gerar produções e sua consequente publicação. Embora em Cabo Verde já tenha alguma estrutura para publicação científica, quer em revistas, periódicos ou livro, isso ainda não faz parte das pretensões e práticas dos mestres e doutores nem tão pouco dos pós-graduados nacionais, que normalmente estão em busca de um título acadêmico, do que propriamente contribuir com a pesquisa. Essa cultura, ou falta dela faz com que as

produções sejam ínfimas, comparado ao universo de alunos e docentes das Pós-graduações em funcionamento no país.

É necessário maiores recursos para fazer a pesquisa científica em Cabo Verde, o Estado não consegue comparticipar, não é contemplada nas rubricas orçamentais do Estado para a educação, e o pouco que se tem feito nesta área é com recursos internacionais por meio de convocatórias, "*call*" da União Europeia, aproveitando a mobilidade que nos é permitida através dos fundos da CAPES do Brasil, o projeto de iniciação científica para estudantes de licenciatura a partir do terceiro ano de curso que também se deslocam ao Brasil, para esta temporada, com fundos da CAPES. Este projeto inclusive está suspenso no momento, devido a conjuntura política do Brasil e Cabo Verde não tem previsões para assegurar o financiamento deste projeto.

Se a intenção é ter no futuro uma Pós-graduação de excelência que impacta as instituições e a conjuntura nacional e regional, que dialoga e troca conhecimento com o resto do mundo são necessários outros tipos de investimentos para o desenvolvimento do ensino superior.

O processo de institucionalização da Pós-graduação nacional vai ganhando ritmo e conquistando espaço, agora o desafio é a internacionalização dos estudantes, ou seja, que a oferta dos cursos não seja de interesse só de alunos cabo-verdianos, mas possa conquistar estudantes de fora de Cabo Verde, especialmente da nossa região. Em algum momento o mercado acabará por saturar-se, visto que se trata de um país pequeno demográfica e territorialmente.

6. Conclusões Finais e Recomendações

O ensino superior embora muito recente vai se consolidando e crescendo nos indicadores de qualidade, pelo nível de qualificação docente, estruturas, currículos, número de ingressos e egressos e afins. Contudo são muitos os desafios a serem superados, especialmente na Pós-graduação, que carece de mais investimentos e condições para sua efetividade e estabilidade.

Atualmente tem se verificado o crescimento de novos cursos, muitos no nível de mestrado, alguns poucos doutorados, e também alguns cursos de especialização. Os esforços são dobrados no sentido de responder a demanda da qualidade e ter no país cursos de Pós-graduação que respondam às necessidades e ajudem na superação dos desafios nacionais, e sendo capazes de apontar novos caminhos. Concordo com Fortes e Carvalho 2012 quando diziem que a missão da Universidade, na observância desta reconfiguração, transborda a formação segmentada e a dimensão local, passando a incidir em novos paradigmas e na universalidade: a aprendizagem ao longo da vida, há oferta de oportunidades iguais para uma educação de qualidade e a articulação – investigação – inovação num contexto de globalização acadêmica.

A universidade cabo-verdiana sem dúvida vai crescendo e respondendo as demandas nacionais de modo contundente em nível de graduações, e na área de Pós-graduações vai se fazendo o caminho.

Conforme as pesquisas feitas concluíram que: em primeiro lugar embora as instituições de ensino superior começassem a oferecer cursos de Pós-graduação com forte colaboração de instituições parceiras no exterior, por falta de docentes qualificados e estruturas apropriadas, uma década depois as instituições já possuem corpo docente bem qualificado, ofertas de cursos diversificados, em nível de mestrado e algumas de doutorados, providenciaram estrutura e ganharam alguma experiência na área.

Com isso, apesar dos inúmeros constrangimentos conjunturais, que afeta principalmente a continuidade e conclusão dos cursos da maioria dos ingressos, as instituições já possuem uma vivência no ensino superior, possibilitando a realização de cursos de Pós-graduação sem a dependência externa, salvo para questões de intercâmbio e troca de experiências e conhecimento.

Em segundo lugar, com enorme esforço dos alunos e respectivas famílias, muitos quadros conseguiram se qualificar em nível de Pós-graduação no país, mas também as instituições têm feito investimentos nesse sentido, concedendo licenças com ou sem vencimento aos seus docentes para que estes se qualifiquem. Este juntar de forças tem permitido às instituições elevar o seu nível de qualificação docente e assim responder melhor às exigências deste nível de ensino.

Em terceiro lugar, também se criaram estruturas acadêmicas para abarcar a demanda nacional com a criação e ampliação de salas de aulas, auditórios, bibliotecas, laboratórios, centros de pesquisas e descentralização de campus. Foram grandes investimentos do Governo nas instituições públicas, mas também o auto investimento das instituições privadas. Em muitos casos, principalmente na universidade pública houve ajuda externa dos parceiros para muitas destas realizações como, por exemplo, a cooperação brasileira.

A última cooperação neste sentido é a construção do novo campus da Universidade de Cabo Verde, por meio da cooperação do Governo de Cabo Verde e da China, que está construindo na capital do país uma grande estrutura, para ser um campus universitário de referência nacional.

Em quarto lugar, cabe aqui também fazer justiça aos esforços da Universidade Do país quanto aos investimentos na produção do conhecimento local, esta instituição possui uma editora que publica com alguma frequência livros sobre diversos aspectos da realidade Cabo-verdiana, as chamadas Edições Uni-CV, fruto do trabalho acadêmico dos seus alunos e produções de alguns docentes.

As produções científicas não se resumem a livros, mas também a pelo menos duas revistas científicas em que as produções nacionais de artigos possam ser publicadas. A Universidade Jean Piaget pela sua rede de publicação internacional através das suas instituições localizadas em diferentes países onde possui seus institutos, especialmente nos países de língua portuguesa incluindo este tem um número de produções considerável em língua portuguesa.

Constatados estes avanços e conquistas na área de Pós-graduação nacional e conhecendo a realidade deste nível educacional em Cabo Verde, algumas chamadas de atenção ou recomendações são necessárias.

Empoderamento dos cursos de doutorado - O objetivo maior é ter programas que criem uma massa crítica de doutores em áreas pouco conhecidas, quer para a

universidade, quer para o desenvolvimento do país, e evitar a grande dependência do financiamento externo. A Pós-graduação tem que gerar resultados não só em matéria de formação, mas, sobretudo em matéria de investigação aplicada; gerar conhecimento novo não só na ciência fundamental com a investigação aplicada.

As instituições cabo-verdianas vão fazendo o seu caminho, o valor da educação vai mudando conforme muda a sociedade, o que há dez anos contava com um curso de mestrado ou um doutorado, o valor que ele tinha na integração não é a mesma coisa, hoje as coisas estão mais acessíveis, então um indivíduo que faz uma licenciatura, atualmente tem poucas oportunidades de encontrar um emprego, quase é empurrado pela conjuntura para fazer um mestrado, para ter a mesma oportunidade que um licenciado tinha a uma década atrás.

Na realidade em valor e oportunidade equivalente à licenciatura antiga tem de ter hoje um mestrado, um egresso para ter melhor emprego, ou para ter garantias do mesmo atualmente, precisa ter no mínimo um mestrado, o que antes não era tão necessário uma década atrás.

Com esta realidade, a Pós-graduação deixa de ter o objetivo primordial de retroalimentação do ensino superior, com docentes qualificados, mas está pressionada pelas demandas de mercado a produzir especialistas nas mais diversas áreas, devido à competitividade do mercado, mas também as demandas do desenvolvimento nacional que carece de produtores de conhecimento científico e não só.

Deste modo, o país e, especialmente, as instituições não podem dar-se por satisfeitas enquanto não houver a consolidação da Pós-graduação e isso passa necessariamente pela diversidade e oferta de qualidade de cursos de doutorado com estrutura e funcionalidade que o nível exige, essencialmente em nível de docência e condições para a pesquisa.

Nenhum curso pode ser simplesmente o meio para obtenção de um grau, muito menos o de Pós-graduação. Assim o sistema precisa continuar e fortalecer os investimentos de modo a oferecer cursos de doutorado em diversas áreas e que causam impacto nas instituições e na sociedade.

Normalmente em Cabo Verde os Pós-graduados não têm uma cultura de pesquisa, e isso é influência da formação primeiramente e, em segundo lugar, influência do meio que não estimula, investe ou valoriza a produção científica. Cabe

então às instituições imprimir aos cursos de Pós-graduação uma nova visão e empoderamento, não só para o bem acadêmico, mas principalmente da sociedade cabo verdiana.

Pesquisa, produção e publicação científica - Em relação à produção científica, ela ainda está muito longe de ser aquilo que se espera pelo universo de alunos e docentes pós-graduados, pela quantidade de doutores existentes no país, espera-se que a universidade tenha condições para maior produção científica do que existe neste momento. O que realmente acontece é que muitos docentes não têm desenvolvido a investigação, os poucos docentes que desenvolvem investigação, e essencialmente na Universidade de Cabo Verde têm garantido aquilo que é a base para um processo com uma atividade mais intensa num futuro próximo.

É necessário a criação de centros ou núcleos de investigação e linhas de pesquisa que possibilitem aos docentes maior interação e vieses. Alguns docentes nacionais têm se associados a consórcios internacionais e desenvolvido investigação científica, são poucos, mas têm desenvolvido investigação de qualidade com publicações a nível nacional e internacional também, em revistas com impacto elevado ou médio, mas sem dúvida está muito aquém daquilo que é o potencial que existe internamente.

Se considerado o volume de doutores e a intensidade da investigação o caminho a percorrer é promissor, mas a aposta precisa ser melhor neste setor. Fator este que pode ser alavancado com as novas políticas de financiamento e investigação da Pós-graduação e com um sistema de avaliação da qualidade do ensino superior recomendadas pelo Diretor Geral do Ensino Superior cessante José Mario Correia (2016), e prometidas nas novas políticas educacionais do novo governo conforme garantias da atual Ministra da Educação, Maritza Rosabal (2017) e do Diretor Geral do Ensino Superior, Aquilino Varela (2018):

> Neste momento o que está a pensar no quadro do programa do atual governo são os incentivos, na pós-graduação está a repensar a carreira do investigador, e pós-graduando é um investigador potencial, vai se criar agora o gabinete de ciência e tecnologia que vai trabalhar com as instituições de ensino superior que já tem um núcleo interno de investigação e fazer com que os projetos tenham mais força, e já está instalada a casa da ciência. Há uma Casa da Ciência aqui na Praia e há uma Casa da Ciência em São Vicente que vai permitir que os investigadores, ainda que não entrasse numa experiência laboratorial gigantesca (CORREIA, 2016).

> O Gabinete de Tecnologia Ciência e Inovação está a propor um marco, não no sentido de acesso aos cursos de Pós-graduação, mas no sentido do financiamento da Pós-graduação, desanexá-la das graduações como vem sendo feita e fazer com que se centralize as demandas do financiamento no Gabinete de Ciências e Tecnologia. Pois se na graduação o aluno é confrontado com o volume de disciplinas, na Pós-graduação o aluno precisa estar preparado para a investigação e produção do conhecimento. O gabinete só vai financiar cursos que mostrarem a sua capacidade e ajudar no desenvolvimento do país (VARELA, 2018).

Conforme estas recomendações e garantias dadas pelos dois últimos Diretores Gerais do Ensino Superior e confirmadas pela Ministra da Educação Maritza Rosabal (2017) o governo de Cabo Verde está convencido que é necessário e indispensável a criação de um fundo de investigação, é necessária a criação de uma rubrica no orçamento do Estado para financiar a investigação científica. É necessário que detectados os problemas haja pesquisadores que busquem conhecimentos e soluções científicas para eles. Mas também que os mesmos possam ter a possiblidade de se candidatar para fundos, para poderem custear as despesas da pesquisa, para uma investigação produzida e aplicada ao desenvolvimento de Cabo Verde.

Cabo Verde ainda é um país desconhecido, e pouca pesquisa foi feita a respeito dele, com exceção da área literária e cultural, onde há produções contundentes e relevantes, nas demais áreas é insignificante o que tem sido produzido.

Conforme observa Varela (2011), se a pedagogia da libertação de Cabral, tinha por pressuposto a defesa da identidade e da cultura nacional, esta atitude não tinha por objetivo a recusa do que vem de fora, antes pelo contrário deve ser aproveitado “em tudo quanto é bom para nós, tudo quanto possa ser adaptado às nossas condições de vida”, pois “a nossa cultura deve desenvolver-se numa base de ciência, deve ser científica” (CABRAL, 1974b, pp. 198-199)

Precisamos de Pós-graduações, não só em nível de mestrados, mas doutores e pós-doutores, pois é a única forma de desenvolvermos o país. Temos áreas importantes de investigação o imenso mar, os vulcões, a questão do envelhecimento, das doenças infectocontagiosas, o tratamento das águas residuais; o regresso ao campo com a construção das atuais barragens, portanto só uma Pós-graduação boa, pujante poderá aproveitar estes condicionalismos naturais importantes que imperam o nosso desenvolvimento.

Temos aqui um filão de investigação importante, portanto a emergência da Pós-graduação voltada para a pesquisa em Cabo Verde é muito importante, porque muitas

vezes a nossa investigação é feita por pessoas que não são cabo-verdianos, não têm nos elementos apontados um ponto forte e prioritário da sua investigação. Então é necessário ter pós-graduados de qualidade, capazes de explorar estas áreas importantes, que são cruciais não só para o desenvolvimento do país, como também são para outros países, pois os seus nacionais vêm a Cabo Verde ver a produção nacional e os nossos vão lá ver o que eles estão produzindo.

A pesquisa científica precisa ser também publicada, e isso deve se tornar prática comum a todas as instituições e alunos. A publicação, sobretudo da investigação feita em âmbito acadêmico, as teses de doutorado e dissertações de mestrado depois podem ser transformadas em livros, como tem acontecido em alguns casos na Universidade de Cabo Verde, além disso a própria instituição precisa incentivar os alunos ao longo do curso à criação e publicação de artigos nas revistas científicas, através das quais também se publicam os resultados da investigação, como é o caso do *Newsletter* da Investigação edição em formato digital por meio da plataforma digital da Uni-CV.

Para uma formação avançada e a investigação na agenda das IES em Cabo Verde, algumas metas precisam ser definidas e perseguidas, e apoio as colocações de Fortes e Carvalho (2012) que é necessário reforçarem os estudos de pós-graduação; associar os a projetos de investigação; continuar a criar condições para a formação dos seus professores, de modo a dotar o seu corpo docente de uma maioria significativa de doutores; promover a integração dos professores em equipes de investigação nacionais e internacionais, em centros e núcleos de investigação; orientar os resultados da investigação para o desenvolvimento sustentável do país; potenciar a projeção exterior da universidade.

A investigação e produção científica ainda são muito deficientes e em algumas áreas do conhecimento inexistentes, assim recomenda-se a criação de meios de promoção e divulgação da produção científica e conferências, fóruns e seminários que promovam a troca de experiências e conhecimento.

Financiamento da pesquisa e da pós-graduação - Como já referido neste trabalho, a missão da universidade se estabelece sobre o tripé: ensino, extensão e investigação, mas na realidade cabo-verdiana o financiamento se coloca obrigatoriamente como o quarto pilar para o sucesso de suas instituições. Este é o grande desafio que o subsistema educativo enfrenta conseguir que o Estado financie

nem que seja uma percentagem da investigação. Os pesquisadores ou potenciais pesquisadores precisam deste incentivo. Eles precisam sentir que o país necessita desta investigação, e investirá para que ela aconteça, e não esperar só fundos internacionais das agências como a CAPES ou a FCT que também impulsionam a investigação local.

Sistema de Avaliação e Regulação do Ensino Superior - Depois de várias modalidades e tentativas de um sistema de avaliação da qualidade do ensino superior nacional já passou o tempo em que deveria ter se efetivado uma agência de regulação do ensino superior em Cabo Verde.

Já houve avaliação externa das duas instituições de ensino superior mais antiga, os então Institutos Jean Piaget e Isidoro da Graça, mas não houve continuidade para as outras instituições e nem novas edições na última década. O acordo de cooperação com a INEP do Brasil não logrou o efeito desejado, e a Agência de Regulação do Ensino Superior (ARES), está em eminência há mais de ano e não se efetiva, mesmo depois de concluídas as funções da sua comissão instaladora.

Conforme Aquilino Varela (2017) a Agência Nacional de regulação do Ensino Superior pode se tornar uma realidade a qualquer momento, e recomenda-se que isso aconteça para o melhor conhecimento da realidade da Pós-graduação nacional, mas também para novos rumos e patamares serem alcançados. O ensino superior nacional precisa mais do que nunca de um sistema de avaliação e de uma agência nacional para poder efetivar o regulamento e cumprir o seu papel na regulação do ensino superior nacional, principalmente na Pós-graduação. Contudo é necessário cuidado para não incorrer num modelo onde a mesma agência que avalia é também a que financia, assim relaciona financiamento diretamente aos resultados da avaliação e burocratiza muito todos os procedimentos.

Mais do que Regimentos Jurídicos e Estatutos, é necessário um regulamento e regulação das instituições por uma agência credível e imparcial de acordo com os critérios pré-estabelecidos, tanto a nível acadêmico como político, pois as instituições não podem andar conforme suas próprias decisões, além do que a autonomia as possibilita, mas precisam seguir um Plano de Desenvolvimento norteador e serem monitoradas em todos os sentidos, de modo a termos em Cabo Verde um ensino superior e de Pós-graduação de excelência, credível e internacionalizado que chame

a atenção e sejam referência na nossa região, conseguindo contribuir e dialogar no panorama global.

Concluímos este trabalho com o sentimento de que não se esgotou o assunto, não há como ter esta pretensão, mas entendemos serem necessárias algumas medidas para salvaguardar a qualidade da Pós-graduação nacional, percebe-se que há consciência e intenção, mas é necessário ir, além disso, e ter ações concretas, sábias e definitivas para o bem do ensino superior em Cabo Verde.

Concluímos assim este trabalho entendendo que muito já foi feito nestes dez anos na Pós-graduação Nacional, contudo ainda restam muitos desafios a serem vencidos de modo que o subsistema cabo-verdiano possa aproximar dos países africanos em destaque e das instituições parceiras locais.

A situação conjuntural de do país, não é muito favorável, mas há potencial a ser exprobrado e com empenho de todos os atores, interveniente e grupos de interesse, a partir do debate e da internacionalização, cumprindo integralmente as chamadas de atenção aqui destacadas, e que se configuram preocupação de todos, especialmente das decisões que possibilitam o subir de patamares para a aproximação e nivelamento com muitas instituições parceiras.

7. Referências Bibliográficas

AGUILAR, Luis, H. A política pública educacional sob a ótica da análise satisfatória: ensaios. Campinas, São Paulo: Leitura Crítica, 2014(a).

AGUILAR, L. Antologías de Política Pública, México, Porrúa. Várias Ediciones. 1993.

AGUILAR VILLANUEVA, Luis Fernando. Estudio Introductorio. In: La hechura de la política: Antologías de Política Pública. México: Editorial Miguel Angel Porrua, 1993b, p. 15-71.

ALVES, José Eustáquio Diniz. Análise de conjuntura: teoria e método. IBGE, 2008. Disponível em: www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/analiseconjunturateoriametodo01jul08.pdf. Acesso: 05/08/2015.

ARRETCHE, M. T.S. Tendências no estudo sobre avaliação. In: Rico, Elizabeth M. (org) Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em debate. São Paulo: Cortez Editora, 1998.

BALL, S.J.Um diálogo sobre Justiça Social, Pesquisa e Política Educacional. I n Educação & Sociedade, 2009. 30 (106), 303-318.

BANCO MUNDIAL. Acelerando o passo. Educação terciária para o crescimento económico na África subsariana. Washington DC: Banco Mundial. 2010.

BANCO MUNDIAL.. Construindo o Futuro: Como é que o Ensino Superior Pode Contribuir Para a Agenda de Transformação Económica e Social de Cabo Verde. Um Estudo do Banco Mundial, 2012. Disponível em: http://www.dgesc.gov.cv/index.php/ensino-superior-de-cv/estudos-sobre-es-de-cv/send/10-estudos-sobre-es-em-cv/1-estudo-sobre-ensino-superior-cabo-verdiano. Acesso em 03/09/2015

BAPTISTA, T. W. F.; REZENDE, M. A ideia de ciclo na análise de políticas públicas. In MATTOS, R. A.; BAPTISTA, T. W. F. Caminhos para análise das políticas de saúde, 2011. p.138-172. Online: disponível em www.ims.uerj.br/ccaps.

BAUDRILLARD, Jean. Simulacros e simulação. Lisboa: Relógio d'Água, 1991. 201p.

BFUG - Bologna Follow-up Group. *European Higher Education in a Global Setting*, estratégia para a dimensão externa do Processo de Bolonha adoptada no encontro ministerial de Londres. Londres, 2007.

CABRAL, A. P.A.I.G.C. Unidade e Luta. Publicações Nova Aurora, Lisboa. 1974b.

CERDEIRA, L. O Financiamento do Ensino Superior Português: a partilha de custos. Almedina, Coimbra, Outubro de 2009.

CRESPO, V. Ensino Superior em Cabo Verde. Relatório de Trabalho. (Versão Provisória). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

CUNHA, L. A.. Pós-graduação em educação: no ponto de inflexão?. Cadernos de pesquisa. São Paulo, maio, 1991, p. 63-67

CUNHA, L. A. “Reflexões sobre as Condições Sociais de Produção da Sociologia da Educação: Primeiras Aproximações”, in Tempo Social, v. 4, n. 1-2, São Paulo, Departamento de Sociologia, 1992

DELORES et al. EDUCAÇÃO UM TESOURO A DESCOBRIR. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. UNESCO/Edições ASA/Cortez, São Paulo, 1997 for the Brazilian edition.

DESIDÉRIO, Edilma de Jesus. Migração internacional com fins de estudo: o caso dos africanos do Programa Estudante-Convênio de Graduação em três Universidades públicas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

DIOUF, M. Liberté intellectuelle et démocratie: Les intellectuels dans la transition démocratique. In DIOUF, M. et MAMDANI, M. (Orgs.). Liberté académique en Afrique. Dakar: Conseil pour le Développement de la Recherche en Sciences Sociales en Afrique (CODESRIA), BP 3304. Dakar, Senegal.1994. 359-369

DRAIBE, S.M. Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. In: Barreira, M. C. R. N.; Carvalho, M. C. B. de (orgs.). Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais. IEE/PUC-SP, p.13-42, São Paulo, 2001.

FORTES, Paulino et CARVALHO, Maria. Os estudos de pós-graduação: importância estratégica e financiamento: O caso da Universidade de Cabo Verde. Disponível em https://mariaadrianacarvalho.files.wordpress.com/2009/11/os-estudos-de-pc3b3s-graduac3a7c3a3o.pdf. Acesso e 14/10/2016. FORGES, Macau, 2012.

FREIRE, P. Amílcar Cabral, o pedagogo da revolução. Brasília: Universidade de Brasília. 2008. (Organizado por Laura Maria Coutinho e outros, com base numa Palestra gravada de Paulo Freire no Curso de Mestrado da Faculdade de Educação Universidade de Brasília, em 8 de Novembro de 1985).

GENNARI, Emílio. Dicas para uma análise de conjuntura. Disponível em http://www.dsbh. org.br/site/docs/4.pdf. Acesso em 10.ago.2015.

GERMANO. José Willington. Estado militar e educação no Brasil (1964- 1985). 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GRAÇA, Albertino. Um modelo de gestão para uma universidade empreendedora e competitiva; o caso da Universidade do Mindelo. Universidade do Mindelo. São Vicente, 2012.

GRILO, E. M., SILVA, J. M. e ROSA, M. C. (1993). Estudo sobre o Ensino Su perior em Cabo Verde. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

GRWYBOWSKI, Candido. Métodos de Analise de Conjuntura. CECA: São Leopoldo, 1985.

HOWLETT, M; RAMESH, M. Studying Public Policy. Canadá: Oxford University Press, 1995.

JENKINS-SMITH,H. C.; SABATIER, P. A. The study of public policy processes. In: JENKINS-SMITH, H. C.; SABATIER, P.A.(Orgs.). Policy change and learning: an advocacy coalition approach. Boulder, WestviewPress, 1993.

KINGDON, J. Agendas, Alternatives and Public Policies. USA: Harper Collins College Publishers, 1995.

KINGDON, J. Agendas, alternatives and public choices. Boston: Little Brown, 1984.

LINDBLOM, C. The intelligende of democracy. New York: The Free Press, 1965; e Still muddling, not yet through. Public Administration Review, 39, 1979.

LINDBLOM, C. The Science of 'Muddling Through', in Public Administration Review, Vol. 19, pp.79–88, 1959.

LASSWELL, Harold. “Orientación hacia las políticas”, en Estudio de las Políticas Públicas, Luis F. Aguilar Villanueva (ed.), México: Porrúa, 1992. pp. 79-103.

LASSWELL, H. The policy orientation. In D. Lerner and H. Lasswell (eds.). The POLICY SCIENCES. STANFORD: STANFORD UNIVERSITY PRESS,, 1951.

LUDKE, M, ANDRE, M. **Pesquisa em Educação: Abordagens qualitativas**. São Paulo: E.P.U, 1986.

LUNA, José M. F. de. Internacionalização universitária. Monografia de conclusão de Curso de especialização em Administração de Universitária. Universidade Católica de Goiás – ULG/ OUI – CRUB, 2000.

MAINARDES, J. Análise das Políticas Educacionais: breves considerações teórico-metodológicas. CONTRAPONTOS – Volume 9, nº 1 – pp.4-16 – Itajaí, 2009).

MESCI. Anuário 2011-2012. Ministério do ensino superior, Ciêsncia e Inovação, 2012.

MAY, Judith; WILDAVSKY, Aaron. The Policy Cycle. Michigan: SAGE Publications, 1977.

MIRANDA, et al. M1 D4 - Guia De Estudo De Políticas Públicas II, PI – Ciclo Das Políticas Públicas; PII - Avaliação De Políticas Pública. Pitágoras, 2013 Disponivel em http://academico.escolasatelite.net/system/application/materials/uploads/26/04-suas-ge-m1-d4-pi-e-pii-geralda-postado.pdf. Acesso em 17/12/206..

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. *Revista Educação*, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MORAIS, Oziel D. INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇAO: a cooperação bilateral entre Brasil e Cabo Verde no Ensino Superior. Editora CRV, Curitiba, 2014.

MULLER, Pierre. Las políticas públicas. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2002.

NUNES, Ana Karim. Análise de conjuntura em Relações Públicas. Trabalho apresentado no GT de Relações Públicas do VIII Seminário Internacional de Comunicação Social da PUCRS em novembro/2005. Disponível em: http://www.portal-rp.com.br/bibliotecavirtual/relacoespublicas/teoriaseconceitos/0248.pdf. Acesso em 09/05/2017.

OLABUENAGA, J.I. R.; ISPIZUA, M.A. *La descodificacion de la vida cotidiana: metodos de investigacion cualitativa.* Bilbao, Universidad de deusto, 1989.

OLIVEIRA, Adriano. Análise de Conjuntura: Conceitos e Aplicações. Em Debate, Belo Horizonte, v.6. n. 1, p. 24-35, Mar, 2014.

OLUKOSHI, A. and ZELEZA:T. (2004). The African university in the twenty-first century: Future challenges and a Research Agenda. In OLUKOSHI, Adebayo and

ZELEZA, Paul. T (Orgs.). African Universities in the twenty-first century:p. 595-617. Dakar: Council of the Development of Social Research in Africa (CODESRIA

PARSONS, D. W. Public policy: an introduction to the theory and practice of policy analysis. Cheltenham, UK; Northampton, MA, USA, 1995.

Pereira, A. A Independência – base do progresso e do bem-estar da Nação Caboverdeana. Mem Martins: Gráfica Europam. 1980.

QUEIROZ, Antônio Augusto. Análise da conjuntura: como e por que fazê-la. /Antônio Augusto Queiroz. – Brasília, D: DIAP, 2015. Disponível em http://www.sinjus.com.br/sinjus/modulos/noticias/arquivos/Image/analise_conjuntura_como_porque_fazela.pdf . Acesso em 10/05/2016.

QUEIROZ, Antônio Augusto. Relações Institucionais e Governamentais: o que é, como e onde se faz. Brasília: Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar - DIAP, 2015.

ROSSETTI. J. Política e Programação Econômica, São Paulo: Atlas, 1976.

RUA, Maria das G.. Análise de políticas públicas: Conceitos Básicos. Washington, Indes/BID, 1997, mimeo. Disponível em: http://portal.mda.gov.br/o/1635738.. Acesso em 12/012/2016.

SANT'ANNA, Tiago Lezan. A cooperação internacional como instrumento de combate ao aquecimento global e de tutela dos Direitos Humanos / Tiago Lezan Sant'Anna – Rio de Janeiro, 2011. Dissertação (Mestrado em Direito, com área de concentração em Teorias Jurídicas Contemporâneas – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ – FND, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Pela mão de Alice: o social e o politico na pos-modernidade. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1999. 348p .

SAVIANI, Demerval. O legado educacional do Regime Militar. Cadernos Cedes. Campinas, SP, vol.28, n.76, set./dez.2008.

SCHATTSCHNEIDER, E. The semisovereign people: arealist's view of democracy in America. Nova York: Holt, Rinehart and Winston, p.68, 1960.

SCHWARTZMAN, S. Formação da comunidade científica no Brasil. São Paulo: Nacional, Rio de Janeiro: FINEP, 1979.

SECCHI, Leonardo. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos .2.ed. SãoPaulo: Cengage Learning, 2013.

SEIXAS, A. M. (2000). O ensino superior privado em Portugal: Políticas e discursos (on line). In Revista Portuguesa de Educação, vol. 13, n.º2, pp. 53-79, Portugal: Universidade do Minho. Acedido em Março, 2016. Disponível em http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=37413204.

SILVA, Luiz Eduardo Prates da. Metodologia de análise de conjuntura. Estudos Teológicos, v. 28, n. 3, p. 305-315, 2014. Disponível em http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos/article/view/1171/1134. Acesso em 10/04/2016.

SILVA, Pedro Luiz Barros e MELO, Marcus André Barreto. O processo de implementação de políticas públicas no Brasil: características e determinantes da avaliação de programas e projetos. NEPP/UNICAMP, Caderno n° 48, 2000.

Disponível em: http://www.nepp.unicamp.br/TEIXEIRA, Anísio. A Educação e a Crise Brasileira. Companhia da Editora Nacional. São Paulo, s/d. p 272.

SOUZA, H. J. Como se faz análise de conjuntura. 11a ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

SUCUPIRA, N. Antecedentes e primórdios da pós-graduação. Fórum Educacional. Rio de Janeiro, v. 4, out/dez 1980, p. 3-18.

TEJADA, Gabriela. Uma cooperação acadêmica e científica internacional em prol do avanço do desenvolvimento em África. In TOLENTINO et. al. África-Europa: Cooperação Acadêmica. Lisboa, Gráfica Manuel Barbosa & Filhos, Lda, 2008.

THE ECONOMIST. Higher education: Creative destruction. 28 de junho de 2014. Disponível em: http://www.economist.com/news/leaders/21605906-cost-crisis-changing-labour-markets-and-new-technology-will-turn-old-institution-its acesso em 13/09/2014.

TOLENTINO, André Cursino. Universidade e Transformação Social Nos Pequenos Estados em Desenvolvimento: O Caso De Cabo Verde. Tese de Doutorado. Disponível em: http://www.adelinotorres.info/teses/Andre_Corsino_Tolentino_Doutoramento_2006.pdf . Acesso em 25/04/2016.

UNESCO. Conferência Mundial sobre Ensino Superior 2009: As Novas Dinâmicas do Ensino Superior e Pesquisas para a Mudança e o Desenvolvimento Social. UNESCO, Paris, de 5 a 8 de julho de 2009.

UNESCO. O Ensino Superior no Século XXI – Visão e Ações – Documento de Trabalho. Paris, outubro de 1998. In: Tendências da Educação Superior para o Século XXI: Anais da Conferência Mundial Sobre o Ensino Superior. Brasília: UNESCO / CRUB, 1999. Pág. 246.

VARELA, B. A educação, o conhecimento e a cultura na práxis de libertação nacional de Amílcar Cabral.2011. Disponível em: http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/bitstream/10961/1650/1/Am%C3%ADlcar%20Cabral%20e%20a%20educa%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em 23/07/2016.

Conceções, Práxis e Tendências de Desenvolvimento Curricular no Ensino Superior Público em Cabo Verde - Um estudo de caso sobre a Universidade de Cabo Verde. Universidade do Minho. Braga, 2011a).

VARELA, B. Políticas Atuais do Ensino Superior. In Atas do XII Congresso da Sociedade Portuguesa das Ciências da Educação. Vila Real: Universidade de Trás-os Montes e Alto Douro, 2014, pp. 2573-2598. Disponível em: https://bartvarela.files.wordpress.com/2015/02/polc3adticas-e-prc3a1xis-do-ensino-superior-em-cabo-verde_blv2014.pdf. Acesso em 03/09/2015.

VARELA, B. Evolução do Ensino Superior Público em Cabo Verde: Da Criação do Curso de Formação de Professores à Instalação da Universidade Pública. Colecção Aula Magna Vol. 3. Praia, 2013.

VARELA, B. O Ensino Superior em África: Conferência na Universidade Federal do Pará, no âmbito de uma colaboração académica com a casa Brasil-África. Pará, Outubro de 2015.

VARELA, João Manuel. Uma Visão da Universidade de Cabo Verde. In: Revista Cultura, Nº, 1996.

VARELA, Raquel. “Um, dois, três MFA...”: o Movimento das Forças Armadas na Revolução dos Cravos. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 32, nº 63, p. 403-425, 2012.

Viana, A. L. d´A. Abordagens metodológicas em políticas públicas. Revista de Administração Pública, 30(2), 1996: 5-43

VÖGTLE E. M. «Beyond Bologna – The Bologna Process as a Global Template for Higher Education Reform Efforts», TranState Working Papers N. 129, Collaborative research Center 597, Brema, 2010.

ZGAGA P. Looking out: The Bologna Process in a Global Setting; Ministério da educação e da pesquisa, Oslo, 2006.

Documentos

ADB. Annual Development Effectiveness Review 2017. African Development Bank Group. Côte d'Ivoire, Published May 2017.

Anuários Estatísticos do Ministério da Educação – Ensino Superior de 2009 a 2016.

BOLETIM INFORMATIVO CAPES. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, n. 1, p. 3, dez. 1952.

BOLETIM INFORMATIVO CAPES.. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, n. 38, p. 4, jan. 1956.

CEF - CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. Parecer CFE nº 977/1965, aprovado em 3 dez. 1965. Revista Brasileira de Educação. n.30, p. 162-173. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n30/a14n30.pdf. Acesso em: 27 abr. 2014.

DECLARAÇÃO DE FORTALEZA. Declaração dos Ministros Responsáveis pelo Ensino Superior da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Fortaleza, 26 de maio de 2004). Disponível em: http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/rle/n5/n5a12.pdf. (Acesso em 13/06/2012).

CARTA DE PORTO ALEGRE. I Seminário Internacional de Educação Superior na Comunidade de Países de Língua Portuguesa – CPLP. Porto Alegre, 19 de Maio de 2009. Disponível em: http://www.pucrs.br/edipucrs/cplp/arquivos/carta.pdf. (Acesso em 13/06/2012).

INE - INSTITUTO NACIONAL DA ESTATISTICA de Cabo Verde. Resultados preliminares do Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010.

INE. Cabo Verde: anuário estatístico 2015. Praia, Novembro 2015.

INEP. Qualidade da Educação Superior – Criação do sistema de avaliação em Cabo Verde. INEP. Brasília, junho de 2012.

IPAD. Relatório de Avaliação Externa. Universidade Jean Piaget e Instituto de Estudos Superiores Isidoro da Graça. Praia, 2010.

MED. Anuário da Educação, Ano Letivo 2010/11.

MED. Relatório do Estado do Sistema Educativo Nacional (RESEN) Cabo Verde. Praia: Ministério da Educação e Desporto. Dezembro de 2011.

TAUCHEN, Gionara. Garantia da qualidade e da avaliação: um estudo comparado sobre as decorrências do processo de Bolonha na comunidade dos países de língua portuguesa. ESPAÇO PEDAGÓGICO. 22, n. 2, Passo Fundo, p. 240-263, jul./dez. 2015. Disponível em: www.upf.br/seer/index.php/rep

MERCI. Anuário ESTATÍSTICO. Praia, Novembro de 2015.

MERCI. Despacho número 27/14 do Ministro do ensino Superior Ciências e Inovação - Regulamento da Avaliação do ensino superior cabo-verdiano. Praia, 2014.

Programa do Governo – VIII Legislatura 2011 – 2016, em www.governo.cv, acedido em 10 de fevereiro de 2016.

QUIBB. Questionário Unificado de Indicadores Básico de Bem-Estar. INE, 2007.

Legislação

Decreto-Lei nº33/2000, de 28 de Agosto – Estabelece o regime de instalação da Universidade de Cabo Verde;

Decreto-Lei n.º 31/2004, de 26 de Julho - Comissão Instaladora da Universidade de Cabo Verde.

Decreto-Lei nº 20, de 19 de Julho de 2012 - Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES)

Decreto-Lei nº 22, de 7 de Agosto de 2012 – Regime Jurídico dos Graus e Diplomas do Ensino Superior

Decreto-Lei 53/2006 - Criação da Universidade de Cabo Verde

Decreto-Lei nº 29/2008 de 9 de Outubro - foram extintos o ISE, o ISECMAR e o INAG, e sua estrutura foi totalmente integrada na Uni-CV.

Decreto-lei n.º 12/2001 – Criação da Universidade Jean Piaget

Despacho 05/2009 de 16 de Abril de 2009

Lei nº103/V/99 – primeira lei de bases do sistema educativo, de 18 de outubro e revista em 2010 pela Lei nº 54/VII/2010, de 8 de Março.

Resolução nº12/2003 publicada no Boletim Oficial nº 17, Iª Série, com efeitos retroativos a de 9 de Outubro de 2002, aprova os estatutos da Uni-Mindelo.

Entrevistas

BRITO, José. Entrevista na cidade da Praia. Novembro de 2017.

CORREIA E SILVA, António . Entrevista na cidade da Praia. Outubro de 2016.

CORREIA, José Mário. Entrevista na cidade da Praia. Julho de 2016.
GRAÇA, Albertino. Entrevista na Cidade do Mindelo. Janeiro de 2018.
MONTEIRO, Paulino. Entrevista na cidade da Praia. Julho de 2016.
NASCIMENTO, Judite. Entrevista na cidade da Praia. Outubro de 2016.
ROSABAL, Maritza. Entrevista na cidade da Praia. Novembro de 2017.
VARELA, Aquilino. Entrevista na cidade da Praia. Novembro de 2017.
VICTÓRIA, Sonia. Entrevista na cidade da Praia. Julho de 2016.

8. Apêndices

8.1 Roteiro de entrevista

ROTEIRO DE ENTREVISTA - TESE DOUTORADO

Oziel Morais

Nome: ?

Qualificações: ? **Função/tempo: ?**

Contatos para encaminhar a transcrição para aprovação:

Autorização de uso:?

1. **A partir de que momento a PG graduação começa a ser cogitada em Cabo Verde, ou um problema a ser resolvido?**
   - Quais as influências do Processo de Bolonha na criação da Pós-graduação em Cabo Verde?
   - O que fez acreditar que era o momento, ou que condições favorecia esse pensar a Pós em Cabo Verde?

2. **Quem são os atores da discussão da Pós-Graduação em Cabo Verde?**
   - Que nomes, instituições e especialistas estiveram envolvido nas discussões ou conciliações sobre a Pós em Cabo Verde?
   - A Pós-Graduação em Cabo Verde foi uma proposta do Ministério da Educação, de algum grupo especifico ou uma pressão dos IES?
   - Houve algum momento, ou alguma circunstância que os fizeram pensar se Cabo Verde estava preparado para isso?

3. **Qual é a análise de conjuntura que faz de Cabo Verde quando resolveu criar a Pós-Graduação?**
   - Qual era o cenário que se vivia em Cabo Verde a nível político, econômico e social?
   - Quais as estruturas educacionais que favoreceram este processo?

4. **Quais foram os possíveis projetos ou ideias de Pós-graduação apresentados?**
   - Qual ou quis projetos foram aprovados!
   - Que mormente a sua universidade optou pela implementação e a partir de que proposta ou projeto.
   - Qual as modalidades de cursos de Pós-Graduação foram implementadas?
   - O que se perspectivava com a implementação desses cursos!
   - Teve alguma experiência de insucesso ou cancelamento de algum curso recém-criado?

5. **Como avalia PG em Cabo Verde hoje?**
   - Que áreas, cursos e níveis ainda precisam ser atendidas na PG.
   - A pós-graduação hoje está consolidada e é genuinamente cabo-verdiana ou ainda não?
   - A Pós-graduação em Cabo verde hoje responde aos ODM?

6. **Como vê o futuro da Pós-graduação em Cabo Verde?**

7. **Tem algum material ou livro, dados estatísticos que possas disponibilizar ou indicar?**

8.2 Termo de consentimento

TERMO DE CONSENTIMENTO

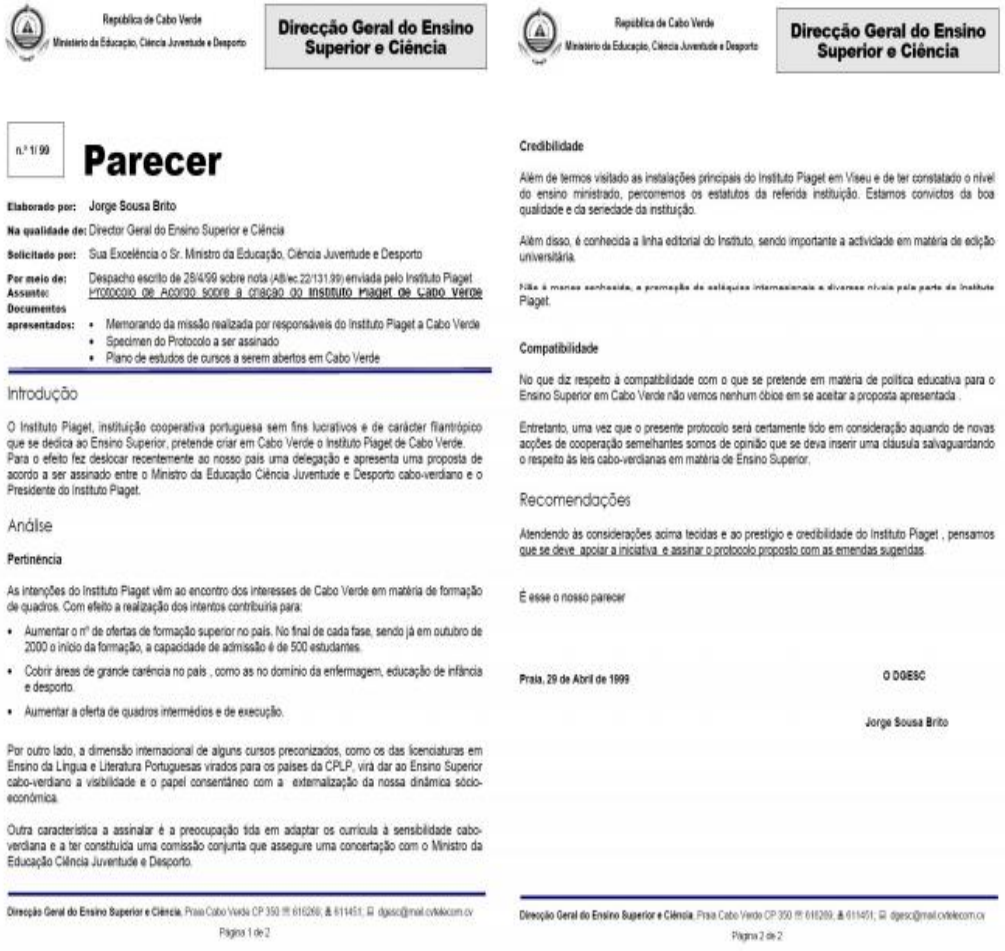
Eu, _____ (nome completo), _____ (Função) _____(Instituição) e declaro ter conhecimento do tema de trabalho de pesquisa para a tese de doutorado do aluno Oziel Morais na Faculdade de Educação/UNICAMP, intitulado ***"A Criação de Pós-graduação em Cabo Verde (África): Uma Análise Conjuntural".***

Autorizo o uso de toda a entrevista e uso do meu nome completo para fins acadêmicos.

_____, ____/___/____

Assinatura

8.3 O parecer da criação da Uni-Piaget



República de Cabo Verde
Ministério da Educação, Ciência Juventude e Desporto

Direcção Geral do Ensino Superior e Ciência

n.º 1/ 99

Parecer

Elaborado por: Jorge Sousa Brito

Na qualidade de: Director Geral do Ensino Superior e Ciência

Solicitado por: Sua Excelência o Sr. Ministro da Educação, Ciência Juventude e Desporto

Por meio de: Despacho escrito de 28/4/99 sobre nota (Aft/ec.22/131.99) enviada pelo Instituto Piaget

Assunto: PROTOCOLO DE ACORDO SOBRE A CRIAÇÃO DO INSTITUTO PIAGET DE CABO VERDE

Documentos apresentados:

- Memorando da missão realizada por responsáveis do Instituto Piaget a Cabo Verde
- Specimen do Protocolo a ser assinado
- Plano de estudos de cursos a serem abertos em Cabo Verde

Introdução

O Instituto Piaget, instituição cooperativa portuguesa sem fins lucrativos e de carácter filantrópico que se dedica ao Ensino Superior, pretende criar em Cabo Verde o Instituto Piaget de Cabo Verde. Para o efeito fez deslocar recentemente ao nosso país uma delegação e apresenta uma proposta de acordo a ser assinado entre o Ministro da Educação Ciência Juventude e Desporto cabo-verdiano e o Presidente do Instituto Piaget.

Análise

Pertinência

As intenções do Instituto Piaget vêm ao encontro dos interesses de Cabo Verde em matéria de formação de quadros. Com efeito a realização dos intentos contribuiria para:

- Aumentar o nº de ofertas de formação superior no país. No final de cada fase, sendo já em outubro de 2000 o início da formação, a capacidade de admissão é de 500 estudantes.
- Cobrir áreas de grande carência no país , como as no domínio da enfermagem, educação de infância e desporto.
- Aumentar a oferta de quadros intermédios e de execução.

Por outro lado, a dimensão internacional de alguns cursos preconizados, como os das licenciaturas em Ensino da Língua e Literatura Portuguesas virados para os países da CPLP, virá dar ao Ensino Superior cabo-verdiano a visibilidade e o papel consentâneo com a externalização da nossa dinâmica sócio-económica.

Outra característica a assinalar é a preocupação tida em adaptar os currículo à sensibilidade cabo-verdiana e a ter constituída uma comissão conjunta que assegure uma concertação com o Ministro da Educação Ciência Juventude e Desporto.

República de Cabo Verde
Ministério da Educação, Ciência Juventude e Desporto

Direcção Geral do Ensino Superior e Ciência

Credibilidade

Além de termos visitado as instalações principais do Instituto Piaget em Viseu e de ter constatado o nível do ensino ministrado, percorremos os estatutos da referida instituição. Estamos convictos da boa qualidade e da seriedade da instituição.

Além disso, é conhecida a linha editorial do Instituto, sendo importante a actividade em matéria de edição universitária.

Não é menos conhecida a promoção de colóquios internacionais e diversos níveis pela parte do Instituto Piaget.

Compatibilidade

No que diz respeito à compatibilidade com o que se pretende em matéria de política educativa para o Ensino Superior em Cabo Verde não vemos nenhum óbice em se aceitar a proposta apresentada .

Entretanto, uma vez que o presente protocolo será certamente tido em consideração aquando de novas acções de cooperação semelhantes somos de opinião que se deva inserir uma cláusula salvaguardando o respeito às leis cabo-verdianas em matéria de Ensino Superior.

Recomendações

Atendendo às considerações acima tecidas e ao prestígio e credibilidade do Instituto Piaget , pensamos que se deve apoiar a iniciativa e assinar o protocolo proposto com as emendas sugeridas.

É esse o nosso parecer

Praia, 29 de Abril de 1999

O DGESC

Jorge Sousa Brito

Direcção Geral do Ensino Superior e Ciência, Praia Cabo Verde CP 350 ☎ 616269, 🖷 611451, ✉ dgesc@mail.cvtelecom.cv

8.4 Despacho para a avaliação Interna dos Institutos Piaget e Isidoro da Graça

Ministério da Educação e Ensino Superior
Gabinete da Ministra

a) Estas instituições procederão a um processo de auto-avaliação, com base num guião a me ser apresentado para homologação pela DGESC;
b) O prazo para elaboração dos relatórios de auto-avaliação é de quatro meses a partir da data de notificação das instituições;
c) Na sequência da apresentação pelas instituições dos relatórios de auto-avaliação, será levada a cabo a avaliação externa;
d) A composição da Comissão de Avaliação Externa ser-me-á apresentada para homologação pela DGESC;
e) A Comissão de Avaliação Externa analisará os relatórios de auto-avaliação, realizará visitas às instituições e produzirá os relatórios de avaliação externa;
f) Os relatórios de avaliação externa serão objecto de contraditório por parte das instituições avaliadas;

Cometo à Direcção-Geral do Ensino Superior e Ciência:

a) O acompanhamento de todo o processo, designadamente prestando apoio logístico à Comissão de Avaliação Externa e submetendo a despacho todos os aspectos que careçam de homologação ou dúvidas suscitadas no decorrer do processo;
b) A análise dos relatórios finais e a elaboração de propostas, tendo em conta as recomendações deles constantes.

inete da Ministra da Educação e Ensino Superior, aos 15 / de 04 de 2009

A Ministra

Vera Duarte Lobo de Pina

Ministério da Educação e Ensino Superior
Gabinete da Ministra

4. O D.L. nº17/2007 de 7 de Maio que regula o ensino superior particular, incumbe, de entre outras, ao Estado *[vide o nº1 e a alínea a) e b) do nº2, do artigo 14º do EESPC]*:

- Zelar pela garantia de um elevado nível científico, cultural e pedagógico das actividades das instituições de ensino superior particular;
- Verificar a satisfação dos requisitos estabelecidos para o reconhecimento oficial das instituições, para a entrada em funcionamento dos cursos e para o reconhecimento de graus; e
- Fiscalizar o exacto cumprimento da lei e, em caso de infracção, aplicar as sanções nela cominadas;

5. A Universidade Jean Piaget de Cabo Verde e Instituto de Estudos Superiores Isidoro da Graça são as duas instituições de ensino superior particular mais antigas e que já atribuíram graus académicos, pelo que urge avaliar as suas condições de funcionamento mesmo antes da fixação do regime geral previsto no nº 2 do artigo 65º do EESPC;

6. A experiência de avaliação dos institutos públicos, concluída em 2006 e realizada no quadro do plano operacional de implementação do acordo de cooperação entre a República portuguesa e a República de Cabo Verde nos domínios do ensino superior, ciência e tecnologia, de Outubro de 2003;

7. A disponibilidade de Portugal para, no quadro da cooperação bilateral, apoiar o desenvolvimento do processo de avaliação das referidas instituições;

Nestes termos:

1. Fixo as seguintes condições para a avaliação da Universidade Jean Piaget de Cabo Verde e do Instituto de Estudos Superiores Isidoro da Graça:

Ministério da Educação e Ensino Superior
Gabinete da Ministra

DESPACHO Nº 05/2009 DE 15 DE Abril

Objecto:
Avaliação da Universidade Jean Piaget de Cabo Verde e do Instituto de Estudos Superiores Isidoro da Graça.

Considerando que:

1. A Constituição da República de Cabo Verde atribui ao Estado a tarefa fundamental de fomentar e promover a educação, a investigação científica e tecnológica, o conhecimento e a utilização de novas tecnologias, bem como o desenvolvimento cultural da sociedade cabo-verdiana *[alínea h), do artigo 7º, da CRCV]*;

2. A LBSE *(Lei nº103/III/90 de 29 de Dezembro, com as alterações efectuadas pela lei nº113/V/99 de 18 de Outubro)* estabelece, concretamente no nº6, do artigo76º, que o exercício do ensino particular carece de autorização estatal, a obter nas condições e segundo os critérios que vierem a ser estabelecidos no Estatuto do Ensino Particular;

3. A mesma lei estabelece que o Estado, através do Ministério da Educação e Ensino Superior, tem a competência de assegurar que todas as instituições educativas particulares garantam aos cidadãos um ensino superior **de qualidade** *(vide o artigo 2º, 3º e 76º, nº5, todos da LBSE - Lei nº103/III/90 de 29 de Dezembro, com as alterações efectuadas pela lei nº113/V/99 de 18 de Outubro)*, ou seja, **o Estado é o garante da qualidade** dos graus atribuídos pelas instituições de ensino superior.